DIEGO PORTO DEL CISTIA NIETO

Nos limites da memória:

Testemunhos da tortura em Flávio Tavares e Luís Roberto Salinas Fortes

Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Estudos da Linguagem, da Universidade Estadual de Campinas, para obtenção do título de Mestre em Teoria e História Literária.

Orientador: Prof. Dr. Márcio O. Seligmann-Silva

Campinas

2010

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do IEL - Unicamp

N558n

Nieto, Diego.
Nos limites da memória : testemunhos da tortura em Flávio Tavares e Luís Roberto Salinas Fortes / Diego Porto Del Cistia Nieto. -- Campinas, SP : [s.n.], 2010.

Orientador : Márcio Orlando Seligmann-Silva.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Memória. 2. Testemunho. 3. Tortura. 4. Brasil - Historia - 1964-1985. I. Seligmann-Silva, Márcio. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

oe/iel

Título em inglês: Within the limits of memory.

Palavras-chaves em inglês (Keywords): Memory; Testimony; Torture; Brazil - History - 1964-1985.

Área de concentração: Teoria e Crítica Literária.

Titulação: Mestre em Teoria e História Literária.

Banca examinadora: Prof. Dr. Márcio Orlando Seligmann-Silva (orientador), Profa. Dra. Luzia Margareth Rago e Prof. Dr. José Alves de Freitas Neto. Suplentes: Prof. Dr. Fabio Akcelrud Durão e Prof. Dr. Pedro Paulo Abreu Funari.

Data da defesa: 25/02/2010.

Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Teoria Literária.

BANCA EXAMINADORA:

Márcio Orlando Seligmann-Silva

Luzia Margareth Rago

José Alves de Freitas Neto

Fabio Akcelrud Durão

Pedro Paulo Abreu Funari

IEL/UNICAMP
2010

AGRADECIMENTOS

O caminho foi longo até chegar aqui. Desde que ingressei no curso de História até a conclusão desse mestrado, muita coisa aconteceu. Nem sempre conseguimos guiar a vida como desejamos, porém, as pessoas que escolhemos para nos acompanhar tornam tudo um pouco mais fácil. Muita gente foi importante e seria impossível falar de todo mundo, pois estaria correndo o risco de cometer alguma injustiça.

Deixo aqui meu obrigado:

Ao importante apoio financeiro do CNPq.
Ao professor Dr. Márcio Seligmann-Silva pela paciência e pela orientação cuidadosa. Sem seus ensinamentos eu pouco teria conseguido.
À professora Dra. Margareth Rago pelo incentivo desde o ano de 2001 e por ter me mostrado que outras alternativas sempre são possíveis.
Ao professor Dr. José Alves pelas importantes lições intelectuais que aprendi.

Algumas coisas não podem ser listadas. Amizade é uma delas.
Para não correr risco de cometer injustiças e esquecer alguém, deixo um agradecimento geral a todos os meus verdadeiros amigos.
Sou um cara de sorte por ter pessoas tão incríveis ao meu lado. Minha vida não seria a mesma sem eles.

A minha família:
Minha mãe, Helena, pelo amor dedicado e incondicional.
Minha avó, Maria Dinorah, e minhas tias: Heloísa, Lygia, Luiza, por todo carinho e apoio.
Elisabete e José Roberto, também pelo carinho e apoio.

Maria Clara, ao meu lado em todos os momentos, me mostrou o que é o amor, a dedicação e a paciência.
Mostrou-me também que nunca devemos deixar de lutar.
Sem sua força esse trabalho nunca teria sido possível.
Para sempre.

Saudade é de difícil definição e a única coisa que podemos fazer é tentar lidar com ela em alguns momentos. Como as ausências tornam nosso caminho um pouco mais difícil, gostaria de deixar uma homenagem simples a três pessoas essenciais em minha vida e que, infelizmente, já não estão mais comigo:

Meu pai, Arley, sem o qual eu nunca seria o sou hoje e cuja partida repentina me mostrou que nunca devemos deixar algumas coisas para depois, especialmente um abraço.

Meu padrinho, o Tio Molina, que tornou minha vida mais alegre e cujas risadas e aventuras eu jamais vou esquecer.

Meu irmão, Ramon, cuja partida fez com que eu compreendesse o significado real da dor. Sua ausência fará com que o meu presente jamais seja o mesmo.

Quando a violência nos atinge como uma flecha, tudo muda.

TRRRRRR
¡BONK!
¿QUÉ ESTÁN TRATANDO DE HACERLE CONFESAR A ESTA POBRE CALLE?

RESUMO

Esta dissertação de mestrado pretende trabalhar com alguns temas fundamentais na análise da memória escrita de pessoas que passaram pela experiência da tortura. Para isso, selecionei dois relatos de vítimas da tortura durante o regime militar no Brasil (1964 – 1985): Flávio Tavares e Luis Roberto Salinas Fortes. Com seus relatos de prisões e torturas, os dois autores dão um passo adiante no que se refere a testemunhos desse período, tentando entender e interpretar o que lhes ocorreu, buscando sentido a esses acontecimentos e sabendo dos limites dessa tarefa. Levanto algumas questões, entre as quais, destaco: as formas de construção do eu presentes nessas memórias; como a violência e o trauma impedem o testemunho e, ao mesmo tempo, criam a sua necessidade para a vítima, principalmente como exercício de libertação de dor e também de justiça histórica; e a interessante flutuação temporal na qual a memória escrita vai se construindo, alternando-se continuamente entre passado e presente. Também desejo lidar com a questão do testemunho como forma de História e dos seus limites em tal tarefa: essa espécie de memória que tem um caráter pessoal muito forte, mas que, por vezes, quer fazer voz à memória coletiva.

Palavras-chave: Memória, testemunho, tortura, Ditadura Militar.

ABSTRACT

This dissertation intends to work with key issues in the analysis of memory writings from people who have experienced torture. In order to do this, I've selected two reports of victims of torture during the military regime in Brazil (1964 - 1985): Flávio Tavares and Luis Roberto Salinas Fortes. With their memories of prisons and torture, the two authors give a step forward with regard to the testimony of that period, trying to understand and interpret what happened to them, seeking meaning to these events and knowing the limits of this task. I raise some issues, among which, I emphasize: the forms of self-construction in those memories, how the violence and the trauma prevent the testimony and, at the same time, create the need for the victim, specially as an exercise for the release of the pain and also as historical justice; and the interesting fluctuation over time in which the memory will be built, alternating seamlessly between past and present. I also wish to address the issue of witness as a form of History and their limitations in that task: this kind of memory that has a very strong personal character, but sometimes wants to voice the collective memory.

Key words: memory, testimony, torture, Military Dictatorship in Brazil

SUMÁRIO

Apresentação.....01

Introdução.....06

1 Capítulo I.....16

1.1Memórias e Esquecimentos em Flávio Tavares.....16

1.2 O tempo presente no arquivamento do Eu.....29

2 Capítulo II.....46

2.1 A voz fragmentada.....46

3 Capítulo III.....73

3.1 Nos limites do testemunho.....73

3.2 Pensando a escrita do Testemunho.....98

Considerações finais.....104

Algumas imagens.....107

Fontes.....112

Referências bibliográficas.....112

Apresentação

Da relação entre memória e esquecimento é que tiramos boa parte daquilo que chamamos de força para viver. Lembrar e esquecer são aquilo pelo qual batalhamos todos os dias para podermos enfrentar o que a vida nos mostra. Essa luta se dá sempre no presente, ponto de encontro da lembrança e do esquecimento. Ponto no qual essa mesma vida exige e cobra o que lembramos e o que esquecemos. E ponto no qual o esquecimento se entrelaça com a lembrança. Sim, a relação de ambos é íntima. Um cheiro, um gosto, um som ativam em nós lembranças esquecidas. Da mesma forma que elas se vão quando o som acaba e o cheiro se dilui. Um dia elas voltam brigando e se amando, uma querendo prevalecer sobre a outra. E o presente muda, inevitavelmente, com a dança que elas fazem. Muda para melhor. Muda para pior. Mas não consegue permanecer o mesmo. E a vida no presente exige de ambos; exige que o pensamento lembre e que esqueça.

Esse é o ponto. O presente, ponto de encontro, muda com a lembrança e o esquecimento, mas também faz mudar. O cheiro, o gosto e o som que despertam a memória também podem mudar a lembrança que temos. Assim o presente transforma a lembrança. As chuvas, os sons e os cheiros nem sempre são os mesmo e trazem sensações diferentes daquelas, digamos, originais. Podemos pensar até em uma repulsa de uma pela outra. Mas a interdependência de ambas é forte e uma não existe sem a outra, ainda que quase antagônicas.

Na mitologia Grega, existem duas imagens que nos ajudam a entender essa relação conflituosa. Letes, filha da Discórdia, da linhagem da noite, é uma divindade que se relaciona conflituosamente com a deusa da memória e mãe das musas, Mnemosyne, próxima do deus do Sol, Apolo. As duas deusas, com seus reinos próprios, podem receber sacrifícios e conceder a lembrança ou o esquecimento àqueles que pedirem. Geralmente o pedido de esquecimento está ligado a uma experiência de dor e de sofrimento que se quer apagar para recuperar a felicidade.

Além desse parentesco, Lete é também o nome de um rio no reino da morte que concede o esquecimento para as almas dos mortos que lá chegam. A água tem o poder de apagar a memória da existência anterior, podendo, então, auxiliar no começo de uma nova vida.

Trata-se de duas imagens fortes que revelam os enormes conflitos existentes nesse tema. Em um caso, o antagonismo é latente e a possibilidade de superar alguma dor passa pelo sacrifício feito a Letes. No outro caso, vemos o quanto a memória pode ser decisiva para que uma vida tenha continuidade. As águas do Lete conferem esquecimento para que a memória não atrapalhe a nova vida que aquela alma irá ter.

Passados anos e anos, a relação entre memória e esquecimento ainda é parte de nosso cotidiano. Seja a História, seja a Literatura ou qualquer outra abordagem que se refira aos homens e ao seu comportamento, essa relação sempre estará presente. Há muitos estudos indicando a relação de uma com a outra e cada tempo trabalhou com as duas de forma diferente.

O nosso século XX, século de catástrofes, modulou uma nova forma nessa relação após as duas grandes Guerras Mundiais. A partir desse momento, principalmente após o fim da Segunda Guerra e dos campos de concentração, uma infinidade de relatos surgiu contando aquilo pelo qual as pessoas tinham passado. Em um primeiro momento, houve descrença em relação àquilo que era contado. Isso só aumentou a dor dos que queriam falar. Havia a necessidade de contar o que aconteceu, por uma série de fatores: lutar contra o esquecimento da sociedade ou tentar usar isso como uma forma de cura pessoal. Primo Levi, no prefácio de **É isto um Homem?** disse: *"A necessidade de contar 'aos outros', de tornar 'os outros' participantes, alcançou entre nós, antes e depois da libertação, caráter de impulso imediato e violento, até o ponto de competir com outras necessidades elementares"* (LEVI, 1997, pp. 7 – 8). Anos depois, o testemunho foi socialmente aceito, começando então uma série de estudos sobre seu conteúdo, sua forma e a relação que existia entre ele e a construção do conhecimento

histórico. O tema recorrente na narrativa dos sobreviventes relacionava-se sempre com os acontecimentos traumáticos e a necessidade de falar.

Já na década de sessenta, tivemos uma sucessão de ditaduras militares que assolou os países da América Latina. Essas ditaduras foram responsáveis por milhares de torturados, mortos e desaparecidos. Na medida em que esses governos foram sendo derrubados, muitos testemunhos apareceram procurando justiça e reparação ao que lhes havia ocorrido. Cada país é um caso diferente, desnecessário dizer e, alguns mais que os outros, conseguiram buscar algum tipo de justiça. No Brasil, a produção de testemunhos não é tão grande e há uma barreira na sociedade quando o assunto é a violência militar.

Esta dissertação de mestrado pretende estudar dois relatos de memória de vítimas de tortura durante o regime militar no Brasil: Flavio Tavares e Luis Salinas Fortes. Ambos são fundamentais quando pensamos em testemunhos da última ditadura brasileira, porém darei um pouco mais de enfoque ao trabalho de Salinas. As questões principais aqui serão as formas de construção dos sujeitos presentes nessas memórias, como a violência e o trauma impedem o testemunho e, ao mesmo tempo, criam a sua necessidade para a vítima, como exercício de libertação de dor e também de justiça histórica. Ao mesmo tempo, também desejo lidar com a questão do testemunho como forma de se construir a História e dos seus limites em tal tarefa. Nesse ponto, usarei uma parte da crítica ao uso do testemunho como definitivo para a produção do conhecimento histórico. A questão ainda é uma ferida aberta e que muitas vezes, e por muitos, se quer fazer esquecer no Brasil, principalmente quando pensamos em justiça, em reparação de danos e em punição aos diretamente envolvidos.

A historiadora Margareth Rago, na apresentação do número 15 da revista eletrônica Labrys, toca em um ponto crucial que é, talvez, o cerne desse trabalho e aquilo pelo qual temos de lutar como obrigação moral. A pergunta feita inquire sobre se é possível relatar a tortura e o sentido político dessa recuperação, principalmente quando sabemos dos limites da linguagem para dar forma a todas as sensações envolvidas em situações extremas. A autora diz ainda que se

pretendermos novas relações com o passado, a elaboração do luto é algo que é fundamental para toda a sociedade. E esse ponto é visto com ressalvas no Brasil e em alguns países latino americanos, cujas ditaduras abusaram do uso da violência em todos os seus sentidos. A memória do período deve ser ouvida por todos. Ainda há muito a se dizer em um constante exercício de luta e superação de dores. Qualquer trabalho que esteja nessa esteira deve:

> *(...) entender os difíceis processos da rememoração de experiências dolorosas dos/as sobreviventes. Sabemos como esses complexos processos envolvem também o silêncio e o esquecimento frente a intensidades que não conseguem ser trabalhadas na presença de um passado que não passa, que continua presente, calando fundo no corpo e na alma, e que não encontra formas adequadas de expressão.* (RAGO, 2009).

Tentarei tocar em alguns temas fundamentais dessas questões usando, em uma primeira parte, trechos selecionados do livro **Memórias do Esquecimento** [1], de 1999, do jornalista Flávio Tavares. Entre prisões e torturas, Tavares fala sobre suas experiências extremas nas ditaduras militares do Brasil e do Uruguai, assim como sobre o exílio e dá um passo adiante no que se refere aos testemunhos do período, tentando entender e interpretar o que lhe ocorreu, buscando sentido a esses acontecimentos e sabendo dos limites dessa tarefa. Além disso, nesse espaço, também faço uma análise do testemunho de uma forma geral, utilizado alguns pensadores que teorizaram o assunto.

Após esse percurso, me concentrarei e farei uma análise um pouco mais longa na obra do professor livre docente do departamento de filosofia da

[1] TAVARES, F. **Memórias do Esquecimento** Ed Globo, São Paulo, 1999. Existe uma edição de 2005 revista pelo autor e publicada pela mesma editora que também será utilizada aqui.

Universidade de São Paulo (USP), Luís Roberto Salinas Fortes (1937 – 1987), **Retrato Calado** (FORTES 1988). O filósofo atuou desde a década de 1960 na USP e esteve diretamente ligado aos acontecimentos marcantes e violentos da repressão brasileira na cidade de São Paulo, principalmente no meio universitário. Seu livro, publicado postumamente, é um dos casos de testemunho único sobre a ditadura brasileira e obra fundamental. Sua obra é uma espécie de mosaico que une diferentes fragmentos. Como ele é permeado de idas e vindas, cortes e recortes e tempos verbais misturados, optei por manter a estrutura narrativa do livro em minha análise para me aproximar um pouco mais do texto e tentar fazer com que o leitor compartilhe de sua visão. Dessa forma, ao analisar, tento mostrar a dinâmica da escrita da memória pessoal do autor que, portanto, dá forma ao livro.

Por último, procuro apresentar uma reflexão sobre a utilização do testemunho para os estudos de Literatura, História e seus limites, a partir do trabalho de autores consagrados como, por exemplo, Beatriz Sarlo e Paul Ricoeur. Abordarei a questão do testemunho como fonte, usada muitas vezes sem critério, para a produção da História e a forma como esse processo tenta ser voz da memória coletiva, como se ele, apresentado por uma vítima, fosse isento de crítica e fosse um puro exemplo do passado.

Introdução

Em tempos de violência institucionalizada em que vemos, por exemplo, ao abrirmos os jornais, alguns governos usando a tortura de maneira sistemática, ou ainda, grupos de “poderes paralelos” usando igualmente esse modo de violência, temos a obrigação de levantarmos questões em relação a essa situação. Questionarmos notícias dadas pela imprensa, ações governistas, produção cultural, etc, é de extrema importância para que evitemos certos tipos de práticas que, com o passar do tempo, e sem nos darmos conta, vão se tornando naturais e institucionalizadas. Nesse ponto é fundamental olharmos para a História do século XX, era de catástrofes que marcaram definitivamente o olhar sobre o mundo. É também importante, sendo mais específico, olharmos para a história recente do Brasil, para tratarmos de um tema no qual, em um passado não muito distante, a violência chegou a ser uma prática corriqueira por parte de governos e que no presente insiste em ser “esquecida”.

No Brasil, os militares chegaram ao poder em abril do ano de 1964. Ao longo de vinte anos, governaram o país com autoritarismo, reprimindo violentamente qualquer grupo ou indivíduo que se posicionasse contra o regime, principalmente aqueles que pertenciam, ou eram simpatizantes, da esquerda. Para isso, construíram toda uma aparência de legalidade em suas ações a partir de um sistema de leis e decretos que permitiam que a repressão atuasse à vontade. Já nos primeiros dias de governo militar, editaram o primeiro Ato Institucional, resultando em inúmeras cassações de parlamentares, governadores, jornalistas e militares. Aos poucos a oposição foi se reagrupando, e é nesse período que cresceram os grupos de esquerda armados, que pretendiam lutar contra a ditadura instalando focos de guerrilha urbana e rural, cujo objetivo final era despertar o povo para que os apoiassem na busca do socialismo. Em 1968, o então presidente Costa e Silva editou o Ato Institucional no.5, promovendo o endurecimento da repressão com o chamado “golpe dentro do golpe”, suspendendo a garantia do *habeas corpus* no caso de crimes contra a segurança

nacional e o julgamento de crimes políticos por tribunais militares. Desde 1964 e a partir de 1968 de forma mais acentuada, percebemos a montagem de uma estratégia de implantação do terror por parte do Estado. O resultado de todo um arsenal de Atos, decretos, cassações e proibições foi a paralisação quase completa de movimentos de denúncia, resistência e reivindicação, restando como oposição somente aquela que era feita na clandestinidade.

Para tentarmos entender um pouco o modo como isso foi possível, é necessário mencionarmos a situação polarizada da política em que o mundo estava mergulhado. As fronteiras entre países e partidos de esquerda e direita eram mais definidas do que são hoje e havia muita pressão por parte das potências mundiais capitalistas para conter o avanço socialista. A esquerda ganhava espaço em um mundo onde a contestação e a busca por direitos também cresciam. Esse cenário é fundamental para compreendermos o modo como essa década consolidou formas distintas de se pensar o mundo e que culminaram, ao menos na América Latina, em países com violentas ditaduras militares. O termo “revoluções” requer um pouco de cuidado, pois pode ser usado em quaisquer êxitos chamados dessa forma, comunistas ou não. Por exemplo, o golpe militar brasileiro sempre foi chamado de revolução pelos militares.

Ao mesmo tempo, ocorria um processo de proletarização das camadas médias da população, com a falta de empregos, e extrema dependência do capital numa sociedade cada vez mais consumista. Protestos, resistências e mobilização política explodiram no mundo, com seu ápice em 1968, coincidentemente o ano em que, no Brasil, a ditadura militar endurecia o processo repressivo, com o general Costa e Silva na presidência. Esse foi um "ano-chave" dentro da própria ditadura, assim como para os movimentos de contestação:

> *"Com persistência rara, para o Brasil, 68 ainda povoa o nosso imaginário coletivo, mas não como objeto de reflexão. É uma vaga lembrança que se apresenta hora como totem, ora como tabu: ou é a mitológica viagem de uma geração de*

> *heróis, ou a proeza irresponsável de um 'bando de porralocas' como se dizia então*" (VENTURA, 1988, p. 14).

Podemos pensar aqui que o emblemático ano de 1968 ressoou de forma marcante no Brasil: a mudança do comportamento cultural, as resistências, as manifestações e protestos, assim como o medo e a oposição a essas idéias fez com que a ditadura militar endurecesse a sua tentativa de controle da sociedade.

Recuando um pouco, para o Brasil antes de 1964, além dos fatores internacionais, a política nacional contribuiu para que a mobilização popular lutasse pelas chamadas reformas de base, que envolviam mudanças em áreas como economia, agricultura e educação. No governo estruturou-se uma frente nacionalista, crescendo a pressão pelas reformas. Além disso, esse clima político por reformas também atingiu as bases militares. O clima de reivindicações atingia diferentes grupos dentro da sociedade, como, por exemplo, estudantes e operários, cuja politização ameaçava a ordem estabelecida. Antes, porém, que todo esse clima de efervescência vivido pelo Brasil ameaçasse de verdade as elites assustadas, os golpistas lançaram os preparativos finais para a ação. A instabilidade política e a economia com altas taxas de inflação favoreceram a pregação da direita à classe média, favorável a mudanças que trouxessem um governo forte.

A obra **Brasil: nunca Mais** pode nos ajudar a entender esses últimos momentos que antecederam o golpe em 1964:

> *"praticamente toda a classe média e setores importantes dos trabalhadores rurais e urbanos estavam ganhos pela propaganda anticomunista. Seus principais veículos foram organismos financiados pelos EUA, Partido Social Democrático (PSD), a União Democrática Nacional (UDN) e a Igreja Católica, especialmente sua hierarquia, que se une à agitação contra o governo, amparada pela grande imprensa,*

> *e enseja as célebres 'marchas da família, com Deus, pela liberdade' "* (**Brasil: Nunca Mais**, 1986, p. 59).

Era muito difícil resistir a qualquer ação militar. O país estava dividido e a situação no governo não era muito diferente do que se via no país. Flávio Tavares, na época colunista político do jornal "Última Hora" em Brasília, vítima da ditadura e um dos autores estudados neste trabalho, escreveu **Memórias do Esquecimento**:

> *"Todos tiveram responsabilidade no desastre. Não só os militares que deram o golpe ou os políticos que os induziram a golpear. O setor político como um todo (...) não se comportou diferente do pessoal de farda"* (TAVARES, 1999, p. 149).

Mais para frente ainda completa: *"Sem a participação do parlamento, sem a sua conivência com o movimento militar, a formalização ou legalização do golpe teria sido dificultosa"* (TAVARES, 1999, p. 151).

Percebemos que qualquer resistência seria difícil já que temos uma grande parcela dos políticos, se não comprometidos, pelo menos indiferentes e coniventes com a ação dos militares.

Alguns dias antes da posse do general Castelo Branco em 1964, o primeiro Ato Institucional foi publicado, resultando em inúmeras cassações de parlamentares e governadores, e militares reformados compulsoriamente. Foi criada a Comissão Geral de Investigações (CGI) para coordenar as atividades dos inquéritos policiais militares instaurados em todo o país, e o Serviço Nacional de Informações (SNI). Em outubro de 1965 foi editado o Ato Institucional n.2, acabando com todos os partidos políticos. Na prática, a partir desse momento, somente a ARENA (Aliança Renovadora Nacional) e a "oposição consentida", o MDB (Movimento Democrático Brasileiro) poderiam atuar. Quase uma contradição em termos: "oposição consentida", "movimento democrático" numa ditadura militar

que ia ganhando corpo e mostrando sua face. O AI-2 permitia ainda ao poder Executivo fechar o Congresso Nacional quando entendesse necessário. Além disso, tornava indiretas as eleições para presidente da república, e estendia aos civis a abrangência da Justiça Militar (**Brasil: Nunca Mais**, 1986). No ano de 1966, com fortes disputas internas nos quartéis, transformados em colégios eleitorais, venceu a chamada linha dura, e o general Costa e Silva foi eleito para presidente.

Aos poucos, a oposição ao regime vai readquirindo força nas ruas, fábricas e escolas, apesar da repressão. Formaram-se, então, diferentes correntes de opinião em muitos grupos de esquerda, dissidentes do Partido Comunista, que desejavam lançar as bases para uma mudança política que, tentasse se mobilizar um pouco mais e se preparasse para uma oposição mais radical e armada. A luta era para restabelecer aquilo que consideravam como democracia e também que fosse preparado terreno para uma mudança de cunho socialista. (RIDENTI, 1997). Inicialmente, os conflitos ocorreram para criar condições necessárias para a implantação da chamada “Revolução”. Para o começo da guerrilha era preciso material e dinheiro, conseguidos através de assaltos a bancos e roubos de armas. Porém, como já dito, 1968 foi o ano do endurecimento da repressão, com o chamado “golpe dentro do golpe”, e essa oposição não conseguiu mobilizar a maioria das pessoas contra a ditadura, principalmente porque se enganaram quando acharam que o golpe implicaria estagnação econômica.

No final de 1968, Costa e Silva editou o Ato Institucional-5. A novidade desse novo ato era a ausência da determinação do prazo de sua vigência, além de suspender a garantia do *habeas corpus* no caso de crimes contra a segurança nacional e a imposição do julgamento de crimes políticos por tribunais militares. O AI-5 foi o símbolo da ascensão de um Estado que, desde 1964 e a partir de 1968 de forma mais acentuada, foi militarizado ao extremo, unificou o aparelho repressivo, deu autonomia aos setores do aparelho repressivo e incorporou práticas de combate à criminalidade na repressão política. Percebemos nessas

atitudes a montagem de uma estratégia de implantação do terror por parte do Estado.

Um dos pilares dessa política era a Doutrina de Segurança Interna, que criava uma categoria de "guerra de subversão interna", colocando em primeiro plano o conceito de "fronteiras ideológicas", "agressão indireta" e "inimigo interno". Segundo essa doutrina, um dos objetivos dos inimigos seria desestabilizar as instituições do país, e dessa forma definida, a "guerra revolucionária" passou a considerar suspeita toda a população e enxergá-la como um inimigo potencial a ser controlado, perseguido e eliminado. Flávio Tavares em suas memórias diz:

> *"Daí para frente o Brasil mudou. O medo se incorporou ao cotidiano. A delação e o colaboracionismo fizeram do dedo-duro um dos suportes do regime. Começava-se a falar baixinho ou a nada dizer e a tudo calar. O bom patriota era o brasileiro com medo, domesticado pelos tambores militares"* (TAVARES, 1999, p. 26).

Mesmo com todo esse aparato de repressão, a resistência armada intensificou suas ações, partindo, por exemplo, para seqüestros, nos quais, exigia-se, em troca do seqüestrado, a libertação de presos políticos.

Em 1969, com o lema "Segurança e Desenvolvimento", o general Médici assumiu a presidência representando o período mais absoluto de repressão, violência e supressão das liberdades civis. Desenvolveu-se um aparato de órgãos de segurança, com características de poder autônomo, que levou aos cárceres políticos muitos cidadãos, transformando a tortura e o assassinato numa rotina (**Brasil: Nunca Mais**, 1986). Além da prontidão para qualquer tipo de revolta popular, o preparo para essa guerra "invisível" foi decisivo. Capturas; interrogatórios; investigações sigilosas; armazenamento e processamento de informações acerca de atividades clandestinas e, portanto, oposicionistas; melhor preparo ideológico de alguns e desenvolvimento de métodos de tortura. Com o crescimento da repressão, houve a necessidade de integração entre os

organismos repressivos existentes: Marinha, Exército, Aeronáutica, Polícia Federal e polícias estaduais. Dessa integração surgiu a OBAN (Operação Bandeirantes), órgão que não era formalmente estruturado e nem vinculado a nenhuma das forças. A ausência de estrutura legal conferiu ao novo organismo uma mobilidade na guerra contra a subversão e impunidade quanto aos métodos utilizados. O êxito da OBAN em São Paulo fez com que os responsáveis pela segurança nacional, copiando seu formato, criassem órgãos iguais em outros Estados. Apareceram, assim, os DOI-CODI (Destacamento de Operações e Informações – Centro de Operações de Defesa Interna), atuando conjuntamente com o DOPS (Departamento de Ordem Política e Social), que em São Paulo chegou a competir com o DOI-CODI na ação repressiva, tendo como chefe o delegado Sérgio Fleury, lembrado por inúmeros assassinatos e torturas.

Esses órgãos foram responsáveis por concentrarem toda a violência que o regime impôs e, ao mesmo tempo em que atuavam contra a subversão e a guerra interna, trabalhavam com um aparato clandestino, tendo a tortura no seu núcleo de funcionamento, porém jamais reconhecido pela corporação militar e policial. Até o olhar menos atento à literatura e a alguns testemunhos faz com que essa negativa se transforme num castelo de cartas. Temos diversos relatos mostrando que a prática da tortura se repetiu seguidas vezes, sendo colocada à parte do sistema oficial. Há, entre outros documentos, uma imensa produção de relatos de memória e obras ficcionais onde vemos claramente que essa violência fez parte da rotina diária de combate ao que se chamou de subversão:

> *"Levaram-me para o pau de arara. Dependurado, nu, com as mãos e pés amarrados, recebi choques elétricos nos tendões dos pés e na cabeça. Eram seis torturadores (...). Davam-me 'telefones' e berravam impropérios. Isso durou cerca de uma hora (...). O interrogatório reiniciou. As mesmas perguntas sob cutiladas e ameaças. Quanto mais eu negava, mais fortes as pancadas (...)*" (BETO, 2000, p. 259).

Esse depoimento pertence a Frei Tito de Alencar, frade que pertenceu a um grupo de oposição dentro da Igreja Católica e que sofreu um dos mais bárbaros casos de tortura do período. Suicidou-se em Paris no ano de 1974, em absoluto desespero interior por causa da violência sofrida nos porões e aparelhos clandestinos da repressão. É um entre muitos relatos produzidos, relatos de uma fragmentação absoluta do ser.

Finalmente, transcorridos quinze anos de ditadura, o Brasil passa a viver um processo delicado de reabertura política, cujos ecos se fazem presentes até hoje. A Lei da Anistia de 1979 foi diretamente responsável pelo silêncio imposto a todo esse passado, já que ajuda no esquecimento dos abusos perpetrados pelo regime militar. A abertura não levaria à investigação do aparelho repressivo e, portanto, do passado. Apesar disso, muitos testemunhos referentes aos processos de tortura, principalmente em livros de memória, conseguiram aparecer em público, fazendo com que a chamada "História Oficial" fosse contestada, e abrindo uma dimensão nova aos estudos do período. Apesar da proximidade no tempo, e talvez essa proximidade seja o maior desafio ao lidarmos com um passado recente, é possível fazermos uma análise a partir dos relatos produzidos por pessoas envolvidas nesses acontecimentos, principalmente aquelas que foram alvos diretos da violência institucional que, e aqui reside um paradoxo, operava na clandestinidade.

No Brasil ainda enxergamos reminiscências desse período de ditadura militar recente, cujos protagonistas de ambos os lados ocupam cargos públicos ou estão na produção cultural, por exemplo, ao mesmo tempo em que muitos desaparecidos permanecem uma incógnita e a dor de suas famílias e amigos, não atendida. A dor também está presente nos familiares daqueles que já sabemos o paradeiro: mortos. Não podemos nos esquecer de que aqueles que conseguiram sobreviver também lutam com os fantasmas presentes em seu cotidiano. Dor e pesadelos que muitas vezes vão e voltam ainda mais fortes. Vidas inteiras estilhaçadas e fragmentadas. Flashes. Vozes. Lágrimas.

A documentação e os relatos desse tipo de prática, seja historiográfica, memorialística, ou obra ficcional (que envolve a memória também) são importantes para, apesar do impedimento da inscrição da tortura na memória histórica, questionarmos os esquecimentos e os silêncios do presente. Segundo Márcio Seligmann-Silva, no livro **Catástrofe e Representação**, qualquer produção historiográfica ou ficcional teria de lidar com um jogo de opostos, com um vazio que a própria representação do evento traumático impõe:

> *"por um lado, a necessidade de escrever sobre esse evento, e, por outro, a impossibilidade de cumprir essa tarefa por falta de um aparato conceitual 'à altura' do evento"* (SELIGMANN- SILVA, 2000, p. 78).

E, mais para frente, deixando mais claro, *"como representar algo que vai além de nossa capacidade de imaginar e representar?"* (SELIGMANN- SILVA, 2000, p. 79).

Colocada assim essa história e as dificuldades de se lidar com suas conseqüências no presente, busco neste trabalho tentar entender o esforço de memória de pessoas que passaram pela experiência da tortura durante a ditadura militar do Brasil. Busco também entender a questão da possibilidade e os limites de representação do evento traumático, ou seja, até que ponto a memória fragmentada de alguém, igualmente fragmentado pela violência, consegue dar forma a essa experiência nos seus relatos. Também procuro refletir sobre como essa memória ainda habita o presente entre o esquecimento e o silêncio, impostos ou não. Luiz Roberto Salinas Fortes, filósofo que foi preso pela ditadura brasileira e que também será estudado aqui, nos ajuda a perceber esta questão:

> *"E hoje o exorcismo que se renova a cada instante, a cada hora, a cada dia, a cada semana, a cada mês, a cada ano, a esperança que rejuvenesce de quebrar as grades, voar, essas grades que continuam, imaginárias, a me comprimir o cérebro. Sonho em reconquistar a integridade e a liberdade, será possível? Como contornar a lógica da*

tendência se o sabotador, com toda essa malícia, instalou-se dentro da cabeça, enfiou-se no interior do interior, sugando os esforços e comprometendo a objetividade do pensamento?" (FORTES 1988, p.100).

Capítulo I

1.1 Memórias e Esquecimentos em Flávio Tavares

"Mas pode-se contar? Poder-se-á contar?
Vem-me a dúvida desde esse primeiro instante".
Jorge Semprun, 1995

É difícil estabelecermos os motivos que levam uma pessoa que passou por uma situação extrema a escrever suas memórias. Esse tipo de literatura trabalha numa tênue fronteira, quase imperceptível, entre história e memória, entre o "real" e a ficção, entre a denúncia e uma espécie de necessidade pessoal de escrever. Outra característica importante e até certo ponto contraditória é que ela pode trabalhar junto com a historiografia ou ser um contraponto a ela. Nesses pontos específicos, tratamos de relatos que não simplesmente representam o "real" e a memória, mas sim daqueles que tentam a todo custo dar uma forma a esse "real", assim como à memória do que passou: cortes; esquecimento; silêncios; comprometimento com algum grupo; comprometimento consigo mesmo; questões morais. Essas são algumas das questões que estão em jogo quando pensamos nesse tipo de obra de teor testemunhal. É o cruzamento de dois mundos que se complementam e por vezes se repelem. É um tipo de literatura que cresceu durante o século XX e que tem um relacionamento e um compromisso com o chamado "real".

Antes de continuar, é necessário especificar, ainda que de forma breve, o que é entendido por esse "real", principalmente nas questões que envolvem o tipo de literatura trabalhado aqui. Márcio Seligmann-Silva, no artigo "O Testemunho: Entre a Ficção e o 'Real'" estabelece um ponto importante ao tratar da literatura de testemunho:

"Esse 'real" não deve ser confundido com a 'realidade'
tal como ela era pensada e pressuposta pelo romance

> *realista e naturalista: o 'real' que nos interessa aqui deve ser compreendida na chave freudiana do trauma, de um evento que justamente resiste à representação"* (SELIGMANN-SILVA, 2003a, p. 377).

Com essa definição do "real" entendido não como a representação pura de uma determinada "realidade", mas sim um "real" ligado a um evento que é irrepresentável, intimamente ligado ao nosso século de catástrofes e usado também em boa parte dos estudos da literatura de testemunho, podemos prosseguir tentando cercar parte do o que é essa literatura. No Latim, temos duas palavras que definem o que é o testemunho. Ambas são fundamentais para entendermos as diferenças existentes entre os seus tipos. A primeira, *testis*, indica a presença de um terceiro na hora de testemunhar. Sua presença nos leva diretamente à possibilidade da dúvida e da mentira e à verificação da verdade naquele testemunho. A segunda, *superstes*, propõe algo um pouco mais complexo. A palavra sugere que a pessoa passou por uma provação, ou seja, é sobrevivente de uma situação extrema. Se levarmos em conta o "real" no sentido do evento que resiste à representação, essa idéia do sobrevivente revela um testemunho que tenta dar conta de um tipo diferente de "real". Assim como na literatura de forma geral, no testemunho também temos uma espécie de tensão na sua relação com o "real": é um jogo de mão dupla de afirmação e negação em que não podemos delimitar o que é real e o que é ficção. Mais do que dar forma ao que existe de mais terrível em sua experiência, também podemos dizer que o testemunho é uma manifestação desse "real".

O mercado editorial brasileiro abriu amplo espaço para obras que se relacionam com testemunhos desse tipo, desde relatos de memória relacionados à Shoah durante a Segunda Guerra Mundial, ou à ditadura militar brasileira, até relatos de presos do sistema carcerário brasileiro, também sobreviventes. Das obras que tratam da ditadura brasileira, o já mencionado livro **Memórias do Esquecimento**, de Flávio Tavares, destaca-se imediatamente. Colunista político

do jornal "*Última Hora"* e professor da Universidade de Brasília (UNB), Tavares foi preso três vezes entre 1964 e 1969. Passou por sessões de tortura e foi um dos presos trocados pelo embaixador americano Charles Elbrick, seqüestrado em 1969. No exílio, entre outros países, esteve na Argentina entre 1975 e 1977, convivendo com o medo de ser preso por outra ditadura. Em 1977, ao viajar da Argentina para o Uruguai, foi seqüestrado pela repressão uruguaia, sendo torturado e ficando desaparecido por quase trinta dias. Depois, passou mais seis meses em uma prisão nesse país.

Seu livro de memórias foi escrito muito tempo depois de suas experiências traumáticas, num intenso trabalho de memória no qual faz uma reflexão sobre a tortura, o exílio e a sua segunda experiência extrema, fora do país. Reflete, entre outras coisas, sobre os limites existentes para contar aquilo que passou. Uma voz, ainda que trêmula, tentando esboçar possibilidades futuras a partir de um presente massacrado pelo passado. Essa literatura destaca-se pela dilaceração do ser humano, onde pequenos fragmentos da memória aparecem tentando dar forma à dor. Ou seria a dor tentando dar forma à memória?

De maneira geral, a obra é dividida em duas grandes partes. Na primeira ele nos fala dos episódios diretamente ligados ao exílio, com o momento de sua expulsão do país, assim como suas impressões durante a viagem, de dentro do avião. Curioso notarmos que aqui há uma alternância entre o presente e o passado na narrativa, questão que abordarei mais à frente. A segunda parte se inicia com os bastidores do poder em Brasília em 1964 às vésperas do golpe. Caminha por aqueles anos iniciais da ditadura militar e o começo da resistência armada, liderada por Leonel Brizola, então no Uruguai. No final, salta do ano de 1968 para o que chamou de "morrer em terra alheia" com a prisão no Uruguai em 1977. É nessa parte, com novas torturas, que sua narrativa volta para o tempo presente. Nesse trabalho focarei mais na primeira parte do livro e na sua experiência de tortura no Uruguai.

O testemunho de Tavares possui vida e morte. O terror político assume a forma de uma técnica de produção do silêncio, principalmente ao implantar o

medo. Há o desejo e a impossibilidade de esquecer e ao mesmo tempo a necessidade de contar. Ele mesmo nos dá uma pista na sua introdução:

> *"Lutei com a necessidade de dizer e a absoluta impossibilidade de escrever. (...) Esquecer? Impossível, pois o que eu vi caiu também sobre mim, e o corpo ou a alma dos sofridos não podem evitar que a mente esqueça ou que a mente lembre. Sou um demente escravo da mente"* (TAVARES, 2005, pp.13–15).

Ainda na introdução, questiona incisivamente a lembrança com diversas perguntas:

> *"Tendo tudo para contar, sempre quis esquecer. Por que lembrar o major torturador, os interrogatórios dias e noites adentro? Para que lembrar da brutalidade da ditadura(...)?"* (TAVARES, 2005, p.15).

Talvez outra frase sua nos dê um pista da decisão de escrever. Tavares, após todo esse questionamento sobre o motivo da recordação constante, diz algo que pode iluminar todo esse trabalho e até mesmo outras obras sobre o testemunho: *"Eu me lembro tanto de tanto ou de tudo que, talvez por isso, tentei esquecer"* (TAVARES, 2005, p.15). Conforme dissemos antes em outra citação, seu esquecimento é impossível, mas, aqui, o verbo *tentar* dimensiona de outra maneira o problema. Os questionamentos anteriores esbarram nas, provavelmente, inúmeras tentativas de se chegar a esse esquecimento que nunca chega. Quanto mais ele tenta esquecer, mais ele lembra. Como uma maldição, é como se a memória não existisse sem a sua resistência: *"e por não esquecer, te conto"* (TAVARES, 2005, p.15) são as palavras anunciadas no fim de sua introdução.

Temos um dos pontos chave do testemunho que é o fato da memória só existir ao lado do esquecimento. Aquele que narra sempre combina memória e

esquecimento. Nessas tentativas e combinações, talvez possamos falar de uma obrigação moral com aqueles que não tiveram voz ou que foram emudecidos ou até mesmo para tentar – e aqui está o verbo tentar novamente – se livrar dessas memórias, no sentido de não ser oprimido e sufocado por elas.

Jorge Semprun aborda esse tema de maneira bela e crua. Espanhol exilado na França e militante comunista, Semprun foi preso pelos alemães em 1943 e enviado ao campo de concentração de Buchenwald de onde só saiu em 1945, com o fim da Segunda Guerra Mundial. Depois de libertado, voltou à França, mas preferiu o silêncio a falar de sua experiência no campo de concentração. Já no título de sua obra, **A Escrita ou a Vida** (SEMPRUN, 1995), vemos como a questão é fundamental em suas reflexões. Semprun optou pela vida ao tentar esquecer esse passado. O esquecimento deu a ele uma possibilidade ou, ao menos, uma *tentativa* de vida. O silêncio auto-imposto revelou-se uma forma de sobrevivência, porém ele não conseguiu viver sem os pesadelos constantes. Qualquer distração da memória e o passado, por vezes opressor, voltava à mente. Um dos traços comuns que encontramos em testemunhos desse tipo é a relação conflituosa com os constantes pesadelos. Tavares nos conta uma passagem de sua vida, enquanto permaneceu no exílio, em que sonhou constantemente com a mesma cena, que o acompanhou durante os dez anos em que esteve no exílio. Nesse sonho, seu pênis caía e ele tentava encaixá-lo com uma espécie de parafuso feito de suas carnes, para ver se ele ainda vivia. Houve momentos nos quais o pesadelo se apagou, mas, segundo ele, *"No topo das ameaças e do terror político dos anos 70, voltou a aparecer"* (TAVARES, 1999, p.15). Talvez esse sonho estivesse consigo desde as sessões de tortura pelas quais passou, incluindo choques elétricos em sua genitália, quando esteve preso em 1969 no Rio de Janeiro.

Logo em seguida, complementa:

> *"Mais terrível que o pesadelo era o levantar-se com ele, na dúvida (...) entre a noite e o amanhecer, sem saber se*

> *fora apenas sonho mesmo ou o despertar de uma realidade cloroformizado pela vida"* (TAVARES, 1999, pp.15– 6).

A solução que Semprun encontrou para poder encarar seu passado foi escrever na forma de ficção, e mesmo assim, dezoito anos após a sua libertação do campo de concentração. Tavares também escreveu suas memórias passados muitos anos da tortura e do exílio. Em seu relato ele não dá indicações do motivo dessa demora pela escrita, a não ser a já citada tentativa de esquecer e não conseguir. O título escolhido, "Memórias do Esquecimento", talvez remeta a essas memórias de um desejado esquecimento que não chega nunca e que o acompanham sempre, seja na escrita, seja nos sonhos. Se a escrita é o contrário da vida para Semprun, ou seja, a morte, já para Tavares temos a impressão de que o desejado esquecimento é a vida, enquanto as suas insistentes memórias são os grilhões que o aproximam da morte. A expressão Memórias do Esquecimento remeteria, portanto, à sua morte e ao desejo de vida. Teixeira Coelho, em sua obra **História Natural da Ditadura** (COELHO, 2006), trabalhou com suas memórias e sua experiência, cruzando arte e literatura através das décadas pelas quais passou, fazendo uma reflexão provocativa sobre o modo como considera a ditadura, uma espécie de estado natural. Coelho passa por questões de memória e esquecimento, bem como o sentido fundamental da relação entre ambos. Tavares não se lembra de tudo, como o personagem de "Funes, o Memorioso", conto de Jorge Luís Borges citado por Coelho. Se ele se lembrasse de tudo, como o protagonista, dotado de uma memória infinita e à qual nada escapa, ele não conseguiria dar sentido às coisas, pois, provavelmente, uma grande massa de fatos pode receber qualquer sentido que esteja disponível. O sentido do passado e da experiência traumática passa pelo esquecimento. A relação entre o que sobrou na memória e aquilo que ela esqueceu é o que confere sentido à experiência.

> *"É nesses vazios da memória que se torna necessário mergulhar para torná-la uma dimensão sem obsessões. A memória sem obsessões será, acaso, a experiência do*

presente, a memória como presente" (COELHO, 2006, pp.144 –145).

É fundamental termos em mente que esses silenciamentos e esquecimentos impostos fazem parte do entendimento e da produção de testemunhos. Nesse sentido, o livro **As formas do silêncio** (ORLANDI, 1997), de Eni Orlandi, nos auxilia a perceber a questão do silêncio que envolve a linguagem. Ele levanta questões sobre o papel desses silenciamentos, ou seja, uma produção de sentidos silenciados que abrem uma nova perspectiva para o entendimento do não dito. *"Na reprodução, já há a não-reprodução (...), na interdição de sentidos já estão os sentidos outros, naquilo que não foi dito está o trabalho do sentido que virá a ser"* (ORLANDI, 1997, p.134). É importante ressaltar que, ao nos aproximarmos desse silenciamento, percebemos que há um meio de produção de sentido nesses silenciados e no seu silêncio, levando a questão para dois caminhos que se entrecruzam em vários momentos: 1) A questão da ligação do não-dizer com a história, principalmente a partir das catástrofes e dos eventos-limite do século XX, e 2) a questão da incompletude da linguagem para se tratar de temas como as memórias marcadas por esses eventos. Analisando as memórias de Tavares, podemos apreender que todo dizer liga-se intimamente com o não dizer, na medida em que seu silêncio demorou anos para ser quebrado e o seu desejado esquecimento implica também o não dizer. O autor escreve para significar-se a ele mesmo na busca pelo entendimento do que passou.

Uma obra interessante e que problematiza outro ponto para essa análise é **Lete – Arte e crítica do esquecimento** (WEINRICH, 2001), de Harald Weinrich, cuja temática central é o esquecimento. Nele, o autor trabalha com a questão da necessidade do homem lutar contra e ao mesmo tempo contar com o esquecimento. Trabalha também com a diferença entre esquecimento privado e público, sendo ambos importantes categorias de análise dos testemunhos. O mais importante para nós nesse momento é ter claro que o esquecimento público liga-se intimamente com a produção de testemunhos sobre determinados períodos de nossa história. Ele lida com os silenciamentos produzidos por via legal, pela

falta de relatos e até mesmo por desinteresse da sociedade em acontecimentos de sua história, principalmente os mais recentes, onde as feridas ainda estão abertas. Citando a obra **Noite** de Elie Wiesel, Weinrich analisa a relação entre o esquecimento e memória:

> *"O esquecimento está sempre ao lado, pronto para saltar quando uma pessoa quiser lembrar. Por isso, para ser duradoura, uma memória precisa lutar diariamente contra o esquecimento. E para ser bem sucedido nisso é preciso conhecer o esquecimento e registrá-lo minuciosamente em todas as suas manifestações atestadas*" (WEINRICH, 2001, p.257).

Com essa reflexão de Heinrich as palavras de Tavares ganham destaque ao nos lembrarmos o quanto ele lutou com o seu esquecimento:

> *"Pergunto-me o que me angustiou mais: Ter vivido o que eu vivi, ou ter rememorado, aqui, tudo o que eu quis esquecer? Do que contei, tentei não tirar conclusões e preferi que a narrativa concluísse por si mesma, nessas histórias que não inventei e que foram tão-só refeitas, cosidas no tempo e no espaço, numa fiação paciente e dolorosa*" (TAVARES, 1999, p.263).

As questões da possibilidade da representação do evento traumático e seus limites são fundamentais quando lidamos com escritos dessa natureza. Ou seja, devemos refletir sobre como a memória fragmentada de alguém igualmente fragmentado pela violência dá forma a essa experiência nos seus testemunhos. Também é importante pensarmos sobre como essa memória ainda habita o presente entre o esquecimento e o silêncio, impostos ou não. Pois mesmo estando temporalmente no "pós" choque, não podemos tomar isso como algo já

superado. Ainda estamos mergulhados no evento, e as representações dele são constantes, seja no esquecimento ou não.

Ainda que habitemos nessa memória do choque, a perda de algo a ser compartilhado – a chamada experiência transmissível, principalmente entre aqueles que sofreram repressão violenta – nos ajuda a indicar uma ruptura entre passado e presente. A memória do choque - a experiência extrema, o incomunicável - aponta para a perda da palavra como elo que tornava possível compartilhar experiências. Assim, o indivíduo, por incapacidade de narrar, compromete sua história e o seu testemunho e vive em um eterno presente.

Esse comprometimento em relação à capacidade de narrar e também em relação à sua história de maneira geral deixa o indivíduo enclausurado. Como se o evento sempre fosse seu ponto de partida. Márcio Seligmann-Silva, no artigo "O Testemunho e a Política da Memória: O tempo depois das catástrofes", trabalha com algumas definições de testemunho e destaca que a já citada categoria de *superstes,* ou seja, a testemunha que é sobrevivente de um evento limite, "*remete à situação singular do sobrevivente como alguém que habita na clausura de um acontecimento extremo que o aproximou da morte*" (SELIGMANN- SILVA, 2005, p.81). Nas palavras de Tavares, isso ganha destaque*:*

> *"De tudo o que passou ficou esse namoro com a morte que me acompanha nos momentos mais esdrúxulos. (...) De onde me vem esse ardor de perigo, essa paixão pela morte que não morri? Por ser um sobrevivente?"* (TAVARES, 2005, p.292).

É importante ressalvar que é fundamental entender o testemunho como algo complexo onde História, visão, narrativa e julgamentos complementam-se, nem sempre com ausência de conflitos. Testemunho, portanto, não pode ser confundido com a historiografia e nem com autobiografia. É um fragmento que se junta à disciplina histórica para colher traços do passado. E a literatura de testemunho tem um importante papel nesse modo diverso de se relacionar com o

passado. Sua idéia parte necessariamente de determinado presente para a elaboração do testemunho: "*a memória é concebida como um local de construção de uma cartografia*" (SELIGMANN – SILVA, 2006c, p. 79). Assim, nesse modelo, diferentes pontos no mapa da memória entrecruzam-se para a construção de um passado.

Em **Tempo passado** (SARLO, 2007), Beatriz Sarlo problematiza a idéia do testemunho como construção e fonte para a História de um país. Defende a idéia de que é melhor compreender que recordar, uma vez que a memória e a construção de um passado não dependem somente do testemunho em primeira pessoa, mas também de informações de outras fontes como a jornalística e documental. Comenta também sobre o papel da literatura, operando numa dimensão específica e particular, como fonte de entendimento do passado. A literatura intima e dialoga com as bases morais e subjetivas de forma mais forte do que o depoimento. O registro que não a ficção ficaria limitado dentro de um campo moral e não conseguiria fazer e responder algumas perguntas: *"a ficção pode representar aquilo sobre o que não existe nenhum testemunho em primeira pessoa"* (SARLO, 2007, p.118). Uma ressalva é importante aqui: Tavares dá um passo além de um simples depoimento. Há muita reflexão em suas páginas. Há uma construção detalhada de cada passo dado, de cada dor sentida. Tarefa que não deixa de cumprir, ainda que para isso ele esteja presente em longas sessões de tortura que a lembrança o faz passar. Não faz isso de maneira crua, como sugere Sarlo quando aborda a limitação dos relatos ao contrapor essa ficção menos presa às bases morais, mas interpreta os acontecimentos e sabe dos limites que a sua tarefa possui.

Fabrício Flores Fernandes, em sua tese de doutoramento: *A Escrita da Dor: Testemunhos da Ditadura Militar* apresentada no Instituto de Estudos da Linguagem (IEL) da Unicamp, trabalhou com questões referentes ao testemunho. Fabrício faz um percurso no qual ele discute questões conceituais sobre a escrita da memória e da dor em pessoas que passaram por situações extremas. Ainda que dedicando um espaço menor, também faz uma análise das obras

testemunhais de Luiz Roberto Salinas Fortes, **Retrato calado**, e de Flávio Tavares, **Memórias do esquecimento**. Levantando algumas perguntas, entre as quais, como o narrador constrói sua narração, a impossibilidade de se contar uma experiência extrema e o período transcorrido até a publicação da obra, Fernandes tenta responder às questões que são propostas por ele na análise desse narrador – vítima. O ato de testemunhar a experiência extrema se ligaria intimamente aos traumas sofridos. Fernandes dedica espaço a uma análise do pensamento dos militares do período, principalmente através de algumas entrevistas feitas posteriormente ao período da repressão. O autor mostra que os militares tentam esconder a todo custo a tortura e, se é inevitável, dizem que pode ter havido algum excesso, mas sempre casos isolados ou de subalternos. Além disso, dizem que o que seus opositores querem, na verdade, faz parte de um revanchismo que eles não aceitam.

Fernandes trata também, em grande parte de sua tese e subsidiado por muitos teóricos fundamentais do assunto, do modo como os estudos do testemunho se desenvolveram após a Segunda Guerra Mundial e como na América Latina e especificamente no Brasil ele ganhou corpo. Para tal análise, há o uso da psicanálise, principalmente os trabalhos de Freud. Para isso, ele se cerca dos conceitos importantes e finca sua análise teórica, especialmente a partir da segunda metade do século XX, com o intuito de entender como o testemunho ganhou corpo na sociedade e como ele se estabeleceu como estudo. Em uma de suas perguntas, o autor tenta identificar e trabalhar as diferentes maneiras pelas quais vítimas de situações extremas se deparam com suas memórias e como é difícil fazer análises que tentam dar conta dessa experiência. Dessa maneira, somente aproximações frágeis são possíveis. Da mesma forma como as análises, a escrita do testemunho em si também tem as suas barreiras e os seus limites, sendo difícil estabelecermos inclusive o motivo da escrita. É claro que estamos falando do caso do Brasil. Fernandes nos dá algumas pistas:

> *"O que se procura evidenciar com este estudo (...) é que um dos objetivos, ainda que em alguns casos não*

> *explicitamente manifestos, dos relatos pessoais de determinadas vítimas da violência repressiva no Brasil pós-64 é o de, justamente, segundo se pode depreender da análise dos elementos narrativos, engajar-se na primitiva tarefa de reparação de feridas que, apesar de recônditas, permanecem abertas"* (FERNANDES, 2008, p. 32)

Segundo o autor, para pensarmos em qualquer tipo de limite para lidar com os testemunhos, temos de considerar o lado privado e o lado da historiografia. Se considerarmos o lado pessoal, temos que pensar que a representação do trauma liga-se diretamente à elaboração de perdas e choques traumáticos coletivos. E se falarmos na construção do conhecimento histórico, é *"fundamental uma aproximação do historiador ao evento traumático que leve em conta não apenas os planos social, econômico e político, mas também o psicológico"* (FERNANDES, 2008, p. 30). A História, portanto, deve problematizar a diferença temporal entre o acontecido e a posição atual do historiador, ou seja, do tempo no qual ele faz a análise e não pensar que sua escrita/posição substitua o trabalho coletivo do luto. Em seu trabalho, ele deve explicitar seu ponto e saber que suas narrativas reconhecem em sua estrutura os limites insuficientes da representação de semelhantes eventos.

Tavares luta contra o esquecimento do horror e da violência das ditaduras pelas quais passou e é aqui que vemos a tarefa política proposta por sua narrativa. Aqui as palavras citadas de Fernandes ganham eco, pois temos um autor em busca de reparação, ainda que suas feridas permaneçam abertas. Além disso, conforme dito anteriormente, esse tipo de literatura de testemunho deve ser combinada com outros estudos, como por exemplo, a historiografia, para termos uma dimensão nova sobre a questão. Jeanne Marie Gagnebin, no artigo "Verdade e memória do passado", problematiza algumas questões envolvidas no tema:

> *"[o historiador] precisa transmitir o inenarrável, manter viva a memória dos sem-nome, ser fiel aos mortos que não puderam ser enterrados. Sua 'narrativa afirma que o*

> *inesquecível existe' mesmo se nós não podemos descrevê-lo. Tarefa altamente política: lutar contra o esquecimento e a denegação é também lutar contra a repetição do horror"* (GAGNEBIN, 2006, p.47).

Os testemunhos, aliados ao conhecimento histórico, tem essa função que a professora Gagnebin mencionou. Aquilo que é considerado inenarrável talvez só o seja na questão da memória. É tarefa da História não se esquivar e está aí uma das tarefas políticas mais importantes dela quando pensamos em situações extremas: lutar contra o esquecimento e qualquer tipo de negação para que o horror não se repita.

1.2 O tempo presente no arquivamento do eu

A escrita de Tavares, principalmente quando lida com a tortura sofrida durante sua prisão em 1969 no Rio de Janeiro, está fortemente marcada por uma flutuação temporal, alternando-se continuamente entre passado e presente. Ele está diretamente mergulhado nesse presente quando faz referência à tortura, à prisão e à viagem para o exílio. Nessa parte da narrativa, o começo do livro, Tavares encontra-se dentro do avião partindo para o exílio:

"*No avião militar que nos conduz ao México, sinto frio*." (TAVARES, 2005, p. 23).

E Mais à frente:

> *"Tudo é tensamente monótono nesse avião da FAB, da paisagem interna dos espaços desocupados às caras apreensivas dos soldados que se revezam na guarda, de pé, e não nos tiram os olhos"* (TAVARES, 2005, p. 37).

É esse o ponto de partida para a recordação e construção da narrativa. É como se ele se colocasse novamente dentro do avião e a partir desse momento lembra como foi preso e como começou o processo todo de tortura e exílio. Um pouco mais à frente no texto, já encarcerado no PIC (Pelotão de Investigações Criminais), no Rio de Janeiro, Tavares tem o seu primeiro contato com a violência da repressão e novamente o narrador mostra-se no tempo presente*:*

> *"Continuo algemado e tudo é tão rápido, feito com tanta destreza que não percebo aonde querem chegar com aqueles fios que me enrolam nos dedos da mão. Em seguida, sinto uma lança pelo braço e pelo corpo, uma lança seca, que não sangra, mas perfura de dentro para fora"* (TAVARES, 2005, p. 33)

Há um movimento de construção da memória e da narrativa na sua obra. Imerso no presente, o autor intercala as sessões de tortura com algumas histórias ligadas à resistência e à oposição, principalmente as que culminaram na sua prisão, quase em sua totalidade no passado. Lembrar e escrever são atividades dolorosas na medida em que, quando escreve a partir desse presente sobre a tortura, ou a viagem para o exílio, é como se ainda estivesse amarrado e amordaçado em um interrogatório, sendo obrigado a lembrar seus passos e suas histórias. Esse auto-interrogatório funciona como uma espécie de tortura: sofre, apanha, sente dor, sente-se esmiuçado e lembra, constrói e conta. Após suas sessões de auto-tortura, ele reflete. Sua reflexão faz-se presente ao longo da obra toda, sempre após a violência que comete contra si mesmo, como, por exemplo, nessa passagem:

> *"O choque elétrico é a primeira dor profunda, mas a grande humilhação, símbolo da derrota e do ultraje, é despir-se (...). É o momento de mútua corrupção entre vítima e algoz"* (TAVARES, 2005, p.39).

Após a prisão no quartel do PIC, Tavares foi um dos prisioneiros trocados pela liberdade do embaixador americano Charles Elbrick, seqüestrado em 1969 por militantes de esquerda. Partiu para o exílio, onde permaneceu por dez anos. Passou boa parte do tempo no México, onde trabalhou como correspondente dos jornais Excelsior e Estado de São Paulo. Exilou-se também na Argentina e em Portugal.

No ano de 1977, em missão humanitária para salvar um correspondente mexicano do jornal Excelsior preso no Uruguai, foi seqüestrado pela repressão uruguaia. Foi jogado no chão traseiro de um carro e pisado pelos seqüestradores. Ficou desaparecido por quase um mês, vendado e algemado. Interessante notar que, ao falar da violência sofrida dessa vez, o tempo da narrativa volta para o presente novamente:

> *"Continuo vendado e só percebo que estou sendo içado por uma roldana – que pelas costas me agarra as algemas – quando meu corpo se eleva do solo. (...) Aos poucos, porém, uma dormência nos braços se expande pelo corpo como uma gangrena seca, progressiva. (...) Essa sensação de necrose só chega ao corpo. A mente continua lúcida."* (TAVARES, 2005, p.286).

Tavares também passou por uma experiência de dois fuzilamentos simulados. Levaram-no para a margem de um rio e armaram a sua execução. Foi tirado do carro, ainda vendado, e ouviu barulho de armas sendo arrumadas. Mandaram-no que ele caminhasse e disparam contra ele. Para não dar a impressão de fuga, diminuiu o passo. *"Cada vez o passo mais lento, pensei nos meus filhos e rezei (...) com o convencimento de que estava morrendo ali. E morri. Morri dentro de mim mesmo"* (TAVARES, 1999, p. 254). Os seqüestradores, agentes da repressão uruguaia, discutem entre si, contra e a favor da execução. Empurraram-no para o carro e o levaram de volta à casa para interrogatório. *"Não sei onde estou nem do que me acusam"* (TAVARES, 1999, p. 254).

Foi condenado novamente à morte:

> *"Senti, apenas, aquela profunda tristeza das despedidas. Pensei nos meus filhos e rezei pensando neles. Ou morri pensando neles, enquanto tudo se repetia exatamente igual à vez anterior: eu caminhei, eles disparam, senti as balas e a morte Agora, porém, para terminar com a farsa, em vez de discutirem, eles gargalharam. Em algumas horas, eu fora submetido a dois fuzilamentos simulados. Simulados? (...) naquela madrugada de 15 de julho de 1977, eu fui executado em terra alheia e morri"* (TAVARES, 1999, p. 254).

Nesse ponto, ao falar de sua experiência extrema no Uruguai, a narrativa de Tavares alterna entre o tempo passado e o tempo presente. Podemos, talvez, pensar que a narrativa está no passado por ele ter mencionado sua morte. Sua relação com esse momento é outra. Ele já não vive mais esse presente. Há diferenças entre essas manifestações do *teor testemunhal* e, como a maioria, esbarra no choque e na fragmentação. Ainda sim, percebemos em sua obra que ele tenta dar um passo além da denúncia e do remorso. A todo o momento, reflete. Tenta entender. Luta contra essa dor que é a sua memória e que não consegue esquecer:

> *"(...) história que não inventei e que foram tão só refeitas, cosidas no tempo e no espaço, numa fiação paciente e dolorosa. Vivida – não inventada -, essa história deixou marcas, cicatrizes, neuroses (...) às vezes até diagnosticáveis até no olhar das vítimas (...) Ou tímida, recolhida e encapsulada em si mesma"* (TAVARES, 1999, p. 289).

A historiadora Suzel Oliveira da Rosa no artigo *"Flávia Schilling e a escrita de si como dispositivo de resistência"* (ROSA, 2009) trabalhou com cartas que a militante brasileira Flávia Schilling escreveu ao longo de sua prisão no Uruguai. A militante revela muitos detalhes que se conectam com o que Tavares nos conta em seu livro. Durante o período no qual ficaram desaparecidos, os dois conheceram diferentes centros de tortura. A rotina de coexistência dos desaparecimentos, da tortura em lugares clandestinos e das prisões era algo recorrente e ambos chegaram a ser usados como reféns da violenta repressão uruguaia. Rosa também diz, e isso vai de encontro com o que Tavares fala dessa sua passagem, que a questão da temporalidade da tortura também é marcante já que, sendo clandestina, remete diretamente à obscuridade, perda de sentidos, cronologia, dor e silenciamentos. Citando Foucault (Foucault, 1992*)*, a autora

chega a um ponto chave quando todos esses elementos se transformam em escrita:

> *"Dessa maneira, tanto a escrita de si quanto o falar de si, possibilita um exercício pessoal. Exercício que ameniza a solidão, pois a carta enviada 'atua, em virtude do próprio gesto da escrita, sobre aquele que a envia, assim como atua, pela leitura e releitura, sobre aquele que a recebe'"* (ROSA, 2009).

Devemos levar em conta a diferença da escrita dos autores. A trajetória deles é muito parecida e a diferença é que Flávia escreveu as cartas durante sua prisão de oito anos e Tavares escreveu seu livro anos depois do acontecido. Essa diferença temporal da escrita, apesar de longa, contém um traço em comum que é a possibilidade do esforço pessoal para contar e também para criar algo de si. Da mesma maneira, quem lê também entra nesse jogo de esforço que Foucault cita.

É por não encontrar fim para essa memória que Tavares escreve. E através dessa escrita ele constrói uma biografia de si, talvez não uma autobiografia propriamente dita, porque aquele "si" já morreu duas vezes nos fuzilamentos simulados, mas ainda sim um relato, não importa o nome que lhe atribuímos, de quem ele era e de quem ele se tornou. Esse tipo de trabalho pode inserir-se dentro de distintos campos do discurso, principalmente o documental, o testemunhal e o ficcional. Além dessas diferentes inserções, ele nasce e se desenvolve em cima de um paradoxo, fundamental aqui, que é o fato de nascer entre o desejo de veracidade histórica e ficcionalidade reinterpretativa. Todos esses pontos ajudam a percebermos o quanto é difícil defini-lo de maneira clara. Temos desde sua importância colocada na relação entre leitor e autor, o momento autobiográfico, até os diferentes sujeitos que escrevem e que a lêem.

Um dos lados dessa escrita memorialística é também a necessidade de perpetuar a existência vivida, passar para frente a história (e quem sabe a dor também não vá junto?), até mesmo, talvez, entrar para a História, não como uma

necessidade narcisista, mas como denúncia, como justiça aos muitos que não puderam fazer o mesmo. Um ponto importante é a questão desses testemunhos como documento histórico, já que a escrita do eu também tem suas especificidades dentro de cada período histórico e isso requer uma cuidadosa análise. Também pode se apresentar como texto literário, conforme a maneira em que é feito o trabalho de leitura, ou seja, a apreensão do texto dentro do gênero. Nesse ponto, o papel do leitor é de extrema importância, pois ele dá validade às questões que o autor levanta dentro do pacto de leitura de fidelidade e coerência. Temos, portanto, a junção de dois aspectos decisivos quando lidamos com textos cuja origem é conflituosa: o aspecto do testemunho, servindo à História, e o aspecto literário.

Há ainda a procura, além de um espaço entre o discurso histórico e o ficcional, pelo discurso do sujeito. Muitas vezes o seu caráter memorialístico dimensiona a sua relação com o passado. Isso se liga diretamente à questão da credibilidade do autor ao tratar do tema, ou seja, o discurso, ao construir uma imagem específica do eu e narrar determinados acontecimentos, vincula-se intimamente ao discurso histórico.

Mesmo tendo em mente que toda escrita é uma escrita do eu, esse tipo de biografia é única e realiza-se quando uma pessoa, através de um texto, quer contar sua vida e dizer quem é. É papel da memória construir essa vida e dar a ela o rumo desejado. A professora da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) Bella Jozef analisa essa questão em seu artigo "(Auto) Biografia: Os territórios da memória e da História alguns aspectos da autobiografia" e diz que "*o escritor está na sua temporalidade de homem destinado à morte e que reencontra o tempo perdido a cada instante da escrita"* (JOZEF, 1998, p. 298). A partir dessa afirmação, podemos pensar que a autobiografia liga-se a questões de alteridade, num lento processo de diferentes tempos e pessoas, destacando-se a interdependência entre o vivido e o lembrado e o processo de construção dessa vida a partir da escrita. Há um jogo de espelhos entre o eu e o outro. Ambos se conhecem, dependem um do outro, se recriam e

constroem algo novo ao mesmo tempo. Além disso, é testemunho também do modo como uma pessoa olhou para si próprio em uma temporalidade diferente, quase um "outro" que atendia pelo mesmo nome, tentando dar sentido às suas memórias. Se pensarmos na obra de Tavares, percebemos que esse olhar para si próprio entra em contato e choca-se com diferentes temporalidades dentro do seu discurso. São vários os momentos nos quais isso fica claro, desde sua tortura na prisão no Rio de Janeiro em 1969, sua viagem rumo ao exílio, a sua morte simulada no Uruguai e os bastidores do poder no momento do golpe e poucos anos após ele.

Quando lidamos com a questão do eu nos relatos, entramos em um campo que é de difícil percepção em um olhar menos atento. Em um texto dessa natureza, o ato de escrever dá origem à escrita da própria vida. Jozef destaca e diferencia algumas formas de eu que se evidenciam nos textos:

> *"Esse eu da escritura é produto de uma constante vacilação entre o eu autônomo (eu literário/ eu autor/ eu narrados/ eu personagem) que toma figura de consciência e o eu escriturário que se ausenta (...) Toda escrita do eu pressupõe a estranheza do sujeito que se vê como outro de si próprio"* (JOZEF, 1998, p.300).

A estranheza do sujeito fica óbvia quando lemos alguns dos relatos memorialísticos. O eu do passado é sempre diferente do eu do futuro, suas memórias são diferentes, assim como a do eu que escreve. Esse jogo é de vital importância na construção estética dessas memórias e na construção do eu nos testemunhos. Em Tavares temos alguns pontos para pensarmos nessa questão. É possível que ele se desdobre em outros, causando essa estranheza, se pensarmos que há duas chaves importantes no seu testemunho. Uma representada pela sua "morte" no fuzilamento simulado e a outra no seu discurso no tempo presente quando fala da tortura, principalmente no Brasil.

Quando lidamos com textos dessa natureza, e aqui volto à questão de sua relação com a História, quase sempre em sua totalidade partimos do lado pessoal

para um levantamento de questões e problemas que são também de ordem social. Há, basicamente, a representação de determinados acontecimentos baseada na memória. Esses acontecimentos pessoais e sociais misturam-se e são confrontados no ato de lembrar e escrever. Lembrar e escrever essa memória nos remete a um embate entre a recordação de um determinado passado e o momento presente da escrita. A construção feita dessa relação conflituosa tem por objetivo dar sentido a um conjunto de imagens que emergem nas mais variadas situações, criando um ponto temporal fixo.

Surge aqui uma questão importante que pode aparecer como paradoxo e que é de difícil análise. O passado é evocado sempre no momento presente, na escrita e também e na recordação. Ou seja, não podemos esquecer da força das dimensões temporais e em suas relações quando pensamos testemunhos. Ao fazer isso, o escritor tem necessariamente que pensar em um eu diferente, uma espécie de outro, existente apenas no passado e que, portanto é diferente do eu do presente. É uma forma de conhecimento de si mesmo através da escrita. É o momento de encontro do eu textual com o eu narrador. Essa diferença entre o eu que flutua entre os tempos justifica a discursividade da narração. Jozef (JOZEF, 1998, p. 303) explica que

> *"o narrador não relata somente o que ocorreu 'naqueles tempos', mas o processo pelo qual o eu passado se transformou no eu presente e, se quiséssemos usar termos mais atuais, o narrador fala de sua ideologia ao mesmo tempo em que conta a história dessa ideologia"*

Tavares tem plena consciência dos limites de sua recordação, assim como, narrador hábil, dos limites do olhar para o passado e construir uma narração, linha por linha. Ele está num presente, contando a trajetória, ou ao menos parte dela, que o fez chegar ao seu que eu está contando*. "É impossível, ou pelo menos enganoso, tentar explicar com os olhos e a realidade de hoje o que víamos com os olhos de ontem na realidade de ontem"* (TAVARES, 1999, p.187)*.* Ele também

sabe do tempo que se passou e de como esse tempo longo foi decisivo na construção de suas memórias:

> *"Centenas, como eu, estão vivos e lúcidos para sentir tudo como se entre o passado e o presente haja passado apenas algumas horas nestes trinta e poucos anos que nos separam daquele 1965 em que éramos jovens, românticos e puros. (...) No entanto, entre os dias de ontem e os de hoje, há uma distância de séculos."* TAVARES, 1999, pp.187 – 188).

Se formos mais além, na busca pelas especificidades envolvidas no ato de escrever sobre si, podemos pensar numa espécie de acordo de leitura entre o sujeito que escreve e o sujeito que lê, através da identidade autor/narrador/personagem. Esse tipo de construção de texto aparece como um relato retrospectivo que uma pessoa real faz de sua própria existência, quando põe em acento sua vida individual, concretamente na história de sua personalidade.

A identidade anterior ao texto é importante para o estabelecimento do testemunho, pois o leitor pode duvidar do que é contado, mas nunca da identidade do sujeito que narra. Há aqui uma espécie de contrato de leitura que envolve e distingue o gênero ficcional e o testemunho em que o leitor vai buscar possíveis fissuras na escrita que podem romper esse contrato, principalmente no texto em que o autor fala de si. Há ainda outros pontos levantados quando é discutida a questão da escrita da memória como gênero que permite diversas aproximações com outros campos do conhecimento, aumentado sua já variada gama de significados.

Devemos evitar falar em estilo ou forma ligados a essa maneira de escrita de si, já que não há um modelo fechado e obrigatório para ela. Entretanto, Jozef (JOZEF, 1998, p. 297) alerta que:

> *"o estilo é índice da relação entre o autobiógrafo e o seu próprio passado, ao mesmo tempo em que ele revela o*

> *projeto orientado para o futuro, de um modo específico de revelar-se a outrem".*

Na autobiografia encontramos uma mudança da própria imagem de vida, idéias, atitudes e conhecimento. Nela, realidades experimentadas de forma concreta, são alteradas pela vida interior para ganhar a forma literária. *"O argumento da autobiografia é o tempo da temporalidade rica do ser, a expressão de uma consciência"* (JOZEF, 1998, p. 298).

Jozef também trabalha em uma questão fundamental envolvendo as autobiografias, que é a relação entre o "eu" e o mundo: como o eu reage com o mundo e como o mundo experimenta o eu. Nenhum escritor de autobiografia, diz a autora citando Elizabeth Bruss *"deve escrever-se sem saber quanto de ficção está implícito no conceito do eu".* E mais para frente comenta:

> *"As memórias apresentam uma versão personalizada da História. Entre a ficção e a autobiografia, o eu impõe-se como separação; entre a história e a autobiografia, a separação reside em suas pretensões diversas de 'verdade'"* (JOZEF, 1998, p. 300).

Temos campos diferentes que se tocam de forma intensa e que, quando analisados com cuidado, podem dar uma dimensão nova, tanto ao estudo da escrita de si quanto ao estudo da História. Quando pensamos em textos autobiográficos, principalmente esses nos quais acontecimentos históricos aparecem de forma mais marcante, temos sempre que pensar num jogo entre a ficção e a História, o que gera certa instabilidade no texto. Pode realizar-se como ficção ao desvincular-se do documental, assim como esse suporte documental pode dar uma dimensão diferente à literatura que ali se desenrola, como se, no espaço aberto à ficção, a literatura se apropriasse do ser .

De uma forma geral, é difícil e até desnecessário separarmos o que é ficção e o que História dentro dos testemunhos. Podemos e devemos nos cercar de todo

um aparato de informações para análises cuidadosas do que é dito. O importante é percebermos dentro desse discurso, que ora se quer histórico ora se quer memória, quais os caminhos escolhidos para que esse desejo seja cumprido. Cabe a nós, estudiosos do tema, apontarmos como esse caminho é construído e quais os suportes e acontecimentos que o permitiram chegar ao conhecimento dos leitores. O professor Márcio Seligmann-Silva (SELIGMANN–SILVA, 2003b, p.34) destaca o fato de ser uma *"literatura do real",* ou seja:

> *"vemos a manifestação de um real violento que se tornou mais e mais central na estruturação da literatura e das artes (...). Nesse movimento em direção ao real, pensado como um (des) encontro violento com o mundo, vemos se construir a narrativa do nascimento do EU (moderno)".*

Essa espécie de autobiografia funda-se em um momento de paradoxo para a pessoa, ou seja, a necessidade e a impossibilidade de contar a sua dor. Outro ponto abordado é o compromisso dessa literatura com a mudança social, onde temos um cruzamento da arte e da política. Aqui, o *testimonio* (da tradição latino-americana) e o testemunho (da tradição européia) cruzam-se, ou seja, aqueles que são observadores da cena, e que por isso podem testemunhar, e aqueles que são sobreviventes, que por vezes têm a necessidade de contar. Nesse sentido, a literatura de testemunho cumpre um papel simultâneo de denúncia e acusação. Dessa forma, o compromisso entre a literatura, a preservação da memória e a História salta aos olhos, deixando claro o enorme buraco que ainda há dentro da historiografia sobre o tema.

Dentro desse compromisso, a literatura opera com diferentes interações entre diversos discursos sociais. É uma maneira de descrever e mostrar a forma como indivíduos e comunidades se constroem e se desenvolvem, ou ainda, dependendo do narrador, como é feita a autoconstrução, ou seja, como se propõe como sujeito e mais ainda como sujeito histórico. É como historicizar-se, dar forma a sua vida a partir de acontecimentos. É claro que devemos tomar cuidado com

isso, pois a relação entre estética, “real”, teorias, intenções, objetivos são complicadas. Há disputas e áreas de escape entre diferentes campos discursivos, e a problematização entre esses fatores é fundamental. A narrativa, dessa forma, é uma espécie de aproximação às culturas nas quais está inserida. O narrar é uma operação de um sujeito mediando diferentes pontos e visões de sua cultura. Ao fazer isso, ele seleciona, organiza, preenche espaços vazios e, talvez mais importante, ele toma consciência. Nesse ponto, não podemos esquecer que qualquer narrativa contém fissuras, que são decisivas para ampliarmos a compreensão do que é narrado, perceber o que foi e o que não foi escrito. A escritura é também um processo e, portanto, prática e instrumento de poder.

Esses pontos são importantes, pois definiram muitos aspectos que vamos encontrar ao longo do século XX e ao longo de toda a literatura produzida sobre o testemunho. Se pensarmos a sociedade desse século XX caracterizada sucessivamente como pós-massacres, ou pós-guerras, podemos perceber uma tentativa de embate entre a memória e a chamada História “oficial”. Principalmente porque há conflitos e limitações entre ambas, e porque são freqüentes as tentativas na História de se apagar ou deixar de fora da sua escrita alguns acontecimentos. Mas esse prefixo “pós” não deve levar a crer em algo que se aproxime do conceito de “superação”, ou “passado que passou”. Estar no tempo “pós catástrofe” significa habitar essas catástrofes, e elas nunca dão tempo para que nos recuperemos, pois há choques constantes delas contra nós (SELIGMANN–SILVA, 2006c). A memória torna-se fundamental em uma era que pretende pensar novamente o homem e a sua humanidade. Nesse sentido, a literatura de testemunho, movimento que tem muito de autobiográfico e que vai além da historiografia, faz parte de um movimento de rearticulação da história traumática dentro de um momento no qual habitamos essas catástrofes.

Quando pensamos no forte teor testemunhal da obra de Tavares, não podemos deixar de pensar no longo tempo entre o final de sua escrita e a sua publicação, o que a torna bem peculiar. Ao refletir sobre essa distância entre experiência e escrita, devemos perguntar quais foram os motivos que fizeram com

que Tavares escrevesse essas memórias depois de tanto tempo, ou porque foi necessário esse intervalo para que ele pudesse escrevê-las. A esse respeito, Marcio Seligmann-Silva (SELIGMANN–SILVA, 2006c, p.42). nos dá algumas pistas:

> *"São as desventuras do protagonista que guiam a mão do autor-desenhista e a nossa leitura. A construção do quadro se dá simultaneamente, pintando o indivíduo por dentro na mesma medida em que seu meio que determina seus limites e transformações. A 'realidade histórica' nasce da ' verdade pessoal' e vice-versa".*

Tavares desenha a sua vida a partir de pontos que quer destacar mais. Ele tem determinados objetivos com a narrativa e, claro, além do seu trabalho da memória, manipula sua imagem através de uma construção literária extremamente habilidosa. Tavares talvez queira, além do registro de um episódio por vezes negado da História do Brasil, perpetuar-se dentro dessa história a partir de suas memórias e habilidades como escritor e participante desse episódio violento. Philippe Artières, no artigo "*Arquivar a Própria Vida*" (ARTIÈRES, 1998), analisa essa espécie de "arquivar-se". Aborda o que chamou de *arquivamento do eu* e as autobiografias a partir do estudo do caso de um preso no final do século XIX na França. Em dois momentos distintos, esse homem começou a escrever sobre sua vida, primeiro de forma espontânea, e depois a pedido do seu médico. Os resultados dessa escrita são alguns diários e depois uma autobiografia na qual o rapaz preso se constrói e se reconstrói de diversas maneiras e da forma como quer que seja visto.

Como Artières teve acesso aos manuscritos, foi possível para ele fazer uma espécie de genealogia da escrita e ver todos os percursos desse material, desde um diário despretensioso até uma autobiografia extremamente consciente. O autor pensa que esse tipo de percurso na escrita, esse "arrumar-se", é interrogar o que parece ter deixado para sempre de nos espantar. Além disso, para entendermos a

construção de uma vida, no caso, via literatura, é fundamental não esquecermos que sempre há escolhas. Fazemos uma espécie de acordo com a realidade, manipulamos a existência, omitimos, rasuramos, escondemos, destacamos algumas passagens. Ou seja, numa autobiografia, o papel da escolha e da ordenação dos acontecimentos em uma narrativa determina o sentido que se deseja dar àquela vida. Nas palavras de Artières (ARTIÈRES, 1998, p.11):

> *"dessas práticas de arquivamento do eu se destaca o que poderíamos chamar de intenção autobiográfica. Em outras palavras, o caráter normativo e o processo de objetivação e de sujeição que poderiam aparecer a princípio, cedem na verdade o lugar a um movimento de subjetivação (...), nesse sentido o arquivamento do eu é uma prática de construção de si mesmo e de resistência"*.

Podemos acrescentar ainda que as autobiografias indicam uma profunda transformação que o narrador passou e visam, talvez, à criação de uma verdade. *"A verdade aqui é a da cena do tribunal: a auto-apresentação visa um testemunho, apresentar a vida para voltar à vida"* (SELIGMANN-SILVA, 2006a, p.40). E Artières complementa quando diz que o indivíduo que mantém essa espécie de arquivo tem a sua identidade reconhecida. Além de poder recordar, ele pode tirar lições do passado e preparar o futuro e, principalmente para uma pessoa presa, pode continuar existindo no presente.

Devemos estar atentos nesse ponto, pois acredito que não podemos encarar uma obra com essas características como uma busca por uma essência. Ela foi escrita em um presente visando à construção de uma imagem. Ainda que entre a sua escrita e a nossa leitura alguns anos tenham passado, ao menos o presente da escrita deve ser levado em conta. Ao tocar nessa questão do reconhecimento da identidade, podemos lembrar que Michel Foucault, no artigo "*Nietzsche, a Genealogia e a História*" (FOUCAULT, 2000), afirma que a genealogia é contrária a qualquer busca por uma origem ou uma essência. Ao

buscar tal origem, caímos no engano de procurar uma imagem adequada ao momento presente, tanto da parte do escritor quanto do leitor. Isso acontece muito em biografias que, mesmo sendo de personagens considerados históricos, estão ligadas diretamente com o presente em que foram escritas. É claro que isso é um recurso muito usado por aqueles que objetivam construir uma desejada imagem de si, ou até de outros, principalmente naqueles trabalhos com um teor mais moralizante. Foucault (FOUCAULT, 2000 pp.17-18) problematiza a questão:

> *"Que atrás das coisas há algo inteiramente diferente: não seu segredo essencial e sem data, mas o segredo que elas são sem essência, ou que sua essência foi construída peça a peça a partir de figuras que lhe eram estranhas (...) O que se encontra no começo histórico das coisas não é a identidade ainda preservada da origem – é a discórdia entre as coisas, é o disparate*".

Podemos dizer que, para fazer essa genealogia, é necessário pararmos e prestarmos atenção a pequenos detalhes e acasos dos começos e, ao vê-los surgirem, tentarmos tirar uma espécie de *máscara* que podemos interpretar como alguns desses caminhos e imagens que, aqui no caso, Tavares quer mostrar para nós ao longo da narrativa. Máscara que, ao ser retirada, só faz aparecer mais máscaras: não há apenas uma máscara que revela um possível rosto, mas sim muitas máscaras que revelam diversos rostos e caminhos.

Tavares sugere a reflexão sobre esses períodos específicos da História da América do Sul, período de violentas ditaduras militares, ao percebermos ao longo de sua narrativa o papel desses Estados de exceção pelos quais passou e pelos quais foi torturado. Uma vez que a violência nessas situações sempre esteve presente, podemos incluí-la em suas relações com os poderes legais e de repressão com os quais tomou contato. Aqui se abre um tema de fundamental importância a partir da afirmação de Seligmann-Silva: o *"sistema testemunhal revela o compromisso da lei com a violência"* (SELIGMANN-SILVA, 2006a, p.44).

Nessa questão, não devemos esquecer o envolvimento entre a lei (e a chamada "cena do tribunal"), a sociedade e o testemunho. O sistema de leis, criado culturalmente, existe, muitas vezes, para se conter desejos e pulsões destrutivas que caminham na direção contrária da própria cultura que o criou. Vemos claramente o medo com o qual luta para que a tortura não o atinja e não o quebre definitivamente, como é o caso de inúmeros companheiros que, tanto pela tortura propriamente dita, quanto pelo sistema carcerário, foram dilacerados.

Tanto a tortura quanto o encarceramento infligem uma violência que atinge corpo e espírito, que os fragmenta, que os separa. Aqui, podemos unir outra noção desenvolvida por Foucault, no já citado artigo sobre a genealogia, quando ele nos fala sobre o papel do corpo:

> *"a genealogia, (...) está portanto no ponto de articulação do corpo com a história. Ela deve mostrar o corpo inteiramente marcado de história e a história arruinando o corpo"* (FOUCAULT, 2000, p.22).

Conforme dito antes, ocorre uma espécie de entrelaçamento (quase que uma nascendo da outra), entre a chamada "realidade histórica" e a "verdade pessoal" de Tavares. Dessa maneira, é extremamente sintomático que os procedimentos de sujeição que ele mostra ao longo de todo o trabalho, principalmente a tortura e a relação com os poderes constituídos, estejam de forma marcante ligados à sua narrativa, tanto em termos históricos quanto em termos pessoais.

Todos esses fatores trabalhados aqui incidem diretamente na criação literária, como já foi dito, e estar atento a esse processo genealógico faz com que a narrativa de Tavares ganhe inúmeros pontos de análise.

Cada ponto levantado e construído pela narrativa liga-se ao *arquivamento do eu*, usando novamente a expressão de Artières, e traz uma série de questões em diferentes níveis: sobre a narrativa em si, a vida pessoal, a sociedade na qual o autor está inserido, a relação com o que é considerado "real", etc. Ou seja, de uma forma geral, que tipo de jogo está envolvido quando o autor resolve escrever

uma autobiografia desse porte? É necessário tomarmos cuidado e problematizarmos o texto, pois está claro que há uma seleção do que se quer contar, como se quer contar e para quem se quer contar. Tavares valoriza e oculta episódios. Talvez ele busque no leitor alguém que ouça suas memórias e pense no que aconteceu. Mostra a tortura; mostra sua violência; mostra sua fraqueza. Talvez todos esses pontos contados e selecionado foram decisivos para a sua sobrevivência. Para terminar, Artières (ARTIÈRES, 1998, pp.28-31) diz que:

> *"arquivar a própria vida é querer testemunhar. (...) Não é uma prática neutra; é muitas vezes a única ocasião de um indivíduo se fazer ver tal como ele se vê e tal como ele desejaria ser visto. Arquivar a própria vida é simbolicamente preparar o próprio processo: reunir as peças necessárias para a própria defesa, organizá-las para refutar a representação que os outros tem de nós. Arquivar a própria vida é desafiar a ordem das coisas: a justiça dos homens assim como o trabalho do tempo"*.

Talvez Tavares tenha demorado tanto tempo para escrever porque ele reunia as peças de seu processo, ao mesmo tempo em que ganhava coragem para mergulhar de volta nesse quebra-cabeça de violência e dor. Diferente de Penélope, sua fiação paciente e dolorosa talvez não tenha fim.

Capítulo II

2.1 A voz fragmentada

"Il n'y a de bombe que le livre"
Salinas, 1988

Uma segunda obra fundamental quando pensamos em relatos de memória sobre o período da ditadura brasileira é o livro do filósofo Luiz Roberto Salinas Fortes (1937–1987), **Retrato Calado**. Salinas foi professor livre-docente do departamento de filosofia da Universidade de São Paulo, instituição onde atuou desde a década de 1960 até a sua morte, e tem obras relevantes sobre o pensador francês Jean-Jacques Rousseau. De suas publicações, seu livro de memórias é o único que trata desse momento específico da História brasileira e de sua vida pessoal. Foi publicado de forma póstuma no ano de 1988.

De forma geral, não é uma obra longa e o autor narra o que viveu em cerca de cem páginas. Um relato curto e denso, portanto, que passa por diversos assuntos relacionados, principalmente, com o ano de 1970, ano de suas experiências mais violentas. Porém, apesar dessa espécie de concentração em um determinado período, o autor não se esquiva de fazer uma análise de todo o governo ditatorial brasileiro. Ele aborda alguns aspectos da ditadura, principalmente aqueles relacionados com o dia a dia do país. A estrutura da obra é interessante e cheia de cortes significativos. Pausas, respirações, raiva, reflexões, hesitações. Percebemos todos esses ingredientes quando vamos caminhando pelas páginas. Percebemos ao mesmo tempo uma entrega total e uma construção racional de sua obra.

Há, no livro, três capítulos. Cada um deles é subdividido sempre por um espaço e não por subtítulo e alguns deles são divididos por um número. Em geral essas quebras são pautadas por reflexões ou digressões sobre o assunto. No primeiro capítulo, Salinas trata das suas duas primeiras prisões. O texto mistura

todos os tempos, tanto verbais quanto cronológicos. É esse capítulo que analisarei de forma mais detalhada. O segundo capítulo são excertos de um diário que o autor possuía e se localiza entre os anos de 1959 e 1965. Pouco tem relação com a política e em geral tratam de sua chegada à cidade de São Paulo para estudar e diz muito sobre o autor. O terceiro capítulo trata de duas prisões posteriores, mas sem caráter político. São duas passagens rápidas, de dois dias cada, por envolvimento indireto com drogas, segundo o autor. É no final desse terceiro capítulo que o autor apresenta uma tentativa de conclusão e uma reflexão sobre o que o levou a escrever as suas memórias.

Irene Cardoso, no artigo "Os silêncios da narrativa" (CARDOSO, 2001), faz uma breve análise do livro de Salinas. A autora intercala vários momentos da narrativa do autor com breves comentários, até certo ponto fragmentados, tentando dar um ritmo próximo ao que a obra oferece. Segundo a autora, o título Retrato Calado remete a dois silêncios, que explica usando citações de Salinas: silêncio que *"roubou a palavra, comeu a fala, cortou a língua"* [2] (FORTES, 1988, p.103) que se liga diretamente ao calar, e silêncio que é reencontrado na escrita na medida em que tenta usá-la como resposta: *"*[escrita] *como único recurso (...) o antídoto (...) o alinhamento das palavras (...) a inscrição como resposta"* (FORTES, 1988 p. 102*).* Retrato Calado, a partir das posições que o narrador ocupa, seria o modo de nomear a representação que é construída no texto, e até mesmo nas sucessivas leituras, que resulta da possibilidade do encontro com esses silêncios, silêncio calado e silêncio escrito como resposta. Escrito cujos sentimentos afloram intensamente e insistentemente em cada linha escrita e lida, que produz pensamento e fala sobre o que está calado.

> *"Retrato Calado inscreve-se no difícil gênero das narrativas que problematizam a impossibilidade mesma de narrar a partir de situações extremas, na não garantida busca de uma compreensão, do que talvez, no limite, não seja comunicável"* (CARDOSO, 2001, p. 276).

[2] Farei as citações utilizando o texto original de Salinas.

Essa insistência narrativa busca o silêncio para ver se dele aflora alguma explicação sobre os inúmeros sentimentos que vão sendo transmitidos em muitos fragmentos e quebras constantes. Salinas desloca-se entre o que escreve e constrói uma narrativa pontuada por pausas, pequenas acelerações de frases curtas e silêncios.

O narrador inicia no tempo presente da segunda prisão, caminhando para a sala de tortura e lembrando sua primeira prisão. Ele carrega a máquina de choque e usa de uma espécie de ironia nervosa - tensa - quando está nos contando isso. "*só quando chegamos percebo, de repente, o que me espera (...), nada mais, nada menos, do que o aparelho de choque a cujas iluminações, dali a pouco, paudiararizado, viria eu a ser submetido graciosamente"* (FORTES, 1988, p.9). O narrador aqui já nos dá uma breve pista do modo como isso ficou marcado em sua vida e como sua memória e a sua construção foram dolorosamente feitas:

> *"E eu, atônito, catatônico, arremessado de repente em meio ao inferno, transferido de súbito para esta dimensão nova onde tudo se passa velozmente, embora dure uma eternidade e <u>embora se propague pela eternidade afora.</u>"* (FORTES, 1988, p.10).

Destaco aqui essa última frase na qual percebemos a constante presença dessas memórias na vida do autor-narrador. Tempo presente é também um ponto que percebemos ao longo dessa primeira parte em que nos conta da sua primeira tortura. Salinas, assim como outros narradores, permanece no tempo presente ao lembrar para construir e narrar esses momentos de tortura. Aqui percebemos outro ponto que talvez seja difícil acharmos em construções desse tipo. Salinas está numa situação tão estranha para ele, que, ao narrar, não acredita no que acontece e se coloca ao mesmo tempo como um observador da cena e seu doloroso protagonista:

> *"nu, completamente nu. Obrigam o paciente a sentar no chão. Amarraram-me as mãos, que protegem com uma*

> *cobertura de pano, uma contra a outra. Forçam-no a manter os joelhos unidos, dobrados contra o peito e envolvidos pelos braços amarrados. No vão entre os braços e o joelho enfiam uma barra de ferro e penduram-na – penduram-me- em dois cavaletes. Rápidos, eficientes, bem treinados"* (FORTES, 1988, p.10) .

Nessa passagem de construção da cena de tortura que foi vítima destacamos alguns pontos que serão fundamentais e constantes ao longo da obra toda. A alternância temporal dos verbos leva o leitor a oscilações entre eu e ele, entre pessoal e impessoal, e entre passado e presente que nos levam a pensar que o sujeito que escreve, além de estar preso ao passado violento, está também tentando um distanciamento dele. Cardoso levanta outro ponto, válido para a discussão, que diz que esse distanciamento seria quase que a impossibilidade dele se reconhecer na cena, tamanho a sua irrealidade:

> *"Na reconstrução da Cena, o jogo rápido de alternância das imagens, que se traduz nos modos diversos de enunciação possíveis: o sujeito narrativo oscila entre posições que dão origem ora a uma fala que está colada à Cena, ora àquela do distanciamento em relação a ela, que parece tão penoso construir. Oscilação entre um eu colado e um ele que produz distância, que expressa literariamente a quase que impossibilidade de reconhecimento da Cena, do seu absurdo. Não é possível que aquele personagem da Cena seja eu, e no entanto ele é minha irredutível condição"* (CARDOSO, 2001. p.280).

Importante lembrar que o primeiro capítulo se chama "Cena primitiva" e faz referência direta a sua primeira sessão de tortura. Talvez, a palavra "cena" refira-

se ao teatro ou ficção presente no absurdo dessa experiência que ela exprime, e "primitiva" esteja ligado a um modo de ver a situação como algo pré-sociedade.

Salinas, nesse momento, volta para o discurso passado quando relembra dentro da sessão de tortura os questionamentos que lhe fizeram a partir dos nomes encontrados em sua agenda particular. Mostra-nos desde já as marcas que a tortura e a experiência toda de uma forma geral deixaram em suas reflexões ao colocá-lo, contra sua vontade, numa espécie de mundo à parte, mundo de onde não há mais volta, que é o mundo daqueles que são torturados:

> *"Um dos valentes meninos pegou da minha caderneta de endereços e calmamente pôs em marcha a* Questão*, suscitada, na espécie, exclusivamente pelos nomes, nomes tão próprios e tão próximos de amigos até íntimos, tão distantes da encocorada postura e por isso mesmo repercutindo na estreita sala, também como um samba da benção proveniente de outro mundo longínquo do qual me haviam para sempre escorraçado"* (FORTES, 1988, p.11).

Esse mundo do qual passou a fazer parte, e não mais o abandonaria, era introduzido cada vez mais na medida em que a manivela da máquina de choque ia operando. Como no conto "Na colônia penal" de Kafka [3], no qual existe uma máquina que escreve nos prisioneiros para lembrá-los de seus crimes enquanto são torturados, as marcas que foram sendo feitas em seu corpo e em sua alma ficariam para sempre:

> *"Com seu paciente trabalho junto à manivela, o hílare servidor, (...) ia buscando estabelecer a verificação empírica da veracidade das proposições que eu formulava e respondia e vomitava em meio à dor, ao pânico e à reconfortante revolta que não mais me abandonaria"* (FORTES, 1988, p.12).

[3] KAFKA, F. **O Veredicto/ Na colônia penal**. São Paulo, Cia das Letras, 2004.

Partes desse outro mundo, também não o abandonariam as fisionomias daqueles seus carrascos "*cujos nomes ou codinomes já não lembro, mas cujas fisionomias se imprimiram definitivamente na paisagem da memória"* (FORTES, 1988, p.12).

O relato de Salinas é obra fundamental quando pensamos numa reflexão dentro de eventos limite e da tortura propriamente ditas. Seu relato dá um passo além ao tentar buscar respostas para o acontecido e para explicar essa relação conflituosa da memória do choque. O autor levanta diversos pontos se questionando em muitas passagens: "*terei falado demais? Terei sido um... bunda – mole? Herói ou covarde?"* (FORTES, 1988, p.12). Ao levantar essas perguntas, Salinas tenta entendê-las e justificá-las sempre na dificuldade de exposição:

> *"Tais perguntas ou dúvidas, talvez suspeitas ou supérfluas aos olhos do entendimento, só se justificam nesta sua configuração hiperbólica se o que pretendemos é justamente nos dedicar às questões radicais, ou se o que nos inquieta é a radicalização das questões que prolongam no espaço da reconstituição primeira, tornando tão difícil a exposição dos eventos e toda lítero-analítica a que nos conduz obrigatoriamente a necessidade do exorcismo"* (FORTES, 1988, p.13).

Nesse espaço no qual está sendo torturado, o autor chega a desqualificar o heroísmo na medida em que questiona se teria falado demais ou se pudesse ter resistido mais. Além disso, essas perguntas, aliadas ao que escreve, só somam nas suas tentativas de exorcismo via perguntas a si mesmo e via escrita. Cardoso (CARDOSO, 2001. p.282) comenta essas questões lembrando a destruição que elas causam nas pessoas que convivem com isso:

> *"Radicalização das questões que incide sem complacência sobre si próprio, mas também pode discriminar o tipo de lógica da tortura que leva aqueles que são a ela submetidos,*

> *e que não são inteiramente destituídos da própria subjetividade, a se constituírem nas figuras do herói ou traidor, na polaridade entre heroísmo e vergonha, lógica incorporada em certa medida pelos próprios torturados e grupos aos quais pertenciam"*

É nesse começo que Salinas já nos mostra e nos fere com a visão da tortura que enfrentou. Está em sua segunda prisão e nos indica de forma rápida como chegou à sala de tortura, os momentos de terror e as perguntas levantadas por ele.

O texto é cortado e o autor nos guia para a sua primeira prisão. Havia completado mais de dez dias na clandestina OBAN somente com interrogatórios, sem a violência física sob a forma de tortura. Ficou preso e *"apenas esquecido durante dias e horas, minutos e instantes, horas e dias no interior de uma minúscula cela, na companhia de uma população flutuante de algumas dezenas de outros infelizes"* (FORTES, 1988, p.13). Aqui há uma nova interrupção e o narrador nos conta sobre como foi preso essa primeira vez em 1970 somente para *"esclarecimentos complementares"* (FORTES, 1988, p.14): retorna de uma aula e encontra homens da OBAN lhe esperando. Outro corte: o narrador faz uma reflexão geral sobre aquela situação em que se encontrava na qual a argumentação é feita a partir da violência:

> *"Entre aquelas quatro paredes encardidas da sala minúscula, a cada fisgada elétrica vai-se tecendo a argumentação virulenta cuja eficácia faz desabar as ilusões que ainda nutríamos sobre a realidade, a vida nacional (...) as entranhas do regime se entremostram, pulverizando os malabarismos ideológicos dominantes."* (FORTES, 1988, p.15).

Salinas termina essa sua reflexão mencionando algo que encontraremos em diversas obras relacionadas ao tema: como argumentar contra a violência de um

jogo de certa forma perdido de antemão e praticado por pessoas comuns, sem serem os monstros imaginados? *"Mas o abismo, na realidade, é imenso entre a literatura e o choque, entre o argumento e a porrada; e o que responder à porrada, como contra-argumentar à descarga senão através do grito ou da rajada de fezes?"* (FORTES, 1988, p.16). Mais à frente, ele conclui: *"Na realidade, este enfurecido interlocutor não é um outro absoluto, não pertence a uma outra raça, sua alteridade é perfeitamente assimilável"* (FORTES, 1988, p.16).

Há uma interrupção abrupta no texto e ele volta à sua primeira prisão no momento em que está dentro da viatura rumo à OBAN. Foi preso na condição de ex-marido de uma mulher que estava sendo acusada de participação em grupos guerrilheiros. Após algumas horas, acontece seu primeiro interrogatório, feito por um delegado, e sem esclarecer aquilo que lhe é perguntado, fica detido na delegacia. Segundo lhe informam, passaria às mãos dos militares a partir daquele momento. Não só na obra de Salinas, mas em todos os relatos envolvendo o período da ditadura militar brasileira, é fundamental diferenciarmos a ação da polícia, principalmente de São Paulo e Rio de Janeiro, da ação dos militares, esses também com grandes diferenciações e divisões internas dentro das forças armadas. Conta que no dia seguinte é feito o seu segundo interrogatório, sendo acareado com outros dois presos por supostas ligações com grupos oposicionistas (VPR). Reconhece ligações políticas antigas e vinculação com um grupo (POLOP), do qual há anos não faz parte. Aqui há outro ponto importante em que, assim como em relatos de outros presos, vincula a imagem do exército ou da polícia com a Inquisição medieval e suas inúmeras perseguições e vítimas. Há uma clara tentativa de nomear e buscar um entendimento a situação que se encontrava, aproximando-se de situações que consideravam parecidas com a sua: *"A curiosidade dos inquisidores parece ter sido provisoriamente satisfeita"* (FORTES, 1988, p.18).

Horas depois, novo interrogatório. No caminho, Salinas narra aquilo que observa ao longo de sua trajetória até a outra sala, e podemos perceber parte do modo como vê a situação:

> *“numa espécie de hall de entrada do edifício dos fundos, um agrupamento ruidoso despertou-me a atenção. Alguns, em relaxamento, sentados no banco, outros em pé, anda ardendo no ânimo da última batalha; todos entregues, inocentes crianças, à evocação das últimas façanhas, guerreiros em repouso, num intermezzo entre duas operações de caça e quase seria possível, para uma visão mais aguda, perceber suas armas fumegando. O guia das infernais paragens deteve-se um instante diante do grupo confraternizante, apontando a arma em direção à minha cabeça e proferindo alguns gracejos, e exibindo-me como um troféu diante da hilariedade geral.”* (FORTES, 1988, p.19).

É interessante aqui olharmos para toda essa construção que desloca e contrapõe o olhar do leitor para garotos que são considerados inocentes e estão em um grupo, quase como crianças, conversando e se distraindo, com a imagem de guerreiros que voltam da batalha com as armas fumegando, inquisidores evocando suas façanhas e rindo de sua posição de prisioneiro.

Ao ser questionado para dar nomes referentes à sua participação política quase dez anos antes, Salinas volta para o presente em sua narrativa: *“E aí começa outro tormento (...) “Como agir? Que dizer? Nada falar (...) recusando qualquer espécie de colaboração?”* (FORTES, 1988, p.20). Com receio de provocar um endurecimento dos seus interrogadores, o que poderia piorar a sua situação, Salinas inventou alguns nomes e citou dois antigos companheiros com os nomes verdadeiros, que, supôs, estivessem fora de perigo. Mencionar esses seus nomes não trouxe graves conseqüências e deixou sua história com mais base. Porém, houve conseqüências apenas para ele, como nos conta de forma breve: *“E, com efeito, embora tal ‘colaboração’ me torture o espírito até hoje, não teve, na realidade, conseqüências mais dramáticas.”* (FORTES, 1988, p.20). Segundo Salinas, começava nesse interrogatório, sob pressão e diante da

autoridade, o processo de produção dos primeiros capítulos de suas confissões. Confissões. O uso desse termo é relevante e não pode deixar de ser mencionado. Será que Salinas sente culpa por algo que tenha feito ou falado? O que e para quem ele confessa? O que busca com essas confissões?

Há um novo corte, com um breve parágrafo sobre a sua segunda prisão, na qual aconteceu a tortura física. O tempo volta para o presente, justamente no momento em que houve a digressão para a primeira prisão. É interessante notarmos que, nessa segunda prisão, o tempo da narrativa é majoritariamente presente. Ele se lembra da primeira prisão no momento presente da segunda, já sob tortura física, que é também momento da escrita. Ele vive esses momentos e tenta narrar, preso a esse passado:

> "*As voltas da manivela me fazem agora, nessa nova condição de pendurado, ter até saudade dos militares da Rua Tutóia [*primeira prisão]*. E como explicar que no 'purgatório' – como era chamado o DOPS pelos próprios homens da repressão – eu estava sendo tratado de maneira muito mais impiedosa do que no 'inferno' por onde passara alguns meses antes?"* (FORTES, 1988, p.21).

Na segunda parte desse primeiro capítulo, Salinas trata, de início, da vida cotidiana do cárcere no qual esteve preso. Começa, ironicamente, com a frase *"A vida quotidiana nos cárceres do milagre"*, numa clara alusão à propaganda que o governo do regime militar fazia da situação econômica brasileira da década de 70, chamada de milagre econômico. Salinas mantém a sua ironia ao falar da vida monótona e ao descrever as condições de higiene do local, principalmente no envolvimento de terceiros em situações cotidianas, como o acionamento da descarga, comandada por um guarda: *"Um refrão se repete ao longo de cada dia, recitado a cada vez por um de nós. - Seu guarda, olha a descarga...".* Um pouco mais à frente complementa e diz que *"perder a liberdade é também ser privado de qualquer controle sobre os odores*

próprios e alheios, dos companheiros amontoados nos aromáticos aposentos" (FORTES, 1988, p.24). Ao problematizar essa questão no momento de sua escrita, Salinas toca em um ponto que é importante em escritos memorialísticos, mas que poucos acabam fazendo com tamanha profundidade. Ele explora, além da tortura física e mental violentas, pequenos detalhes que se somam a essa tortura, dando ao encarcerado a mais absoluta condição de subjugado. Ao tocar nesses detalhes sobre a higienização, Salinas trabalha com a quase cumplicidade indesejada entre vítima e algoz. Cumplicidade a qual não queria participar e que fazia parte do processo de "quebra" do sujeito: *"Promiscuidade infamante, elemento a mais no processo de trituração: como resistir?"* (FORTES, 1988, p.24).

Após algumas tentativas de delimitar o espaço da prisão para o leitor, como a posição das celas, Salinas deixa pistas de como o trabalho da memória, liga-se intimamente com a trituração da pessoa. Dado momento, ao esforçar-se para a construção na memória do lugar que ficou detido, solta a expressão indicativa desse esforço feito: *"(...) duas alas ao longo das quais se enfileiram, ao que me lembro, seis celas de cada lado (...)"* (FORTES, 1988, p.24). Essa expressão, localizada entre pontos do texto que estão no tempo presente, principalmente nos momentos de violência extrema, pode nos ajudar a ver como a construção e o esforço da memória são feitos por alguém dilacerado por lembranças que são dolorosas e das quais não consegue se livrar. Podemos, nesse sentido, arriscar estabelecermos para essa memória dois pontos de ligação e interação complementares, que é aquele na qual ele está preso em um eterno presente de violência e aquele que ajuda a lhe garantir parte de sua sobrevivência que é o esquecimento.

Salinas conta outro episódio quando está nesse esforço de memória para traçar a arquitetura daquele espaço onde esteve detido. Suas indagações e seus comentários secos e irônicos estão sempre presentes. Esse episódio ajuda o leitor a entender o contexto desse tipo de prisão e como a violência era fator determinante na construção da relação entre os agentes da repressão e aqueles que estavam presos. Da mesma forma, vemos o modo com o autor constrói o seu

texto - organização e reflexão sobre o que viveu. Havia um investigador que se impunha de forma violenta aos presos. Em várias ocasiões espancou os detentos e, em uma dessas demonstrações de força, também uma mulher, ameaçando-a de estupro. Sempre que aparecia, fazia um discurso para os presos em que a tônica principal era a de que nenhuma justiça humana era capaz de julgá-lo e Salinas emenda: *"E, assim, quase toda santa noite, o comediante inesperadamente contemplado pelas reviravoltas da política com um público escolhido, agraciava-nos com a pequena novela da sua exuberante impunidade."* (FORTES, 1988, p.24).

O autor continua contando um pouco sobre a rotina carcerária, desde a maneira como a comida é servida até o sofrimento de ouvir o nome dos companheiros presos serem chamados para o interrogatório. Percebemos aqui a tentativa de táticas para a sobrevivência moral, física e psíquica:

> *"Todo mundo sofre com cada companheiro que é chamado, arrancado à distração momentânea, à conversa revigorante e empurrado para o enfrentamento doloroso (...) A esta rotina imperturbável, o nosso instinto de sobrevivência moral, digamos, tenta inventar por todos os meios possíveis uma variada e também semiclandestina estratégia de resistência."* (FORTES, 1988, p.25).

Rotina imperturbável que é perturbada pela violência, pelo medo, pelo receio. Essas estratégias de resistência tentam criar uma ordem diária na qual nada pode interferir, mas que infelizmente é marcada pela chamada aos interrogatórios e pela violência. Ou seja, interferências constantes abalam o desejo longínquo de uma rotina estável. Salinas e seus companheiros tentam preencher o tempo no qual se encontram congelados. Tempo vazio, dominado pelo medo do futuro e sua espera angustiante e "*tempo de morte, a duração de pesadelo, mil expedientes, milhares de fortificações do imaginário"* (FORTES, 1988, p.25).

Determinado dia, ao serem chamados para uma fotografia, os presos saíram de suas celas por instantes e *"foi a triste alegria de poder andar um pouco pelo pátio"* (FORTES, 1988, p.26). O sol e o céu, há dias não vistos, ganham especial destaque, ainda que por efêmeros minutos. Entre a quebra da rotina contra a qual Salinas luta para não se acostumar, e a resistência empregada nessa luta, opera uma metamorfose. A situação faz com que os presos se habituem àquela situação que aos poucos vai beirando a indiferença:

> *"no começo nossa inocente simplicidade se choca até com os sons tão distintos e bem comportados dos nomes próprios anunciados na tão insólita chamada matutina. Mas haveria outras. Depois, a gente se acostuma com tudo. Com os berros da moça que vai sendo torturada em alguma sala nas proximidades. Com o mau cheiro permanente. Com a imobilidade. Com o chão duro em que se deita nossa cabeça na expectativa do sonho"* (FORTES, 1988, p.26).

Aqui vemos que Salinas está, de certa forma, preso às suas lembranças. Ou, mais do que lembranças, podemos pensar sobre quão vivas, atuais e intermináveis essas situações ainda são no momento da escrita. A moça continua sendo torturada em sua cabeça. O mau cheiro provavelmente permanece em seu nariz. Escrever se torna quase que uma quebra dessa rotina de lembrança e dessa dor na qual está preso.

Em seguida, o texto de Salinas é quebrado com o que ele chamou, logo no começo do parágrafo, de "*O contato mais próximo da bestialidade nesta primeira detenção"* (FORTES, 1988, p.26). Uma das pessoas com a qual dividia a cela não se encontrava lá. Momentos depois ele aparece todo machucado, carregado pelos policiais. Logo em seguida, mais calmo, contou a sessão de tortura pela qual passou. Horas depois, alguns policiais aparecem, talvez de outra equipe, e se dirigem ao preso machucado. Perguntam o motivo dele ter agido diferente, fato escondido do leitor, e ele responde que estavam querendo matá-lo. Os policiais

então respondem que ele devia agradecer por não ter caído nas mãos do esquadrão. A resposta do grupo de policiais desperta em Salinas algo que não conhecia ainda, não ao menos nessa sua primeira prisão: *"Novo choque, pois é a primeira vez que eu vejo assim tranquilamente admitida a existência do bando, cuja reputação lá fora encontra-se no auge, mas cuja atuação é sistematicamente desmentida pelas autoridades"* (FORTES, 1988, p.27). Salinas se dá conta do modo como a oposição política estava sendo tratada e do modo como esses "desviantes" da ordem estabelecidas estavam sendo nivelados e triturados da mesma forma. Caíam em mãos do que na época ficou conhecido como Esquadrão da Morte, grupo de policiais que matava, de início, criminosos comuns e que posteriormente entrou no combate à subversão. Salinas dialoga com seu leitor questionando se alguém se lembra que o Esquadrão foi o responsável pela morte de Marighella e ainda:

> *"Alguém já se esqueceu de tudo isso? Não teria havido, a partir de determinado momento, a 'esquadronização' geral, uma institucionalização nacional daqueles métodos que apenas começavam a ser utilizados, agora, também para o que ousavam erguer-se contra o regime?"* (FORTES, 1988, p.28).

A luta política se tornou mais radical e o governo militar lançou mão de novos artifícios nessa guerra ao incorporar a polícia, com seus métodos mais violentos de caça a bandidos comuns, na luta contra a subversão. Ele fala sobre a sua experiência, basicamente toda ela com a polícia:

> *"Há algo que se rompe, pois não é impunemente que se passa pela experiência da prisão, assim como não se passa impune pela experiência de prender e torturar. Contaminação recíproca (...) cujas repercussões até hoje persistem"* (FORTES, 1988, p.28).

A polícia de São Paulo ganhou importância nesse combate até mesmo suplantando a ação dos militares. As delegacias da capital paulista se tornaram os novos calabouços do regime e em suas prisões a rotatividade de presos era grande. Salinas foi preso e torturado nessas novas dependências usadas pelo regime.

Para a opinião pública, o conhecimento do que acontecia nos porões da ditadura, ou seja, o seqüestro, a tortura e a morte ainda estavam envoltos numa nuvem de dúvidas. Nem todos sabiam ou faziam questão de saber. O Esquadrão da Morte ficou conhecido, poderoso e foi contestado de forma mais contundente quando entrou na luta contra a subversão. O conhecimento era sempre travado entre os membros da oposição, principalmente aqueles que eram presos. A opinião pública que não participava da oposição ativa demorou a ver e compreender os métodos usados pelos militares. Salinas, ao contar suas memórias, também vai tecendo um panorama breve e ácido sobre o momento da violência da repressão:

> *"Apesar do pânico. Do contato com a verdade brutal, do encontro com a história, da epifania do poder cujas artimanhas só nos eram até então denunciadas na retórica grosseira a abstrata dos panfletos da oposição(...) Saía (...) sem saber que acabara de inscrever com o próprio corpo, qual escritura viva, nos anais da repressão (...)"* (FORTES, 1988, p.31)

O seu texto é permeado por muitas pausas e interrupções do assunto. Idas e vindas de uma memória sendo construída por um narrador que se mostra e se afasta, mas reflete sobre a situação que passou. Silêncios, respiros, suspiros procurando estabelecer um eixo para essa memória que quer ser contada e que esbarra numa invisível grade na qual o autor está preso. Mas ele quer escrever. Sente a necessidade desse registro. Questiona suas lembranças como se fossem delírios:

> *(...) Depois de termos ingressado no espaço da ficção oficial, passávamos para outra figura do espírito, para o delírio, em cujos breus parecem comprometidas as fronteiras entre o imaginário e o real. Tudo teria sido então pura ficção? Tudo ficará por isso mesmo? A dor que continua doendo até hoje e que vai acabar por me matar se irrealiza, transmuda-se em simples 'ocorrência' equívoca, suscetível a uma infinidade de interpretações, de versões das mais arbitrárias, embora a dor que vai me matar continue doendo, bem presente no meu corpo, ferida aberta latejando na memória. Daí a necessidade do registro rigoroso da experiência, da sua descrição (...) da sua transcrição literária"* (FORTES, 1988, p.29).

Aqui o ponto claro é a pergunta que ele faz e que está em todas as discussões sobre a tortura. Mesmo não sendo oficializada pela repressão, está claro que ela existiu. Porém, sem esse registro oficial e radicalizando a questão, ela é considerada uma ficção por parte da repressão. No outro extremo, percebemos o tamanho absurdo da cena que até mesmo os torturados se perguntam sobre a verdade daquilo tudo. Como falar da experiência que não possui registro e que, como diz Salinas, *"teórica e oficialmente nunca existiram: residem no território da ficção" (*FORTES, 1988, p.81).

Na terceira parte desse primeiro capítulo, Salinas nos apresenta um panorama geral da sociedade brasileira. Tinha acabado de ser solto de sua primeira prisão e tenta fazer uma análise do que encontrou lá fora após os dias em que ficou preso. Sua visão crítica de intelectual havia, de certa forma, mudado com essa nova experiência e novas análises de sua sociedade passaram a ser feitas. Transitando dentro da frase "Brasil, ame-o ou deixe-o", referência ao lema que os militares criaram para o país e na Copa do Mundo de 1970 no México, Salinas diz que o combate à subversão ainda continuava e que a oposição já não

conseguia colocar em cheque o poder. A ditadura mostrava a sua força de um lado e, do outro, grupos de oposição armada, muitos amadores, sem apoio popular, tomados e guiados por diversas categorias teóricas, disputavam espaço entre si, e somente conseguiam se enfraquecer diante disso. As prisões se sucediam e constantemente as organizações de luta contra o governo caíam.

Ele tenta nos convencer de que suas voltas são de um narrador-autor que, em aparência, está sem rumo. Ou melhor, tenta nos convencer de que a memória, por vezes instantânea é o que guia a sua mão e, portanto, sua escrita. Cheia de questões, a narrativa se constrói a partir dos diversos cortes de uma vida que foi arrastada e igualmente cortada de forma violenta. Nesse ponto de sua narração, em que havia acabado de sair de sua primeira prisão, repentinamente nos guia ao momento da segunda, ou seja, aquela na qual vai tomar contato direto coma violência propriamente dita. O autor nos projeta em um piscar de olhos para outro momento, como tentando nos guiar através da espontaneidade de suas lembranças. Ao entrar em seu apartamento voltando do cinema com uma amiga, encontra os policiais. Foi imobilizado, metralhadoras apontadas para a sua cabeça, algemado e levado ao DOPS.

O autor descreve com muitos detalhes o momento de sua chegada ao prédio e o momento no qual é interceptado pela violência da repressão policial. Diálogos criados ou lembrados nos são colocados, assim como toda a maneira como a operação vai sendo realizada. Livros apreendidos, máquina de escrever e fotografias. Salinas usa de sua “experiência” anterior com a repressão e, conhecendo truques e procedimentos de intimidação, consegue manter o sangue-frio não se deixando esmagar pela pressão que se fazia presente. Façanha que, sem dúvida, o ajudou nesta singular situação em que qualquer gesto pesa de modo determinante.

Em seu primeiro interrogatório entende o porquê de ele estar ali. Cedera o apartamento a um amigo para uma reunião de um grupo clandestino no passado. Foi preso por essa relação e para que fornecesse o endereço do amigo. Esse primeiro interrogatório termina quando os agentes, não satisfeitos com a ausência

das respostas que eles buscavam, comunicam-no que ele está preso. Nesse ponto o texto se conecta com o começo do livro no qual o autor caminha para a sala de interrogatórios. O ponto de conexão é ele carregando um embrulho feito de jornais até entrar em um elevador. Entre suas lembranças no presente sente a dificuldade que é fazer a cena aparecer:

> *"Tudo se precipita e ei-nos enrolado em espirais a nos enrolarem espiraladamente, ei-nos confundidos em sendas várias, caminhos obscuros em que nos desencaminhamos confusamente, ei-nos fundidos, confiscados, confundidos. Nu, pendurado, os choques. Como retratar a cena que retorna?* (FORTES, 1988, p.41).

A construção literária do autor intercala esses momentos de memória traumática e reflexão. Ele se divide entre as lembranças/testemunho e as análises do que passou.

A tortura vai sendo descrita no tempo presente e esse é um momento chave do texto. É a parte mais explícita, na qual Salinas tenta trazer à tona todo o lado da violência da repressão. Não há sangue, mas há dor nas palavras. Ele foi pendurado e tomou choques, segundo ele, por um tempo que parecia infinito e dentro da normalidade da situação:

> "*E mais choque. E mais outro. Os gritos dessa vez abafados e os trabalhos mais dentro dos regulamentos ao mesmo tempo em que a mordaça acentua o aspecto clandestino da cena, enquanto também se multiplicam as angústias e o medo diante da perspectiva do suceder de novos ciclos ou aumento na dose do martírio"* (FORTES, 1988, p.42).

O interrogatório é visto como algo que tinha virado rotina nos porões do regime. Era um meio mais rápido para a coleta de informações, porém, sempre negado ou então colocado em caráter excepcional.

"Vestido. De novo gente. Ou quase. Coisa, depois de tudo o que acontecera, que eu já nem julgava mais possível" (FORTES, 1988, p.44). Essas são suas palavras ao final de sua sessão de tortura. Só depois dela é que "oficialmente" vai preso, fazendo as obrigações de praxe, pertences entregues e fichas preenchidas. Usa o termo depositado e enjaulado quando se refere ao momento no qual entrou na cela, numa clara referência a "coisa" e "animal". Talvez fosse esse seu sentimento após o modo como foi tratado. Ou talvez tenha sido esse o modo como foi tratado. Ficou seis dias numa solitária, sem contato algum com outras pessoas, com exceção dos funcionários que levavam sua comida: *"Ali, durante seis dias, permanecerei em absoluto isolamento"* (FORTES, 1988, p.44). Note o tempo futuro que o verbo permanecer se encontra. Difícil é separar o tempo da escrita com a prisão de suas memórias. O autor conta sobre o medo de que isso se repetisse: *"Fico a espera de novas sessões como esta que acabara de protagonizar"* (FORTES, 1988, p.46). O medo é presente, indicado pelo verbo "fico", mas a tortura, o narrador tenta colocá-la forçadamente no passado, uma pequena esperança que contrapõe o temor constante.

Antes de ser solto, Salinas ainda teve um outro momento com a violência da repressão. Os agentes queriam que ele os levasse na casa de uma amiga, encontrada e reconhecida através de uma foto apreendida em seu apartamento, para que ela indicasse o endereço de um amigo em comum. No mesmo carro e sob diversas ameaças de morte, permanece, durante a madrugada, na tocaia em frente à casa da amiga. Após algumas horas, um carro estaciona e os agentes, armas em punho, se dirigem a ele. Duas pessoas são seqüestradas e colocadas na viatura que rumou para o DOPS. Sua amiga é interrogada, mas ele não deixa claro se houve tortura. Salinas, com a mão hábil de um escritor, descreve a tensão daqueles momentos em pouco menos de três páginas. No dia seguinte, o amigo procurado é preso e o autor consegue sair da solitária e ir para uma cela comum. Ao final de mais alguns dias foi solto. O importante dessas passagens é identificar como Salinas analisa o dia a dia e as relações travadas com os agentes da repressão após sua tortura. Ele não tenta identificá-los como personificações do

mal. Sua construção literária os coloca como pessoas normais. Seu contato com esses agentes após as torturas volta a uma normalidade banal, como escolher números de loteria. Porém, sentimos na mão do autor uma luta constante entre as ações de violência e o dia a dia comum. Em muitas de suas análises, aqueles que são considerados “o mal” nem sempre conseguem ser descritos como uma figura de violência personificada, embora, em alguns momentos, o autor tenta fazê-lo. São seres humanos, afinal, com tudo aquilo que o termo carrega.

Novamente, nesse momento do texto, o autor insere outra quebra para incluir suas reflexões em diferentes temporalidades. Primeiro, fica a questão da sua prisão, que ocorreu no passado, mas que é sentida no presente: *“Que me espera agora? Que crimes cometi, afinal*?”, e segundo, a sua reflexão no momento da escrita:

> *“ O grande pecado, ao contrário, não teria consistido justamente na falta de firmeza em me ter convertido integralmente à causa, em não ter acreditado o suficiente na excelência do combate e ter me perdido, como muitos outros, segundo vai nos revelado pouco a pouco a crônica do período (...)?”*(FORTES, 1988, p.37).

Salinas olha para o passado e o confronta, busca algo em sua experiência:

> *“Como deixar de me pôr totalmente em questão, ali, diante de tão vil desfecho? Como não me perguntar pelo sentido de todo esse movimento passado, atendo-me exclusivamente à fria descrição dos eventos? Como não mobilizar o espanto diante de tantos significantes de conseqüências tão devastadoras?”* (FORTES, 1988, p.37).

O autor busca algo além do simples contar. Listar acontecimentos não é o que quer. Em sua pergunta final deixa claro que isso é quase impossível diante das conseqüências devastadoras. O dilaceramento incontornável do qual faz parte não

deixa margem para que ele apenas conte o que houve, mas sim que busque incessantemente entender aquilo pelo que passou. Permanece nessa tarefa desde que saiu da sua segunda prisão, que lhe marcou para o resto de sua vida. Ao sair de lá, não sabia nem explicar o que queriam com ele e o que havia feito para ser jogado nessa situação.

> *"Achava-me perdido (...) nas veredas sinuosas que poderiam me fazer captar com exatidão os termos de mediação entre as especulações teóricas abstratas daquele (...) utopista subversivo de um lado, e, de outro, a brutalidade não menos formidável do universo empírico do século. Mas essas mediações se revelavam cruelmente inadequadas no que concernia (...) à descoberta da via 'real' da história brasileira"* (FORTES, 1988, pp.38-39).

Ao longo de suas memórias escritas e inscritas, Salinas coloca entre os assuntos abordados pequenas reflexões sobre o ato de escrever e o porquê de fazê-lo. Essas considerações são fundamentais se levarmos em conta que nem todos os livros de memória dão conta dessa tarefa. Elas nos ajudam a mapear o pensamento de um autor perturbado pela violência sofrida, que busca um conforto em sua escrita e nos ajuda também a compreender os diversos escritos dessa natureza. Claro que há especificidades, mas algumas questões são pertinentes de uma forma geral. Uma de suas pistas indica indiretamente algo como uma terapia, principalmente pela presença de um divã:

> *"Chega então o momento mais difícil. Mais doloroso ainda? Como se fosse possível, pois é. Aqui chegado, senhor, empaco, difícil prosseguir, falta-me a voz. Um pouco de paciência, pois. É difícil, deitado aqui no divã (...), muito difícil é trazer à consciência, ir buscar lá no fundo"* (FORTES, 1988, p.49).

Aqui temos o autor dialogando diretamente com seu leitor, sem nenhuma fronteira, e também dialogando consigo mesmo, se pensarmos no tempo presente da escrita. Algumas vezes, em seu texto, é difícil distinguirmos para quem são as vozes. Esse jogo, ou instabilidade, torna o texto rico, denso, cheio de labirintos e armadilhas com as quais nos deparamos em cada parágrafo lido.

Como fossem obstáculos, essas pausas reflexivas do autor são de grande valia e diferenciam o seu trabalho. Salinas nem mesmo sabe como nomeá-lo, mas sabe por que escreve. Vale a citação um pouco longa, mas que deixa claro as suas opções:

> *"Por que escrevo tudo ??? Por que relembrar águas passadas e repassadas e bem passadas? Qual a importância, afinal, do gênero – como chamá-lo – 'memorial'."* Mais para frente, complementa: *"A única coisa que sou capaz de dizer no momento é que se as escrevo – as memórias – é para dar a mim mesmo, conceder-me em benefício próprio, uma 'ANISTIA AMPLA GERAL E IRRESTRITA' , já que ninguém me concede. Por que não? Quem impede? Uso deste espaço para não deixar que tudo se perca, se evapore. E continuo dizendo dessa forma canhestra e imprecisa, infiel e abstrata. O fato é que tudo mudou, que era o mundo antes, o meu, bem diferente. E tudo vai ficar por isso mesmo? Eles torturaram, mataram, destruíram, tripudiaram, achincalharam, humilharam e continuam aí, juízes finais, são eles que decidem o que é certo ou errado, o que é bom ou mau."* (FORTES, 1988, pp.80-81).

Nesse trecho, dois pontos saltam aos olhos. O primeiro é o uso dos três sinais de interrogação ao final da pergunta sobre o motivo de escrever essas lembranças. Há claramente um desejo de reforçar a dúvida para aqueles que lêem o texto, mas

acredito que ela reforça ainda mais a pergunta para ele mesmo, num claro questionamento de suas próprias motivações, como se ele ainda não soubesse por que se força a lembrar e, portanto, a reviver todo o trauma. O outro ponto, continuando na mesma linha de raciocínio, é o grande destaque para a frase que escreve com letras maiúsculas. A impressão sempre é a de que ele busca de uma redenção social ao que ele passou, mas também é a busca de redenção consigo próprio. As águas passadas, repassadas e bem passadas mostram bem o quanto essas memórias são difíceis de serem carregadas e difíceis de serem escritas. A referência à lei de anistia de 1979, a lei do esquecimento, é carregada de ironia, pois para ele o esquecimento é impossível, ainda que desejado.

Na medida em que sua obra chega ao fim, percebemos uma atenção extra dada ao ato de escrever. Apesar de, como dito anteriormente, o autor inserir, ao longo do texto, pequenos comentários sobre os motivos de sua escrita, essas reflexões intensificam-se agora. As quebras são mais constantes e os questionamentos, cada vez mais incisivos, indicando, talvez, um crescente descontentamento e uma angústia na medida em que tem de lidar com suas memórias, não somente com o ato de lembrar suas prisões no tempo presente, mas também no esforço de pensar a obra como um todo, trabalhá-la e organizá-la em termos de estrutura, de organização e de pensamento.

É muito interessante avaliar mais a fundo esses questionamentos. Eles nos ajudam a perceber a relação do escritor com suas lembranças escritas, assim como o modo como lida com elas ao trazer esse passado doloroso para a escrita. A idéia de estar morto em vida, essa convertida em destino, aparece de forma marcante: *"O destino, o sistema. E as coisas... Se é verdade que a morte converte a vida em destino, a sensação de destino me converte agora a vida em morte"* (FORTES, 1988, p.86). Essa morte, vivida em vida, é convertida ainda em delírio. Se pensarmos no delírio como algo que se liga a uma doença mental ou ao campo da fantasia, talvez o autor expresse sua descrença nas situações pelas quais passou por esse caráter fictício de todo o processo:

> "*Acho que chegou, então, o momento de concluir. E partir para outra. Mas, de delírio em delírio, fui me esquecendo de tanta coisa, como concluir? Não, um pouco mais de paciência, até que o exorcismo se complete e o vômito desengasgue"* (FORTES, 1988, p.89).

A noção de exorcismo também nos indica uma tentativa de se livrar de algo que o possui contra a sua vontade. Em nossa sociedade, o exorcismo é visto como uma prática utilizada para extirpar do corpo algo considerado mal. Temos as noções de terapia, delírio e exorcismo unidas em pontos específicos de seu relato. Um pouco mais à frente, o autor complementa, unindo a esses pontos a tentativa de esquecimento:

> *"Mas como esquecer? O meu tempo livre, agora, na nova vida das ruas estrangeiras, mas familiares, fazendo-me deslembrar um pouco dos fantasmas polimorfos, que de novo voltam a me afetar, delimitar, despedaçar, corroer, doer"* (FORTES, 1988, p.90).

O final do livro, Salinas tenta dar uma pista do que aconteceu com ele nos anos seguintes. Ele mistura seus devaneios e sonhos com uma interpretação do Brasil daquele tempo. Percebemos a todo o momento, direta ou indiretamente, que sua pergunta: *"Como manter a lucidez em meio à complexidade?"* (FORTES, 1988, p.100) está presente em cada uma das quebras nos assuntos abordado. Não podemos esquecer que a pergunta também faz parte da obra quando pensamos nela como um todo. Podemos supor que essa intensidade ao se aproximar o final talvez nos indique o desejo e a ânsia de um autor que busca insistentemente uma resposta a essa pergunta. Creio que, talvez, ela tenha sido um dos motores que o levaram ao papel e a mostrar-se quase nu, abrindo essas suas memórias dolorosas.

O ato de se colocar no papel é visto ainda como uma guerra. É o momento no qual ele pode se impor diante da repressão, ainda que o tempo dela tenha se acabado. É a busca por justiça:

> *"Eles quase tinham conseguido me quebrar, restando-me agora, como único recurso, como único antídoto e contraveneno, a metralhadora de escrever, o alinhamento das palavras, o arado sobre a folha branca, a inscrição como resposta. É aqui, neste exato momento, que se trava a luta. Cada traço inscrito é um tiro, é um golpe,* il n´y a de bombe que le livre*, cada linha é lança, gume, faca que penetra na carne dura do inimigo vário. Plural... Hoje, a paisagem é outra, mas as grades, ainda as trago comigo, plantadas duramente na memória."* (FORTES, 1988, p.102).

O texto aparece como uma bomba. É a sua arma, ainda que em um tempo posterior. Empunha, engatilha, mira, mas não sabe os seus efeitos no inimigo que quer acertar. Ainda sim, sentimos que é um grande alívio contar com ela. Por vezes ele luta de dentro das grades ainda, mas esse talvez seja o momento que o mantém vivo. Talvez sejam essas memórias, e principalmente sua inscrição, que o incentiva e que dão forças para seguir lutando, ou ao menos nessa luta específica que foi essa obra.

Um ponto importante é deixado para o fim do livro. Salinas nos conta sobre um sonho com uma prisão e sobra a persistência de sonhos desse tipo. Não fica claro se é o mesmo sonho ou sonhos com a mesma temática. Mas sempre envolvem policiais, pedidos insistentes de documentos, interrogatórios e prisão. Os policiais transformam-se em torturadores e se divertem às suas custas. Ao comentar o grande realismo desses sonhos, o autor adverte: *"Mas, antes, é preciso tomar consciência do real. Aceitar calmamente este real que parece um delírio circular, ele também."* (FORTES, 1988, p.103). Novamente temos o real

mostrado como um delírio, dando a idéia de algo que transcende o que é considerado normal.

É difícil estabelecermos o que é o texto dele. Irene Cardoso se pergunta se é um memorial, memórias, confissões ou autobiografia. **Retrato Calado** está ligado diretamente a uma experiência vivida no extremo e que flutua em uma fronteira entre real e imaginário, questão que o autor se coloca a todo instante. Como trabalhar a sua memória se ainda tem grades plantadas nela? *"A esperança (...) de quebrar as grades (...) que continuam, imaginárias, a me comprimir o cérebro"* (FORTES, 1988, p. 100). Para Cardoso:

> *"É desse modo que a narrativa vai se construindo, debruçando-se sobre a sua própria impossibilidade. As questões de modo angustiado e doloroso vão emergindo sem nenhum tipo de censura ou complacência, especialmente em relação a si próprio, a partir do silêncio, reencontrado na escrita.* ***Retrato Calado****, a narrativa que trata da impossibilidade da narrativa"* (CARDOSO, 2001, p. 277)

Narrativa que é a construção literária de uma experiência que dificilmente conseguirá ser dita. Ainda sim, Salinas diz muito dentro da sua enxuta obra que se desloca sem cronologia específica para conduzir o leitor a caminhos mais suaves. Conduz sim a diversos tempos que se entrecruzam nas suas diferentes intensidades – morte, sobrevivência, espera, vazio, silêncio (CARDOSO, 2001, p. 278). O autor utiliza essa ausência de linha cronológica e de quebras constantes de assunto para que tenhamos a impressão de entrarmos em sua cabeça para vermos aquilo que os torturadores colocaram lá dentro. Da mesma maneira, quer que tenhamos a noção da impossibilidade narrativa de sua experiência delirante jogando-nos no labirinto construído de sua memória que não pode ser contada de forma linear.

Salinas pergunta-se incessantemente se seria possível não fazer todo esse questionamento, todas essas perguntas e essa crítica ácida. As questões vão se colocando a todo o momento, muitas vezes transcendendo o sujeito para se tornarem questões mais amplas e gerais. Olhando de fora, essas questões nos ajudam a buscar o sujeito que conta mostrando-nos a clara e total consciência que o ele tem de si mesmo e de sua situação irreal. Ainda que a narrativa não se feche, ainda que o delírio circular de que ele fala ainda esteja lá, ainda que tudo isso possa se repetir um dia.

Capítulo III

3.1 Nos Limites do Testemunho

Quando pensamos no uso de testemunhos como construção da História - e aqui tento abrir a questão tanto para a historiografia quanto para um nível social de conhecimento histórico -, não podemos deixar de pensar quais os limites que esse tipo de trabalho enfrenta para essa árdua tarefa. Há uma enorme defesa do uso dos testemunhos para a construção da História de um evento ou país. Temos uma forte crítica sobre o seu uso com os devidos cuidados. Há também a defesa de que eles podem ser usados como única fonte para se fazer História. De qualquer forma, o seu uso, principalmente nas últimas décadas, tem sido crescente. É necessário, portanto, pisarmos nesse terreno com calma para tentarmos problematizar a relação dos testemunhos com a construção do passado.

O uso da memória para a construção do passado está intimamente ligado com o nascimento da História. O olhar e contar fez parte do processo de nascimento do conhecimento do passado, do conhecimento do que era o desconhecido e até mesmo daqueles considerados “os outros”. A memória, se não analisada com cuidado, pode nos conduzir a uma idéia de verdade na medida em que tendemos a acreditar que essa verdade passa pela presença da pessoa nos acontecimentos com seu olhar supostamente isento e, na etapa seguinte, ao contar aquilo que viu. Em uma rápida análise dos escritos de Heródoto, é possível percebermos o modo como, de certa forma, estamos ligados a essa tradição. Jeanne Marie Gagnebin, em seu artigo, “O início da História e as lágrimas de Tucídides” **(**GAGNEBIN, 2005) diz que, nos escritos de Heródoto, a palavra grega *historiè* não pode ser traduzida, de forma simples, por história. No contexto em questão, o significado dela era mais amplo: ela remetia à palavra *histôr,* traduzido por ela como *“aquele que viu, testemunhou*”. Heródoto quer contar as coisas que viu e que ouviu de terceiros, pois considera-as como corretas. *“Ele privilegia a*

palavra da testemunha, a sua ou a de outrem" (GAGNEBIN, 2005, p.14). É importante lembrarmos da contribuição de François Hartog com o seu livro **O Espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro** (HARTOG, 1999), no qual temos um estudo sobre a forma como esses encontros dos olhares (por vezes de opostos) são feitos. Tradução, nomeação, referenciais pessoais, aproximações, distâncias, discursos, são alguns dos temas abordados pelo autor. Há alguns pontos de sua obra que iluminam a análise do contato do olhar com uma situação a ser contada e do encontro do "eu' com o "outro", como, às vezes, alguns testemunhos se parecem, dada a 'irrealidade' de uma situação extrema. Aqui é fundamental notarmos que as imagens produzidas pelos relatos feitos não podem ser interpretadas de maneira simples, como se da transposição do *ver* extraíssemos o *saber*, mas sim entendermos que esse processo de escrita, de linguagem, consegue *fazer ver* e é dentro dessa chave que os estudos e interpretações são feitos. É nesse *fazer ver* que devemos apoiar a nossa análise e nossa leitura. Ao narrar, nomear e descrever o que algumas pessoas passaram, os testemunhos ajudam a criar o "outro", "ele" e "ela" (pessoas, situações, reflexões), diferentes e distantes do "eu" que escreve e que tenta uma espécie de tradução daquilo que é observado. De certa maneira o contato e a escrita auxiliam na criação e interrogação de sua própria identidade e por isso achamos nos relatos, também, muito da pessoa que escreveu.

Aproximando um pouco para a realidade na qual estamos nos apoiando, o século XX, se temos a idéia de que ver não é compreender, devemos então pensar que a memória é algo diferente. Ecléa Bosi nos auxilia com a sua reflexão para entendermos um pouco mais o que está sendo colocado:

> *"A memória não é sonho, é trabalho. Se assim é, deve-se duvidar da sobrevivência do passado, 'tal como foi', e que se daria no inconsciente de cada sujeito. A lembrança é uma imagem construída por materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam a nossa consciência atual. Por mais nítida que nos*

> *pareça a lembrança de um fato antigo, ela não é a mesma imagem que experimentamos na infância, porque nós não somos os mesmos de então e porque nossa percepção alterou-se e, com ela, nossas idéias, nossos juízos de realidade e de valor."* (BOSI, 1994, p.05).

Se a memória é pensar o passado com as idéias de hoje, podemos abrir mais a questão incluindo a escrita nesse ponto. Nos atos de viver, lembrar e escrever percebemos que essa memória ainda passou por dois "filtros": lembrar e a construção literária dela. Ao lembrar o passado no presente estamos propondo uma diferença entre eles em termos de ponto de vista. Se incluirmos o escrever aqui, perceberemos que temos ainda mais um ponto de vista, pois não podemos excluir as intenções, o fio condutor da narrativa e os modos como a pessoa opera a lembrança e a deixa numa linha narrativa específica. O autor pode trocar ordens, repensar acontecimentos, tempos, tudo para deixar o que está contando do jeito que quer.

Aproximando essa crítica à memória com as ressalvas do trabalho da História, vemos que os testemunhos requerem os mesmo cuidados que os chamados documentos tradicionais. Podemos dizer, portanto, que é possível considerarmos que eles são, na definição de Michel Foucault (FOUCAULT, 1986), documentos – monumentos. Segundo o pensador francês, na história tradicional, o documento, devidamente autêntico, era visto como representação direta e confiável do passado e um reflexo da realidade. Sua análise parte da idéia de que o documento também é um monumento. Discurso construído por e para alguém, com objetivos específicos. A preocupação de Foucault se dirige, nesse momento, a procurar e entender o que o constitui, ou seja, o discurso, a narrativa, as representações e imagens presentes no documento:

> *"O documento, pois, não é mais, para a história, essa matéria inerte através da qual ela tenta reconstituir o que os homens fizeram ou disseram, o que é passado e o que deixa*

> *apenas rastros: ela procura definir, no próprio tecido documental, unidades, conjuntos, séries, relações"* (FOUCAULT, 1986, p. 7).

Foucault trabalha com a noção de documento monumento amparado pelo historiador Jacques Le Goff:

> *"O documento não é inócuo. É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. (...) O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro - voluntária ou involuntariamente - determinada imagem de si próprias."* (LE GOFF, 2003, pp.537-538).

Se pensarmos nessas palavras de Foucault e Le Goff, ficam claras as condições que o testemunho deve ser analisado e visto. A compreensão do seu discurso – que relata uma experiência - é mais complexa do que pensarmos somente em uma verdade simples que vai de encontro com a questão do "apenas" olhar para saber.

Para ser mais específico nos termos do testemunho latino americano, uma das principais vozes contrárias e críticas à utilização do testemunho para a construção do passado é a escritora argentina Beatriz Sarlo. Em **Tempo passado (**SARLO, 2007) a autora problematiza a idéia do testemunho como construção e fonte para a História de um país. Defende a idéia de que é melhor compreender que recordar, uma vez que a memória e a construção de um passado não dependem somente do testemunho em primeira pessoa, mas também de informações de outras fontes como a jornalística e documental. O papel da

literatura nessa construção também é relevante, pois opera numa dimensão específica e particular, como fonte de entendimento do passado. O registro não ficcional, ao contrário da literatura, fica limitado dentro de um campo moral e, assim, enfrenta dificuldades tanto para levantar quando para responder algumas perguntas: *"a ficção pode representar aquilo sobre o que não existe nenhum testemunho em primeira pessoa"* (SARLO, 2007, p.118).

Nos dois livros estudados aqui, percebemos que Tavares e Salinas dão um passo além da escrita de um simples depoimento. Há muita reflexão em suas páginas. Há uma construção detalhada de cada passo dado, de cada dor sentida. Tarefa que não deixam de cumprir, ainda que para isso eles estejam presentes em longas sessões de tortura que a lembrança os remete. Não fazem isso de maneira crua, como sugere Sarlo quando trata da limitação dos relatos ao contrapor essa ficção menos presa às bases morais, mas interpretam os acontecimentos e sabem dos limites que essa tarefa possui.

Sarlo analisa a questão do testemunho principalmente a partir dos casos de experiências violentas que ocorreram dentro da Argentina. É preciso tomar cuidado para não generalizarmos os acontecimentos de cada região, mas a sua crítica nos auxilia a problematizar a questão como um todo. É sempre fundamental lembrarmos o papel do sujeito ao fazer a narrativa de sua experiência. É preciso prestar atenção às pretensões que os testemunhos apresentam ao nos contar um evento. Além disso, será que se trata de um gênero limitado, só quem passou pela experiência pode contá-la de maneira relevante? Se a resposta for afirmativa, como o relato pode conter a experiência? Ou, invertendo a questão, como a experiência se conserva no relato? A lembrança da experiência é uma construção colocada em discurso, ou é possível a rememoração? Creio que essas perguntas demonstram o quão problemático é esse assunto.

É claro que quando falamos em testemunhos, temos diferentes casos. Na América Latina, por exemplo, principalmente na Argentina, os testemunhos em primeira pessoa têm um peso importante. Além da sua grande repercussão na sociedade, eles serviram como base jurídica para a condenação dos torturadores

a serviço da ditadura militar. É um ponto diferencia esse país em relação aos seus vizinhos sul-americanos. No caso do Brasil, ainda não temos um papel decisivo e marcante em relação aos testemunhos tanto na questão jurídica quanto na questão da repercussão social do acontecido.

Se pensarmos no sujeito que conta a sua experiência, temos que dar conta da sua presença no passado. É interessante notar que o personagem que se inscreve e se perpetua na escrita flutua entre o passado e o presente e não consegue sair do círculo de terror pelo qual passou, e vai mostrar isso em sua escrita. O momento presente da escrita também é o momento de viver aquilo. Apesar da construção racional, também falamos em tentativa de superação e cobrança.

Podemos abrir a questão e colocar isso em duas etapas: a primeira é o fato de ter vivido aquilo de forma intensa e presencial e a segunda é o momento da escrita do que passou. Claro que há algo no meio disso tudo, principalmente naquelas pessoas que, traumatizadas, vivem em um eterno presente, não conseguindo superar o choque da experiência violenta. Além disso, para os testemunhos chegarem àqueles que não passaram pelo acontecimento, é fundamental esse outro ponto, que é o fato de a experiência não existir sem a narração. O ato de narrar é quase um ato de traduzir. Ao narrar, o autor cria uma temporalidade diferente do acontecido e entra no campo da memória. Por mais que ele viva e reviva sua experiência, estamos no nível da memória e a cada narrativa e, por que não, a cada leitura, uma temporalidade nova é atualizada (SARLO, 2007, p.25). Nesse sentido, podemos pensar que, ao colocar a experiência em um relato, ou o sujeito, ao se colocar em uma construção literária, eles ficam comprometidos em relação ao seu sentido inicial. Como se fosse um filtro, a escrita desloca um pouco mais a experiência do seu sentido inicial, digamos, e cria algo diferente, em outra temporalidade. Porém, talvez, resida aqui o paradoxo, pois essa ainda é uma das poucas formas de nos aproximarmos de determinados acontecimentos, através da voz daqueles que os vivenciaram diretamente.

Ainda nessa linha de raciocínio, creio ser importante termos cuidado em relação a alguns termos e definições que podem gerar pequenas confusões nas interpretações que envolvem a construção do passado a partir dos testemunhos, assim como em todo seu processo de escrita. Além do mais, essas ressalvas juntam-se às perspectivas de Beatriz Sarlo na crítica do uso do testemunho. Em primeiro lugar, ainda que rapidamente, é importante mencionar que os termos presente e atualidade são pontos diferentes entre si. Segundo Irene Cardoso na obra **Para uma crítica do Presente** (CARDOSO, 2001), o presente aparece como local da construção, enquanto que a atualidade é apenas um elemento contido nesse presente, uma temporalidade dele. Nesse sentido, temos diversas temporalidades dentro de um presente. Dessa maneira, a noção de atualidade nos ajuda a desconstruir o tempo presente e pensá-lo não apenas como um local temporal entre o passado e o futuro, mas sim a minar a concepção de uma perspectiva linear de tempo e de seqüência de acontecimentos.

Esses dados são importantes para diferenciarmos a noção de uma perspectiva de construção de História com pretensão de linearidade que leva em conta apenas a visão de um processo, e que acaba por dissolver acontecimentos importantes em meio a uma ginástica que faz de tudo para que a interpretação se encaixe perfeitamente naquilo que se busca. Ou seja, os dados e acontecimentos que não são considerados relevantes àquela interpretação buscada acabam, na maioria das vezes, desprezados. Se pensarmos, portanto, numa construção da História que parte do presente, dentro dessa idéia de diferentes temporalidades, e também de atualidade, ganhamos uma dimensão temporal maior e a possibilidade de não cairmos em uma construção que deixa o passado linear.

Em uma perspectiva de construção histórica, literária ou de memórias que envolva, claro, o passado, se o ponto de partida é esse presente, o acontecimento aparece como núcleo orientador da interpretação e não como se estivesse diluído em um processo maior. Para exemplificarmos, ao tomarmos a questão dos relatos de memória daqueles que passaram pelos porões da ditadura e que sofreram algum tipo de tortura, temos em mãos um material que foge de algumas

interpretações que durante muitos anos trataram de forma superficial a violência e foram até mesmo condizentes com o regime militar. Cardoso amplia a questão:

> *"Nessa perspectiva, o acontecimento não é o esperado a partir de uma visão totalizante e integradora do processo histórico, mas o que interrompe uma historicidade, o que a recorta, aquilo que constitui a fronteira ou o limite dela. O acontecimento pela sua irrupção revela as diferenças temporais no interior de uma historicidade que se apresenta como homogênea"* (CARDOSO, 2001, pp.17-18)

Um pouco mais adiante, Cardoso complementa, citando Foucault (FOUCAULT, 1986) em **Arqueologia do Saber**:

> *"A noção de atualidade (...) constitui-se então como o lugar da interpretação e da reconstrução histórica. É percebida como 'a borda do tempo que envolve nosso presente, que o domina e que o indica em sua alteridade'."* (CARDOSO, 2001, pp.18-19).

É preciso tomar cuidado quando a autora usa o termo reconstrução. Reconstrução nos dá a idéia de algo que já existiu e que precisa ser refeito. A reconstrução permitiria chegar ao ponto primeiro do seu sentido original. Algo foi quebrado, seja o tempo, seja o acontecimento ou o passado e esse termo pode dar a idéia de que é possível recolocar as peças em seus lugares originais resgatando um sentido original. O que devemos ter em mente é que não é possível reconstruir algo, seja o trabalho do historiador ou as recordações de uma vítima da violência. O tempo do qual estamos falando não é um processo contínuo e não pode ser resgatado ou recortado e trazido novamente à tona. Nesse sentido, o termo reconstrução deve ser entendido como mais uma construção, mais uma criação, e não como o restauro do que já foi.

Tanto Salinas quanto Tavares realizam um trabalho de construção quando estão às voltas com suas memórias escritas. A obra como um todo é pensada, bem como cada passo dado. Os autores querem dar um sentido a elas. Se pensarmos que essa temática ficou excluída (ou diluído) de uma História calcada num processo longo e linear, fica claro que há uma intenção em publicar o que lhes aconteceu. Suas singularidades não lhes garantem um lugar seguro nas futuras interpretações, mas ao menos um espaço até então não conquistado. A problematização desses livros de memória passa necessariamente por uma problematização dessa História linear, em um processo de não exclusão, de algo que se une em busca de um sentido novo. O fato de que duas pessoas que passaram pela violência da ditadura decidiram escrever sobre isso, em livros distantes no tempo e na forma, mostra que há muita coisa em jogo nessas relações entre tempo, memória e história. Se pensarmos que entre as duas publicações existem doze anos de diferença e que entre a publicação de Tavares e o fim da ditadura existem catorze, é impossível não pensar no tempo da escrita. São duas realidades temporais bem diferentes.

Postas essas questões, é importante outra ressalva. A busca do passado a partir de uma escolha da memória em sua intensa relação com o esquecimento e a construção posterior feita em cima dele pode gerar um sentido que não coincide com nenhum ponto encontrado na História. Daí ser fundamental trabalhar com muito cuidado nesse campo que é a memória, já que essa construção pode criar algum sentido permeado de temporalidades diferentes e distantes no tempo. Isso fica claro quando pensamos no papel fundamental do tempo no qual o autor está escrevendo. Além disso, é possível que se criem acontecimentos e interpretações os quais não são possíveis de serem provados de nenhuma forma. Cardoso complementa: "*A memória tensionada pelo esquecimento pode se constituir num movimento que anacroniza significados de um passado, ao torná-los presente pela rememoração"* (CARDOSO, 2001, p.22). A perspectiva dessa construção baseada na memória parte de uma atualidade que contém ao mesmo tempo questões contemporâneas e anacrônicas ao trazê-las ao presente, formando

inúmeros sentidos às problematizações feitas. Ao mencionar essa questão do anacronismo em História, é interessante lembrar que:

> *"não está ausente em outras perspectivas que, ao tratar do mundo contemporâneo, constroem problemas, a partir dos quais interrogam momentos históricos distantes do ponto de vista do tempo cronológico, mas próximos dos pontos de vista dessas mesmas interrogações"* (CARDOSO, 2001, p. 23).

Em minha opinião, está claro que essas outras perspectivas incluem os testemunhos referidos nesse trabalho. Os autores partem de seus próprios momentos, com seus questionamentos e dúvidas em busca da construção do que lhes aconteceu e do narrar um passado. Cada obra fica com sua especificidade temporal, sendo ambas escritas dentro dessas diferenças, que obrigatoriamente devem ser levadas em conta em qualquer tipo de análise.

Caímos, portanto, numa discussão sobre o embate entre a memória coletiva e a memória histórica, que Cardoso apresenta a partir de Lefort. Mesmo que de forma superficial, é importante mostrarmos de que forma elas nos ajudam a entender o tema de uma maneira um pouco mais abrangente. Podemos pensar a memória coletiva como algo que é elaborado dentro de diferentes grupos que fixam do passado somente aquilo que lhes convém para a sua representação no presente. Enquanto que a memória histórica tenta enfatizar o ponto de vista de sua construção. Cardoso explicita e dá mais pistas:

> *"Tal perspectiva permite questionar os tipos de forças e os modos como elas operam na construção da memória coletiva produzindo a sua manifestação como uma representação solidificada e dotada de durabilidade, de estabilidade e de continuidade. Perspectiva que permite ainda perceber na história os momentos do 'não-dito', dos silenciamentos, dos esquecimentos necessários à construção daquelas representações, que os estudos cuja ênfase está na força*

> *'quase institucional da memória coletiva' das sociedades tendem a desconsiderar"* (CARDOSO, 2001, pp. 25-26).

São questões complexas, pois estamos lidando diretamente com diferentes forças e fatores que impuseram e ainda impõem o seu ponto de vista a toda sociedade. Vemos ainda hoje defensores do regime desacreditando as pessoas que testemunham sobre a violência estatal no período do regime militar. A ferocidade da crítica é ainda maior quando são pessoas que cobram respostas públicas e indenizações por parte do governo brasileiro. Ainda é uma questão delicada e o silêncio persiste dentro de uma sociedade que não quer lidar diretamente com esse passado violento e com essas questões da memória e do esquecimento, forçado ou não. Ao ser construído nas memórias de Tavares e de Salinas, esse passado, voltando quase na forma de pesadelo, surge em um presente não preparado para lidar com ele. Dificilmente é compreendido pela sociedade de uma forma geral, cujas memórias presentes desejam um tom de neutralidade, buscando negar qualquer conflito. A construção literária desses autores representa um esforço de entender e aceitar esse passado e também de escancará-lo para a toda sociedade. Ou seja, é a busca por uma memória histórica e pessoal que se refere a um tempo que não passou e cuja construção envolve diversas etapas, produzindo, de muitas maneiras, esquecimentos, ausências e silenciamentos. Além do tempo da escrita e da publicação, sempre que temos nas mãos esses relatos de um passado ainda não resolvido, existe a possibilidade de atualizarmos e intensificarmos problematizações, questões e sentidos fundamentais contidos neles.

> *"o peso do esquecimento no presente histórico contemporâneo; a perda do sentido da memória e da história ; a dificuldade de percepção da memória e do esquecimento como forças ativas ; a relação de tensão entre memória e esquecimento ; a memória e o esquecimento como*

> *construções de representações estáveis ou de ausências"* (CARDOSO, 2001, p. 28) .

É sempre possível levantar essas questões ao se lidar com esse passado ainda problemático, cuja atualização sempre será necessária enquanto a sociedade não conseguir encará-lo.

Os trabalhos seguidos de construção da História com a memória significam também a construção de novas relações com o tempo. Cabe aqui pensarmos que, se temos novas relações com o tempo, necessariamente teremos novas relações do passado com o presente, ou seja, haverá, talvez, uma aproximação de ambos. Esse contato não passará em branco por ambos e Cardoso (CARDOSO, 2001, pp.30-31), usando as palavras de Jeanne- Marie Gagnebin [4], afirma: *"Ao ressurgir no presente, o passado se mostra como sendo irremediavelmente perdido enquanto passado, mas também transformado por este seu ressurgir".* Se o passado se transforma, o presente também não permanece o mesmo com os novos questionamentos. Ao analisarmos a experiência passada desses autores, entramos num jogo no qual temos de levar em conta mais do que o passado, devemos incluir o momento presente da escrita com as perguntas e as respostas novas que os autores farão a si mesmos e o momento presente da análise com as igualmente novas abordagens para a fonte analisada. É nesse conflito temporal que surgirão novas relações com o tempo e que farão com que as análises dêem, alem de um espectro maior e novo para entendimento do passado, pistas sobre os problemas levantados em seu próprio presente.

Se o passado que surge no presente aparece de forma diferente, também transformado pelos novos questionamentos, os sujeitos que escrevem (e os que lêem) também podem sofrer mudanças por essas novas questões levantadas. Quando pensamos em testemunhos de experiências extremas é sempre necessário tomar cuidado com o tipo de leitura feita para evitar que entremos num

[4] Cardoso se refere ao texto: GAGNEBIN, J. M. "História e cotidiano em W.Benjamin". *Revista da USP,* n.15, set/nov. 1992.

jogo dual que vai expor opressor e vitima de forma simplista e linear. Alguns fatores devem ser cuidadosamente analisados, principalmente as condições extremas que possibilitaram esse testemunho e as intenções dos autores ao escreverem.

Voltando ao pensamento de Beatriz Sarlo, vemos uma enorme preocupação nesse tema. O sujeito ganha espaço em suas análises e temos a construção de um sujeito literário diferente do sujeito do passado. A autora faz uma breve análise de um dos testemunhos mais importantes sobre situações extremas. Se não foi o pioneiro, com certeza **É isto um Homem?** foi um dos mais relevantes testemunhos sobre a experiência dos judeus nos campos de concentração nazistas durante a Segunda Guerra Mundial. Segundo Sarlo, é um testemunho sem exageros, curto e enxuto. Podemos, antes de continuar, encontrar pontos em comum entre o testemunho de Primo Levi e os livros aqui analisados, porém o que mais salta à nossa vista é o fato de que Salinas e Tavares terem nas suas construções literárias o mesmo tom seco, simples e reflexivo que permeia o trabalho de Levi.

Até chegar à escrita, os autores passam pela experiência e de diferentes maneiras querem contar aquilo pelo qual sobreviveram. Para Sarlo, Levi comenta e escreve sobre o que passou por duas razões: *"A primeira, extratextual, psicológica, ética e compartilhada com quase todos os que saem do Lages: simplesmente é impossível não falar"* (SARLO, 2007, p. 34). A segunda relaciona-se mais com a origem do testemunho, que no caso de Levi é o campo de concentração. O que move o campo é a morte em massa e somente pode falar aquele que sobreviveu a ela, ou seja, o sujeito que conta não escolheu a sua posição, mas sim foi escolhido por diferentes condições extratextuais.

Ainda segundo a autora, ironicamente, os que não foram mortos não poderiam falar plenamente, pois não atingiram o objetivo final do campo, que era o extermínio. São sobreviventes e, ao testemunhar, falam da morte dos outros. Muitos se sentiram culpados pelo fardo que se tornou a sobrevivência. A culpa se anunciava ainda dentro do campo. Segundo Sarlo, citando Levi, a regra era ceder

porque, definitivamente, lá não era um lugar de resistência. Se pensarmos nessa afirmação, perceberemos algumas aproximações e diferenças entre os testemunhos. Nas obras que estamos analisando, Tavares cedeu ao sair da luta armada após uma de suas prisões. Algumas conexões o levaram novamente à cadeia e ao posterior exílio, mas já não era um participante efetivo dessa luta. Salinas não cedeu, pois nunca participou de qualquer atividade política após o golpe de 1964. O seu ceder é algo mais subjetivo e liga-se ao modo como a tortura derrubou-o como pessoa. Porém, se levarmos em conta outra realidade e outro momento histórico, podemos pensar que ambos os autores chegaram a essa espécie de final do qual Beatriz Sarlo fala. Levando a questão para o extremo, podemos especular que tanto Salinas quanto Tavares podem dar seu testemunho, no caso do Brasil, pois chegaram até o limite da repressão brasileira.

Durante o período, ao mesmo tempo em que cediam, houve também lugar para a resistência da qual Sarlo também fala. Talvez tenha sido o maior espaço que a oposição encontrou. E, claro, encontra-se presente dentro dos testemunhos. A escrita, mesmo que anos depois, ainda é uma forma de resistência, principalmente se pensarmos em uma memória que quase nunca encontrou aceitação durante os anos posteriores ao regime. Resistência durante o período e resistência após o período, a luta pela sobrevivência acabou sendo o motor dos autores nos dois tempos.

Essa condição de luta difere dos que sobreviverem no campo de concentração. Mesmo com a luta para sobreviver e para contar, esse sujeito que testemunha não consegue ser o mensageiro definitivo daquilo que vivenciou. Aquele que poderia falar com toda plenitude na primeira pessoa está ausente; é aquele que morreu. Por isso, segundo Sarlo, esses condenados não podem falar e o silêncio imposto pela experiência tornaria o seu testemunho incompleto, já que não chegaram ao fim determinado pelo campo de concentração. A autora ainda utiliza o pensamento de Giorgio Agamben [5] para explorar um pouco mais essa

[5] Comentário de Giorgio Agamben aos textos de Primo Levi em *Lo que queda de Auschwitz*, Valencia, Pretextos, 2000.

questão. Vale a citação um pouco mais longa, mas que mostra o modo como a problemática desse sujeito ausente aparece:

> *"Agamben vê aqui a problemática de um sujeito ausente, uma primeira pessoa que, quando surge no testemunho, sempre está substituindo outra, mas não porque possa ser sua vicária, sua representante, e sim porque não morreu no lugar de quem morreu. De modo radical, não se pode representar os ausentes, e dessa impossibilidade se alimenta o paradoxo do testemunho: quem sobrevive a um campo de concentração sobrevive para testemunhar e assume a primeira pessoa dos que seriam os verdadeiros testemunhos, os mortos"* (SARLO, 2007, p. 35).

Ao mesmo tempo em que o testemunho é fonte única e exemplar para contar sobre o ocorrido, a incompletude de seu alcance para representar o que os sobreviventes passaram é um dos pontos que faz do testemunho uma fonte rica e controversa do passado. Os sobreviventes só podem lembrar e contar, no caso do campo de concentração até certo ponto, pois o objetivo do campo não foi completado neles. Esse pensamento é um pouco extremo e leva essa questão ao seu limite. Por esse raciocínio, o testemunho em sua completude é impossível, pois não houve a morte. Acredito que o testemunho como se imagina completo seja impossível por outras razões. A experiência de morte rondou os sobreviventes de inúmeras maneiras e sua experiência dentro de situações quase que irreais lhes dão bagagem suficiente para contar aquilo que viram. A incompletude liga-se, em minha opinião, mais por uma questão do limite das palavras escritas e faladas, assim como na forma escolhida dentro dessas escritas e dessas falas, do que pelo fato da morte não os ter atingido. Isso, em minha visão, desqualificaria, em parte, as palavras de uma pesssoa com a qual a morte teve estreito contato em uma situação extrema. O que é irrepresentável é a intensidade da experiência vivida, o contato direto com a morte sempre rondando

quase que ao acaso, o medo de se tornar uma vítima dela, o sentimento de culpa por ter sobrevivido, entre outros casos. Aqui trato tanto da experiência vivida quanto do ato de lembrar ao escrever.

Um dos pontos de cruzamento do testemunho de Primo Levi, trabalhado por Sarlo, e os testemunhos da América Latina, dizem respeito à questão temporal. O tempo do campo e o tempo da prisão e da tortura. O esvaziamento da idéia cultural de tempo. Salinas e Tavares tentaram transmitir a idéia do passar do tempo dentro da prisão. Ambos relatam o tédio e o que faziam para que o tempo passasse de outra forma. As luzes acesas ou apagadas para que a noção de tempo fosse perdida e minasse a resistência do prisioneiro era algo rotineiro. Tavares passou pelas duas situações e nos dá uma idéia do modo como isso era feito:

> *"Finalmente dormi. Na noite do quarto dia, dão-me uma cela e eu me deito e durma pela primeira vez. Apago e luz e me deixo cair sobre a palha do colchão estendido no piso frio, mas o sentinela grita mandando reacender a lâmpada. Deve-se dormir, sempre, de luz acesa, com a claridade sobre os olhos, para que se tenha a sensação de que o dia é interminável e que não há noite nem descanso"* (TAVARES, 2005, p. 69).

No Uruguai, ficou trinta dias vendado, "desaparecido" e sendo torturado, tendo poucas referências sensoriais:

> *"Pelo olfato eu reconhecia "o chefe" e sabia quando entrava na casa: ele usava um perfume forte e adocicado, que eu sentia nas narinas, de longe. Aos poucos, distingui também os seus passos no assoalho (...). Vendado e algemado, eu comia, era interrogado, ia ao sanitário e dormia. E, pela manhã, vendado e algemado, eu tinha de recolher o colchão do solo, enrolá-lo e guardá-lo a um canto do salão imenso*

> *(...) À noite, repetia a operação ao contrário"* (TAVARES, 2005, pp.284-285).

Muitas vezes esse aspecto cotidiano é ignorado em outros testemunhos que tendem sempre a tratar de questões maiores envolvendo episódios mais marcantes, principalmente aqueles que se relacionam com a violência e episódio singulares.

A partir desse exemplo do esvaziamento do tempo construído culturalmente pelos homens, percebemos parte do tamanho do problema em lidarmos com a representação da experiência e com o posterior testemunho. A experiência vivida por aqueles que estão contando é de difícil representação em sua totalidade e, segundo Sarlo, "*o sujeito - testemunha é menos importante que os efeitos morais de seu discurso"* (SARLO, 2007, p. 36). Se pensarmos um pouco mais nessa afirmação, veremos que o testemunho coloca uma questão coletiva apesar do universo privado do que conta. Quando lemos os testemunhos da América Latina, é difícil não pensarmos na questão coletiva e social, principalmente se pensarmos em uma História que ainda não é tratada às claras no que tange o assunto do terrorismo de Estado. Salinas e Tavares expõem suas vidas particulares, a violência sofrida e aquilo que pensam sobre o que passaram e, no fim, a reflexão toda em cima daquilo que expuseram parte para o lado coletivo. Se pensarmos na qualidade da reflexão de ambos é possível sim pensar nas dores e nos efeitos que a violência sofrida gerou neles e isso é de uma riqueza pouco explorada. Talvez, conforme dito, pelo fato de nossa História ainda carecer de uma maior clareza e honestidade sobre aquilo que aconteceu nos porões da ditadura, o olhar recaia direto sobre questões mais gerais sobre o que aconteceu. Porém, é sim possível pensarmos nos testemunhos de ambos os autores e chegar a questões mais particulares sobre a devastação da violência sofrida sobre o ser humano. Ambos contaram pois era quase que inevitável (moralmente e psicologicamente) não falar sobre o ocorrido.

Quando lidamos com um testemunho como o de Primo Levi e até mesmo de outros sobreviventes da Shoah, pensamos sempre no modo como esse tipo de relato virou referência e se transferiu para outras realidades e períodos históricos diferentes. É preciso tomar cuidado ao analisarmos a questão para não aproximarmos realidades e tempos históricos distantes, ainda que estejamos tratando de violência ao longo do século XX. O testemunho do Holocausto se firmou como um modelo que foi difundido e usado em outras regiões e aqui incluímos aqueles praticados na América Latina. E, assim como ele deve ser questionado, é de fundamental importância analisar tanto seu conteúdo interno quanto contrapô-lo ao que é produzido externamente a ele (historiografia e outras fontes documentais) para que as versões sejam confiáveis. Sarlo nos auxilia na questão:

> ”*Em condições não judiciárias, o testemunho pede uma consideração em que se misturam os argumentos de sua verdade, suas legítimas pretensões de credibilidade e sua unicidade, sustentada na unicidade do sujeito que o enuncia com a própria voz, pondo-se como garantia presente do que diz”* SARLO, 2007, p.37).

A crítica em diversos níveis é fundamental: o sujeito que fala, o que ele fala, de que lugar está falando, se ele pode falar. Esses são aspectos decisivos quando analisamos um testemunho que se quer como verdade e que se quer como indispensável, reivindicando incisivamente sua posição para a construção do conhecimento histórico. O problema surge quando essa fala liga-se à violência. Como, moralmente, podemos duvidar de alguém que passou por um calvário, sobreviveu e agora conta aquilo que passou. Como questionar a alegação de verdade do sujeito, do seu sofrimento e sua experiência extrema?

Os testemunhos em primeira pessoa ganharam um espaço muito grande nos últimos anos. É claro que isso deve ser relativizado. As obras em primeira pessoa foram socialmente aceitas como relatos com credibilidade. No caso do

Brasil, essas obras não ficcionais em primeira pessoa tiveram seu espaço e abordaram os mais diversos assuntos. Se falarmos em obras sobre o período da repressão brasileira, esse número cai ainda mais. Os pontos chave dos relatos inserem-se na idéia de que o narrador que tem experiência pode contá-la. Seu desejo é dar sentido a essa sua experiência e ao mesmo tempo fazer com que se afirme como sujeito do processo pelo qual passou. Se a "verdade" da tortura não apareceu nos muitos anos subseqüentes ao fim do período militar, os testemunhos colocam o tema à toda sociedade e faz surgir as histórias veladas de como a repressão atuou em seus porões por trás do milagre econômico pelo qual o país passava. Se já não é mais possível esconder ou fingir que nada aconteceu em relação à tortura, surgem nesses relatos verdades pessoais e subjetivas de um passado até então negado. Sarlo lança aqui uma pergunta central do seu trabalho e da crítica ao uso indiscriminado dos testemunhos: *"O que garante a memória e a primeira pessoa como captação de um sentido da experiência?"* (SARLO, 2007. p.40). A autora ainda complementa sua pergunta, dizendo que, quando há dificuldade da sociedade em aceitar a verdade de uma história, todos parecem aceitar mais verdades no plural. Ou seja, se a sociedade tem dificuldade de aceitar a tortura nos termos que ela aconteceu, ao mesmo tempo ela aceita como verdadeiras essas histórias em primeira pessoa que tentam dar conta de representar uma experiência pessoal.

Paul Ricoeur, em sua fundamental obra **A Memória, A História, O Esquecimento** (RICOEUR, 2008), analisa e discute, entre muitos temas relacionados à memória, a questão do testemunho. Segundo ele, o testemunho surge no nível de representação do passado por diferentes meios, entre eles, as narrativas. Ricoeur cita o uso de maneiras diferentes do testemunho e que só podem ter seus núcleos identificados na prática cotidiana: o uso jurídico e o uso para fins de produção de conhecimento histórico. Essas maneiras colocam para nós uma questão crucial que é o limite no qual o testemunho é confiável. Isso traz diretamente à análise questões como suspeita e a confiança e é trazendo problematizações às condições que geraram essa desconfiança que podemos

entrar diretamente no sentido do testemunho. Ricoeur especifica partes desse processo:

> *"De fato, a suspeita se desdobra ao longo de uma cadeia de operações que têm início no nível da percepção de uma cena vivida, continua no da retenção da lembrança, para se concentrar na fase declarativa e narrativa da reconstituição dos traços do acontecimento".* (RICOEUR, 2008, p.171)

O que é importante para nós, segundo ele, é questionar dois fatores que envolvem o testemunho. O primeiro é o que ele chama de 'paradigma do registro', ou seja, a forma e os modelos que ficaram consagrados, principalmente após a Segunda Guerra Mundial. O segundo é a idéia de um observador, e posterior narrador, que se quer isento ao testemunhar formal ou informalmente.

Para toda essa operação em relação aos testemunhos, Ricoeur disseca a questão e trabalha de forma separada com cada etapa da produção e da leitura desses trabalhos. O autor tenta mostrar o que está em jogo e as chaves que podemos usar para interpretar os textos. Segundo ele, ao analisarmos um testemunho, dois aspectos que em um início são diferenciados logo estão sobrepostos: primeiro, a afirmação de uma verdade factual no relato: *"A primeira vertente encontra sua expressão verbal na descrição da cena vivida em uma narração que, se não fizesse menção à implicação do narrador, limitar-se-ia a uma simples informação"* (RICOEUR, 2008, p. 172). A informação de que ele fala deve ser importante, assim como o que a narrativa atesta deve ser significativo. Segundo, a confiança de antemão que temos no autor, o que pode nos ajudar na autenticidade da declaração pela experiência dele. Nesses dois pontos levantados mora a questão da Realidade X Ficção, questão que sempre rondará qualquer tipo de trabalho que envolva memória, passado a suas análises.

Isso nos leva direto ao ponto seguinte que é o entroncamento da experiência, do acontecimento e do sujeito. Não é possível dissociar verdade

factual e confiança que temos na experiência do autor sem passarmos pela questão do sujeito. O testemunho liga-se diretamente a um acontecimento narrado por uma pessoa que estava lá para nos contar. Ricoeur chama isso de autodesignação do sujeito. O que se espera da narrativa é a realidade do acontecimento passado e a presença do narrador. *"Ao mesmo tempo, a autodesignação faz aflorar a opacidade inextricável de uma história pessoal que foi ela própria 'enredada de histórias'"* (RICOEUR, 2008, p. 173). O entrelaçamento entre a história pessoal e os acontecimentos ajuda a configurar o testemunho já que somente a memória não consegue dar conta da infinidade de sentidos. E aqui Ricoeur sugere que nem sempre o que é essencial para a pessoa o é para aquele que lê o testemunho. Um dos pontos chave dentro dessa autodesignação diz respeito ao diálogo que se forma entre o que conta a sua experiência e para quem se conta e dentro desse diálogo o autor não diz apenas que esteve lá, mas pede que dêem crédito a ele. Feito esse pacto, uma espécie de relação dupla com aquele que o recebe, o testemunho estará aceito enquanto tal e, a partir do momento que foi aceito, a testemunha também está aceita. A partir desses pontos, Ricoeur ainda diz que o testemunho ganha uma dimensão extra quando ainda consegue se manter no tempo e isso o aproxima de algo fundamental nesse assunto que é a promessa de manter a palavra diante de qualquer ato. É essa confiança, de texto e de autor, que faz com que os escritos testemunhais ganhem espaço na sociedade:

> *"É contra esse fundo de confiança presumida que se destaca de maneira trágica a solidão das 'testemunhas históricas' cuja experiência extraordinária mostra as limitações da capacidade de compreensão mediana, comum. Há testemunhas que jamais encontram a audiência capaz de escutá-las e entendê-las"* (RICOEUR, 2008, p.175).

Ricoeur termina falando da solidão que os sobreviventes encontram na sociedade. Entendo que esse limite de compreensão do qual o autor fala é instransponível,

mas, no caso do Brasil, poderia ser atenuado se houvesse uma maior compreensão do período em questão. Se não existisse uma barreira entre a sociedade e os crimes cometidos na ditadura, essa solidão poderia ser atenuada, mesmo com todos os limites que existem em textos com essa origem.

Salinas e Tavares sabem dos limites dos seus discursos e do questionamento da verdade contida neles. Nenhum tem pretensões de ser voz única e de verdade absoluta e, além disso, os motivos para a escrita deles são múltiplos. Entre esses motivos, diferente do argumento de Sarlo para a banalidade que se tornou o testemunho em primeira pessoa na Argentina, está justamente o pouco conhecimento do passado recente do Brasil. Aqui não tivemos batalhas jurídicas nas quais os testemunhos foram de vital importância, porém em número excessivo e que acabou se banalizando. O que levanta um questionamento sobre o papel do uso da imaginação e da incompletude do discurso para representar o passado. Misturados, a imaginação tenta dar conta do limite do discurso histórico e acaba por não dar o suporte necessário para sustentar o relato na busca da legitimidade. Além disso, a memória se dá o papel de irrefutável na medida em que sua pretensão ao discurso verdadeiro se apóia na questão da experiência.

No campo do discurso histórico, é impossível não questionar a construção do passado que o testemunho realiza, principalmente após a Segunda Guerra Mundial e mais especificamente na questão da América Latina pós-ditaduras militares. A historiografia construiu um caminho, aproximou-se do campo da memória e conseguiu problematizá-la de forma a tornar o seu discurso, usado com as devidas ressalvas, legítimo. A relação da memória com o passado é diferente da relação que a historiografia tem com ele. Suas premissas são mais pessoais e se apóiam em uma luta moral, o que faz com que o tratamento dispensado a ela seja menos afeito a críticas e questionamentos. *"Não há equivalência entre o direito de lembrar e a afirmação de uma verdade da lembrança; tampouco o dever da memória obriga a aceitar essa equivalência"*, afirma Sarlo (SARLO, 2007, p.44) sobre essa questão da problematização do discurso em primeira pessoa que se quer, muitas vezes, como intocável.

O professor Roney Cytrynowicz, em seu artigo “O silêncio do sobrevivente: diálogos e rupturas entre memória e história do holocausto” (CYTRYNOWICZ, 2003), discute um pouco mais essa questão ao analisar dois contos de Elie Wiesel presentes no livro **Holocausto: canto de uma geração perdida**. Cytrynowicz diz que a memória dos sobreviventes do holocausto é um fardo muito pesado e que faz com que eles sintam uma solidão que não é possível ser superada. A História, por sua característica de questionamento, não tem o papel de ampará-los, pois o seu compromisso pode abalar a segurança que a memória proporciona a determinados grupos. Esse ponto vai de encontro com o que Beatriz Sarlo problematiza sobre a memória. Percebemos isso claramente ao lermos os já citados trechos tanto de Salinas quanto de Tavares.

Ao trabalharmos as idéias do professor Cytrynowicz, podemos lançar luzes para entendermos parte do processo de memória do testemunho brasileiro sobre a ditadura. A tortura e a morte sempre foram negadas pela repressão ao longo dos anos de ditadura. Mesmo após o seu fim, ela ainda é discutida e algumas vezes posta em dúvida. Isso faz com que as vítimas sintam um forte estranhamento diante dessas negativas, dificultando ainda mais o processo de tentar retomar a vida após a experiência extrema. É preciso encarar o mundo de outra maneira, ressignificá-lo e reconstruir vínculos sociais diante de um quadro de descrença em relação ao que passaram e ao que contam, o que muitas vezes é pior. Os sobreviventes sentem-se isolados do resto do mundo também pela impossibilidade de transmitir e de fazer compreender a sua experiência. O mundo com a mesma aparência já não é mais o mesmo.

A relação entre memória e História muitas vezes é conturbada e em certos momentos essa última não consegue estabelecer uma aproximação sem que alguns ruídos se façam presentes. Na questão do testemunho, o trabalho do historiador esbarra na tentativa de compreensão de uma experiência que estaria longe de ser entendida para além daquilo que o autor conseguiu transmitir (já com seus limites). Além disso, o historiador tem necessariamente que ir um pouco além da questão do testemunho individual e usá-lo também como um modo de entender

sob quais condições, por exemplo, a ditadura militar com todo o seu aparato repressor foi possível no Brasil dos anos 60, o motivo dessa memória ainda ser conflituosa e de esquecimentos/silenciamentos forçados.

Um dos diferenciais dos testemunhos de Salinas e Tavares é o fato dos dois, a todo o momento, realizarem uma interpretação da história do país e de todo o processo repressivo pelo qual passaram. Talvez a condição de intelectuais auxiliou nessa intensa busca por respostas. O testemunho de ambos tenta articular a memória pessoal com uma interpretação da história brasileira. O cuidado ao trabalhar com essas interpretações é fundamental pois a memória social muitas vezes fica estática e liga-se a determinadas correntes de pensamento e interpretação política, por vezes ultrapassados, ou até mesmo sendo apropriada pelo discurso estatal. Da mesma maneira, o testemunho procura e constrói sentidos e explicações que às vezes possuem nexo somente dentro deles. É preciso juntar esses fragmentos individuais para torná-los compreensíveis. Historicizar essas questões de memória e História é tarefa das mais importantes para termos conhecimento do modo como apropriações, interpretações, discursos oficiais e não oficiais podem manipular e mudar todo e qualquer entendimento. Sempre haverá queda de braço pela posse do discurso considerado verdadeiro e vencedor.

Esses fatores não tornam o testemunho sem valor moral ou político. Seu registro não é suficiente se tomado somente por ele. O seu uso liga-se diretamente com a necessidade de outros referenciais do conhecimento e políticos para que a construção do passado não seja mascarada, deixando de fora quaisquer temas abordados. Ao historiador, ao analisar um testemunho, cabe o levantamento de questões sobre a possibilidade daquela ocorrência, como foi possível o acontecimento, como o autor trabalhou com essas memórias até chegar a um formato, as diferentes temporalidades presentes na escrita, entre outras perguntas pertinentes ao assunto. O professor Cytrynowicz, ao tratar sobre o genocídio durante a Segunda Guerra Mundial, esclarece:

> *"Explicar até o limite. (...) O limite é um olhar para dentro (...) tentando entender todas as múltiplas articulações que o tornaram, efetivamente, possível, histórico. A possibilidade de explicar o inaudito, o nunca antes acontecido, caminhará sempre em uma ínfima brecha em que, de um lado está a história e, de outro, a trivialização; mas seja como for, é preciso recusar a idéia do genocídio como um fato do qual não é possível aproximar-se, irredutível à história, e o historiador não pode aceitar a categoria de irrealidade ou mesmo de hiper-realidade"* (CYTRYNOWICZ, 2003, p. 138).

Fica claro nessa passagem o quanto chegar próximo e não se esquivar de questões importantes, que carregam uma espécie de barreira invisível que não pode ser tocada é importante no trabalho com o testemunho. Ele tem a sua importância fundamental e não deve estar sozinho para evitar duas situações. A primeira é que não se torne um discurso que vai abraçar apenas uma identidade (pessoal, política ou social). E o segundo passo que deve ser evitado é que também não se torne, no outro extremo da questão, discurso que seja voz de uma pretensa ação democrática e demagógica.

3.2 Pensando a Escrita dos Testemunhos

A década de 1980 de maneira geral viu o final das últimas ditaduras militares na América do Sul. Beatriz Sarlo menciona a coincidência do final das ditaduras militares com um período de novos estudos sobre o Holocausto na Europa e o modo como eles se entrelaçaram. Isso foi possível pois os testemunhos da Shoah serviram de modelo para outras experiências extremas por parte daqueles que denunciam a violência estatal e também para a produção memorialística daqui. A coincidência, na Argentina, fez com que os crimes da ditadura fossem revelados em meio a um crescimento dos discursos testemunhais, majoritariamente por causa dos julgamentos dos culpados, que já começavam a aparecer no país. As pessoas eram ouvidas dentro do campo jurídico como prova dos crimes cometidos pelos militares e para que suas falas fossem usadas nos julgamentos. Sarlo diz que esses testemunhos, tanto no judiciário quanto nos meio de comunicação, não foram recebidos com desconfiança pela sociedade, com exceção dos militares e simpatizantes que acusavam as narrações de falsas. As vítimas, segundo a autora, falavam pela primeira vez e o que contavam passava dos limites do pessoal e se tornava base para a indignação geral.

Se pensarmos no que ocorreu no Brasil, veremos que a situação é diferente. Aqui, tanto tempo após o fim da ditadura, quase não se ouve falar em julgamentos dos responsáveis pelos crimes do Estado. Também não ouvimos falar de depoimentos colhidos para servir de base para acusações em futuros julgamentos. Há projetos como o **Brasil Nunca mais**, porém esse não é uma atividade que envolva grande parte da sociedade. Além disso, testemunhos pessoais na forma de relatos de memória ou livros também têm o seu número reduzido se compararmos com países vizinhos como a Argentina e o Chile. E quando aparecem nem de longe têm o impacto que deveriam ter.

Nesse ponto é importante lembrar as palavras do pensador francês Pierre Nora na sua análise dos embates entre memória e história e, portanto, nas

suas respectivas construções. No seu artigo “Entre memória e história - A problemática dos lugares” (NORA, 1993), ele afirma: *“Fala-se tanto da memória porque ela não existe mais”* (NORA, 1993, p.7). Nora acredita que hoje nós temos apenas a memória escrita, materializada e posteriormente institucionalizada nos livros História. O autor diz ainda que a curiosidade pelos lugares onde a memória se cristaliza aumentou, pois vivemos numa época em que a consciência da ruptura com o passado se confunde com o sentimento de uma memória esfacelada, ou seja, pelo fato dela não mais existir viva em nós, temos necessidade cada vez maior de localizá-la em lugares determinados como museus e arquivos. Esses lugares deixam as pessoas mais seguras pois sabem que, mesmo com a memória desaparecendo, ao menos ela não sumirá para sempre. Nora conclui: *“Há locais de memória porque não há mais meios de memória”* (NORA, 1993, p.7). Os testemunhos servem de exemplo para esses locais de memória, principalmente na função de algo que se opõem à memória, digamos, oficial.

É preciso, no entanto, tomar cuidado com o seu uso. Nora faz uma distinção importante entre História e Memória. Para ele, a memória é vida, sempre carregada por grupos vivos, portanto, sujeita à lembrança e ao esquecimento. É inconsciente de suas deformações e vulnerável a qualquer manipulação. É um fenômeno sempre atual, uma espécie de elo vivido no eterno presente. Já a História é a reconstrução, sempre problemática e incompleta, do que não existe mais. É uma representação do passado. Temos que ter atenção aqui, principalmente quando lidamos com testemunhos. Para a pessoa que lembra, ela não está construindo, mas sim lembrando algo que viveu. A memória, dessa forma, também não deixa de ser uma representação do passado e o perigo dessa representação é o de se assumir como verdade sobre ele. Sabemos que não é possível chegar a essa verdade e o tipo de uso do testemunho pode se tornar uma armadilha para o entendimento tanto do passado quanto do presente. Os grandes projetos que se valem dos testemunhos têm uma função essencial para a sociedade, desde que eles não sejam encarados como o lugar de guarda de uma

verdade única. É fundamental para a formação de uma sociedade um pouco mais democrática que se interessa por questões de seu passado e que sabe como usá-lo.

Sarlo também faz uma forte crítica ao uso dos testemunhos afirmando que a memória é algo que aparece como uma necessidade jurídica, moral e política, pessoal e da sociedade. Mas isso não quer dizer que não deva estar sob olhar crítico, mesmo sendo necessário. Por mais que seu conteúdo seja fundamental para a democracia e para a reparação àqueles que foram vítimas, se partirmos do princípio de que é um discurso, isso já é o suficiente para serem abordados com todo cuidado. Uso aqui o testemunho tanto do sentido jurídico, quanto em relatos de memória. Ainda que Sarlo os separe, como estou lidando com uma realidade histórica diferente, no caso, o Brasil, acredito que é possível trabalharmos com a mesma crítica, lembrando, no entanto, que aqui o testemunho em sentido jurídico não existe nos mesmos moldes que na Argentina. Apesar da separação, Sarlo alerta que, se partirmos do princípio que essas narrações são fontes importantes do conhecimento dos crimes da ditadura, só uma confiança cega na primeira pessoa poderia delimitar um espaço e um tempo fixos e imutáveis da verdade.

Citando Paul Ricoeur [6], Sarlo problematiza a questão do tempo da escrita, com perguntas sobre o tempo presente no qual a narração foi feita, assim como o presente da rememoração e na qual o passado se constrói. Todas essas perguntas são importantes e, apesar de estarem separadas, são normalmente vistas como algo único. Esse momento único é o momento em que a pessoa tenta lembrar e dar sentido e significado à lembrança para poder escrever. Sarlo (2007, p. 49) explica:

> *"O presente da enunciação é o 'tempo de base do discurso', porque é presente o momento de se começar a narrar e esse momento fica inscrito na narração. Isso implica o narrador em sua história e a inscreve numa retórica da persuasão."*

[6] Sarlo se refere ao texto: RICOEUR, P. **Tempo e Narrativa.** Campinas: Papirus, 1995.

A autora ainda diz que os relatos de testemunho podem ser considerados discurso já que possuem como modo de ser um narrador diretamente ligado nos acontecimentos. Não há como remover os traços do presente no ato de narrar o passado, pois, no discurso, o presente tem uma dominância quase que total e os tempos verbais do passado não conseguem ficar à parte desse tempo presente da escrita. O passado para vir à tona depende quase que totalmente do presente, tanto para a memória quanto para a escrita, por mais que os autores, algumas vezes, estejam "presos" ao presente da lembrança e isso se reflita no narrar. Mesmo assim, o passado precisa ganhar um sentido para ser entendido e isso só ocorre no momento da lembrança e da escrita. Da mesma maneira, o discurso depende da rememoração. Percebemos que há uma interdependência entre os tempos verbais e o discurso. Sarlo (2007, p. 49) diz ainda que *"A rememoração do passado (...) não é uma escolha, mas uma condição para o discurso, que não escapa da memória nem pode livrar-se das premissas impostas pela atualidade à enunciação".* Podemos questionar essa afirmação dizendo que mesmo que o autor não escolha aquilo que vai lembrar, ele escolhe aquilo que vai se transformar no seu discurso no momento da escrita e aquilo que ele quer ou consegue dar sentido no momento presente. Claro que entre querer e conseguir há uma grande diferença. Nem sempre o autor, por mais que ele utilize artifícios da escrita, consegue, em suas memórias, dar conta de construir um sentido para uma lembrança extrema.

Se pesarmos em uma memória que narra, a tendência é que ela busque um sentido tentando ligar pontos, dando idéias simplificadas de acontecimentos que se esforçam para serem lineares em uma narrativa que sirva de fio condutor do que se quer falar. A argumentação pode ser coerente e com força, porém pode dar a impressão de algo reto, com começo, meio e fim, como peças que se encaixaram perfeitamente. Como já citado anteriormente, se pensarmos em termos do conhecimento histórico, não é possível refletir na de busca de uma origem para comprovar algo ou para artificialmente compor uma linha perfeita na história. O relato completo no qual nada fique de fora não é possível, da mesma

forma que a precisão dos detalhes não indica a experiência completa passada no texto. Salinas ainda trabalha com sua memória fragmentada e usa isso de forma a nos transmitir a incompletude do seu discurso. O relato de Tavares, ao contrário, está menos fragmentado e busca um fio narrativo cuja seqüência nos dê a idéia de algo que foi acontecendo de forma mais ligada. Sua fragmentação é, digamos, mais suave. Talvez tenha a ver com o que sobrou de sua pessoa após a sua experiência extrema, ou seja, alguém menos quebrado que Salinas cuja fragmentação do texto indica que ele não consegue juntar cacos daquilo que lhe sobrou. Tavares ainda consegue juntar um ou outro pedaço para nos contar o que passou. Esse tipo de construção de um passado coloca o sujeito narrador diante de um passado que talvez ele mesmo não conheça por inteiro, ou talvez só o conheça por esses fragmentos. A origem desses pedaços é diversa, mas podemos dizer que, além dos sujeitos quebrados pela tortura e pela lembrança dela e, mais especificamente no caso de Salinas, o não conhecimento total dos motivos que o levaram àquela situação, também são determinantes e se refletem na escrita.

Outro ponto importante quando lidamos com esses testemunhos e que está ligado diretamente a esses fatores temporais é a idéia de que a pessoa, ao lembrar e escrever sobre aquilo, provavelmente saiba mais sobre o acontecimento no presente do que quando lhe ocorreu, mesmo quando pensamos que o esquecimento também tem seu papel determinante. Segundo Sarlo, essas discordâncias no tempo, chamadas de anacronismo, são difíceis de serem evitadas em narrativas de testemunho. Ao procedermos à análise dessa escrita, devemos prestar atenção nos detalhes que indicam essas diferenças temporais entre a escrita e o objeto ou acontecimento do qual se fala. Para a autora (Sarlo, 2007, p. 58),

> *"Isso a distingue das narrações testemunhais , em que o presente da enunciação é a própria condição da rememoração: é sua matéria temporal, assim como o passado é aquela matéria temporal que se quer recapturar.*

> *As narrações testemunhais sente-se confortáveis no presente porque é a atualidade que possibilita sua difusão, quando não sua emergência"*

Ainda segundo a Sarlo, o testemunho pode permitir que o anacronismo esteja na escrita, pois é composto de uma série de pontos que o sujeito seleciona e escolhe. Entre eles podemos citar o modo que ele pode ou se permite lembrar e, da mesma forma, lidar com o esquecimento, além de modificar e se permitir, eventualmente, inventar. *"A impureza do testemunho é uma fonte inesgotável de vitalidade polêmica"* (Sarlo, 2007, p. 59) Dessa maneira, o anacronismo liga-se de maneira íntima com o testemunho, portanto é sempre necessário lembrar desse fator na leitura ao invés de tentar contorná-lo. É também parte de sua riqueza enquanto texto essa camadas e diferenças de temporalidade.

Os autores mergulham em dois tempos distintos para produzir algo que querem que fique marcado como seu passado, buscando afirmação enquanto sujeitos e participantes ativos desse passado. Todos esses pontos deixam claro que a busca por uma verdade não pode estar apenas em trabalhos unicamente amparados pela memória. Isso é fundamental de se pensar, já que muitas dessas pessoas ainda são politicamente ativas e estão entre aquelas que têm seu passado consolidado e reconhecido, o que é importante para que o testemunho consiga atingir uma de suas funções que é a de afirmação no presente. Essa memória, portanto, se coloca diretamente em primeiro plano na disputa de poderes do presente. Alem da consolidação de uma parte da história recente do Brasil que ainda insiste em não ser ouvida, a afirmação do sujeito, tanto aquele do passado quanto esse do presente também é parte de sua busca para atuação no cenário recente do país.

Considerações Finais

Diferente da crença da Antiguidade que diz que, ao tocar nas águas do Lete, esquecemos da existência anterior para a possibilidade de uma vida nova, já sem todo o peso da vivência e também da experiência, em nossa sociedade não temos um rio com esses poderes. Às vezes me pergunto: se ele existisse de verdade, como seria feito o seu uso? Pessoas que passaram pela violência de uma tortura, por exemplo, ou pela violência de um campo de concentração, procurariam o Lete para poderem esquecer ou seguiriam lutando para contar e sobreviver, da maneira que fosse?

É impossível responder essa questão. Se pensarmos que a identidade de um sobrevivente forjou-se justamente por ele ser um, fica difícil especularmos sobre a possibilidade de um esquecimento voluntário. Ao mesmo tempo, o fardo da sobrevivência é muito pesado e algum meio de "liberar" esse peso é essencial para manter a pessoa viva. Contando, escrevendo ou tocando em águas mágicas, a idéia é sempre tentar se livrar de uma experiência, de uma existência, de uma memória. Com mais ou menos intensidade, o esquecimento, como vimos ao longo desse trabalho, é fundamental para, dentro sua relação com a memória, manter a pessoa e a sociedade um pouco mais vivas e ativas.

Quando Flávio Tavares foi "morto" pela repressão uruguaia, seus dois fuzilamentos foram feitos na margem de um rio. Talvez essa sua morte não tenha sido completada com o esquecimento, pois ele não encostou nas águas. Ou, sendo mais realista, talvez ele não tenha desaparecido, e, portanto, parcialmente esquecido, porque não foi fuzilado e jogado nessas águas.

Roland Barthes nos ajuda a entender um pouco mais os testemunhos, principalmente na compreensão dessa escrita. Segundo Barthes, em sua obra **Aula** (BARTHES, 2001), a literatura, ao invés de uma seqüência de obras, é uma prática de escrever e também local onde se inscrevem os poderes. Ela gerou inúmeros relatos e não deixa de ser um espaço privilegiado para se falar. Para ele, a literatura trabalha na representação de alguma coisa que é o real, pois o tem por

objeto, porém o real não é representável, portanto ela também é irrealista. E é a esta impossibilidade que a literatura não quer se render. *"A literatura não diz que sabe alguma coisa, mas que sabe de alguma coisa"* (BARTHES, 2001, p.19). É interessante notar que, mesmo em termos literários, o testemunho na América Latina diferencia-se dos relatos da Shoah. A literatura de testemunho apresenta-se como um registro de história na condição de outro ponto de vista, além, claro, do registro literário. A sobrevivência de Tavares, assim como a de Salinas, garantiu dois relatos de qualidade excepcional para entendermos essas questões. Esse espaço privilegiado para se falar e também, como Barthes sugeriu, inscrição de poderes, ajudou-nos a entender parte da ainda cercada de polêmicas, história do período repressivo do Brasil.

Além desse entendimento e da inscrição de poderes, essenciais para problematizarmos a ação militar no Brasil após o golpe, a literatura de ficção e de testemunho ganham destaque no século XX ao questionar incisivamente modelos discursivos autoritários. Para Beatriz Sarlo:

> *"A literatura moderna, formalmente, opõe-se aos modelos discursivos autoritários. Pode, sem dúvida, ser censurada; é possível interromper indefinida ou parcialmente sua circulação, mas, até hoje, não foi possível liquidar sua estranha e persuasiva forma de dizer. O que está escrito, o que foi lido alguma vez, permanece obstinadamente e trabalha na memória"* (SARLO, 2001, p. 28).

Depois de todo o esse percurso, as palavras de Margareth Rago, na introdução desse trabalho, se fazem mais presentes e importantes do que nunca. Ainda há muito a se fazer quando pensamos em qualquer tipo de reparação às pessoas que foram vítimas da violência, assim como a seus familiares. A luta de construção de um espaço democrático para que essa memória seja trabalhada passa, necessariamente, pelo conhecimento dela. É através do esforço de autores como Salinas e Tavares, assim como o de outros testemunhos e também do

conhecimento histórico, que devemos nos apoiar para construir novas relações com o passado. Ainda há muito a se dizer e há muito o que fazer.

O ano de 2010 se iniciou com uma disputa política entre o alto comando das forças armadas do Brasil e o governo do presidente Lula para evitar que a punição dos responsáveis seja possível no país. Se lembrarmos das palavras de Frei Beto, de que *"a repressão sempre transfere a responsabilidade dos seus atos para as suas vítimas"* (BETO, 2000) e da disputa que os militares fazem para evitar que qualquer tipo de investigação seja realizada, fica claro que há uma redoma em volta do assunto e que o desconhecido e a falta de clareza ainda rondam o que se passou nos porões. Nem preciso mencionar o motivo dos militares não quererem que punições aos responsáveis sejam permitidas.

Termino esse trabalho com as palavras de Hannah Arendt, cuja luta para entender os mecanismos que tornaram possíveis algumas sociedades do século XX que foram ao extremo da violência, nos dá base e entendimento para seguir na luta:

> *"Já não podemos nos dar ao luxo de extrair aquilo que foi bom no passado e simplesmente chamá-lo de nossa herança, deixar de lado o mau e simplesmente considera-lo um peso morto, que o tempo, por si mesmo, relegará ao esquecimento"* (ARENDT, 2004, p. 12).

Não podemos deixar nada de lado. Esse tipo de esquecimento não é mais possível.

Algumas imagens

Selecionei algumas imagens publicadas no livro **Memórias do Esquecimento**, que são fundamentais para que tenhamos uma nova dimensão da participação de Flávio Tavares na luta contra as ditaduras brasileira e uruguaia, principalmente. As imagens são significativas e representam o ativo trabalho do autor na busca para a redemocratização do período. Elas estão em uma seqüência cronológica, numa tentativa, muitas vezes difícil, senão impossível, de representar a trajetória das memórias de Tavares. Num primeiro momento temos a já clássica foto da ida para o exílio no México, momento de alívio e medo àqueles que foram expulsos. A segunda foto é peça fundamental da narrativa dessas memórias: Tavares foi preso e torturado por outra ditadura militar, mesmo estando exilado. Na seqüência, vemos a volta para casa pela lei da Anistia de 1979 e o encontro com o colega exilado, dez anos depois.

Figura 1

Na foto acima estão 13 dos 15 presos políticos trocados pela liberdade do embaixador norte - americano Charles Elbrick, seqüestrado em 1969. Tavares nunca suspeitou que pudesse ser um dos presos envolvidos na troca. Nessa foto estão embarcando para o exílio no México, todos algemados, num caso que ganhou destaque em boa parte da imprensa, nacional e internacional. Tanto o seqüestro do embaixador norte-americano quanto a libertação dos prisioneiros também ganharam destaque muitos anos depois, quando foram base para o documentário “Hércules 56”, de 2006.

Os prisioneiros viajaram todo o percurso algemados. Somente quando chegaram ao exílio é que as algemas foram retiradas logo após o pouso, porém, apenas por pressão dos agentes do governo mexicano responsáveis pela recepção aos presos políticos.

Da esquerda para a direita, em pé, temos: Luís Travassos, José Dirceu, José Ibrahim, Onofre Pinto, Ricardo Sá Rego, Maria Augusta Carneiro, Ricardo Zaratini e Rolando Frati.

Da esquerda para a direita, agachados: José Leonardo Rocha, Agonaldo Pacheco, Vladimir Palmeira, Ivens Marchetti e Flávio Tavares.

O avião faz escalas em Recife e Belém para que os dois prisioneiros restantes embarquem rumo ao México: Gregório Bezerra e Mário Zanconato, respectivamente.

Figura 2

A foto acima (Fig. 2) é importante no longo caminho percorrido por Tavares no exílio. Em meados dos anos 70, utilizando um pseudônimo para poder ser correspondente do jornal “O Estado de São Paulo”, morou na Argentina e conviveu com o clima tenso do golpe militar de 1976. Em 1977, entrou no Uruguai para uma cobertura jornalística e acabou sendo preso pela ditadura uruguaia, ficando trinta dias desaparecido. Foi torturado e passou por dois fuzilamentos simulados. Esse é um momento fundamental do texto em que Tavares anuncia

que morreu A pressão internacional fez com que o governo militar do Uruguai o mostrasse à imprensa mundial na prisão após esse período de “desaparecimento”, para comprovar que ainda estava vivo.

Figura 3

A foto acima (fig. 3) representa o momento do regresso ao país. A anistia permitiu a sua volta em 1979, dez anos após ser exilado pela repressão.

Figura 4

Tavares se reencontra com Gregório Bezerra no aeroporto de Recife, dez anos depois de terem partido para o exílio. Desde então, Tavares desenvolveu uma carreira bem sucedida dentro do jornalismo, e seu livro de memórias tem uma grande importância não só como base para uma análise da escrita da memória traumática, mas também dentro da memória coletiva do Brasil. Como uma das poucas obras que tratam abertamente do período da ditadura militar, **Memórias do Esquecimento** deve ser lida também como um forte apoio para o debate acerca da memória oficial de nosso país, o processo de anistia e de justiça às vítimas do regime militar, processo esse que vem caminhando a passos pequenos e intermitentes.

Fontes:

TAVARES, F. **Memórias do Esquecimento**, São Paulo: Ed. Globo, 1999.

TAVARES, F. **Memórias do Esquecimento**, Rio de Janeiro: Ed. Record, 2005.

FORTES, Luiz R. S. **Retrato Calado** São Paulo: Ed. Marco Zero, 1988.

Bibliografia:

- ARENDT, H. **As Origens do Totalitarismo.** São Paulo: Cia das Letras, 2004.
- ARTIÈRES, Philippe "Arquivar a própria vida" in: **Revista de Estudos Históricos**, número 21, CPDOC, 1998/1 – versão online in: www.cpdoc.fgv.br.
- ALMADA, I, PONCE, J.A., **Tiradentes, um presídio da Ditadura**. Scipione Cultural, 1997.
- BARTHES, R. Aula São Paulo: Ed Cultrix, 2001.
- BETO, Frei, **Batismo de Sangue** Ed. Casa Amarela, 2000.
- BOSI, Ecléa **Memória e Sociedade - Lembrança de Velhos** São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

- **Brasil: Nunca Mais - Um relato para a história** ED. Vozes, Petrópolis, 1986.
- CARDOSO, I. **Para uma crítica do Presente**. São Paulo, Editora 34, 2001.
- CYTRYNOWICZ, R, "O Silêncio do Sobrevivente: Diálogo e Rupturas entre Memória e História do Holocausto**,** in: SELIGMANN, M. (ORG.) **Memória e Literatura: o testemunho na era das catástrofes** Campinas: Editora da Unicamp, 2003.
- COELHO, T. **História Natural da Ditadura,** São Paulo: ED. Iluminuras, 2006.
- FENANDES, Fabrício Flores. **A Escrita da Dor: Testemunhos da Ditadura Militar**. Unicamp: Tese de Doutorado, 2008.
- FORTES, Luiz R. S. **Retrato Calado** São Paulo: Ed. Marco Zero, 1988.
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber** Rio de Janeiro: Forense–Universitária, 1986.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**. Petrópolis, Ed. Vozes, 1994.
- FOUCAULT, M "*Nietzsche, a Genealogia e a História"* in: **Microfísica do Poder** RJ: Ed. Graal, 2000.
- FREIRE, A, ALMADA, I, PONCE, J.A, **Tiradentes, um presídio da Ditadura.** São Paulo: Scipione Cultural, 1997.
- GAGNEBIN, J. M. **Sete aulas sobre Linguagem, Memória e História.** Rio de Janeiro: Editora Imago, 2005.
- GAGNEBIN, J. M. **Lembrar escrever Esquecer** São Paulo: Ed. 34, 2006.

- HARTOG, F. **O Espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro.** Belo Horizonte: ED. UFMG, 1999.
- JOZEF, Bella, "(Auto) Biografia: Os territórios da memória e da História alguns aspectos da autobiografia' in: LEENBARDT, J. e PESAVENTO, S. (ORGS.) **Discurso histórico e narrativa literária,** Campinas: Ed. Unicamp, 1998.
- LE GOFF, J. "Documento/Monumento" in: **História e Memória**, Campinas: ED. Unicamp, 2003.
- LEENBARDT, J. e PESAVENTO, S. (ORGS.) **Discurso histórico e narrativa literária,** Campinas: Ed. Unicamp, 1998.
- NETO, A. N. **Poder, Vida e Morte na situação de Tortura: esboço de uma fenomenologia do Terror**. São Paulo: ED. Hucitec, 1983.
- NORA, Pierre. "Entre memória e história - A problemática dos lugares" *in* **Projeto 10 História** Revista do Programa de Estudos da Pós-Graduação em História e do Departamento de História - PUC/SP, nº10, dezembro/93.
- ORLANDI, E. **As formas do silêncio** Campinas: Editora da Unicamp, 1997.
- RAGO, M. **Desejo de Memória.** IN: Revista digital Labrys, n.15: **Memórias insubmissas: mulheres nas ditaduras latino-americanas**, jan/dez de 2009:

http://e-groups.unb.br/ih/his/gefem/labrys15/sumarioditadura.htm

- RIDENTI, M. "O romantismo revolucionário dos anos 60", IN: FREIRE, A, ALMADA, I, PONCE, J.A., **Tiradentes, um presídio da Ditadura**. Scipione Cultural, 1997.

- ROSA, Suzel, O. da. *"Flávia Schilling e a escrita de si como dispositivo de resistência"* IN: Revista digital Labrys, n.15: **Memórias insubmissas: mulheres nas ditaduras latino-americanas**, jan/dez de 2009:

http://e-groups.unb.br/ih/his/gefem/labrys15/ditadura/susel2.htm

- SARLO, B. **Paisagens Imaginárias. Intelectuais, Arte e Meios de Comunicação** São Paulo: EDUSP, 2005.
- SARLO, B. **Tempo Passado – Cultura da Memória e Guinada Subjetiva** São Paulo: Cia das Letras, 2007.
- SELIGMANN - SILVA, M. **Catástrofe e representação** São Paulo: Ed Escuta, 2000.
- SELIGMANN-SILVA, M. **História, Memória e Literatura: o testemunho na era das catástrofes** Campinas: Editora da Unicamp, 2003a.
- SELIGMANN-SILVA, M. "Violência, encarceramento, (in) justiça: memórias de histórias reais das prisões paulistas*"* in: **Revista de Letras**, SP, 43 (2), 2003b.
- SELIGMANN-SILVA, M. "O Testemunho e a Política da Memória: O tempo depois das catástrofes" in **Projeto História**, São Paulo, (30), jun.2005, pp. 71 – 98.
- SELIGMANN-SILVA, M. "Novos escritos dos cárceres: uma análise de caso. Luiz Alberto Mendes, 'Memórias de um Sobrevivente'", in: **Estudos de Literatura Brasileira e Contemporânea**, n.27, Brasília, janeiro / junho 2006a.

- SELIGMANN-SILVA, M., **O Local da Diferença. Ensaios sobre memória, arte, literatura e tradução,** Ed. 34, SP, 2006b.
- SELIGMANN-SILVA, M. "Literatura e Trauma: um novo Paradigma" in **O Local da Diferença. Ensaios sobre memória, arte, literatura e tradução** São Paulo: Ed. 34, 2006c, pp. 63 – 80.
- SEMPRUN, J. **A Escrita ou a Vida** São Paulo: Cia das Letras, 1995.
- TELES, J. Mortos e Desaparecidos Políticos: Reparação ou Impunidade? São Paulo: Humanitas– FFLCH-USP, 1997.
- VENTURA, Zuenir **1968: O ano que não terminou** Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1988.
- WEINRICH, H. **Lete – Arte e crítica do esquecimento** RJ: Civilização Brasileira, 2001.

Referência das Imagens:

Quadrinho da Mafalda retirado do livro:

QUINO, **Mafalda 4**. Argetina: Ediciones de la Flor, 1997.

As imagens foram retiradas do livro:

TAVARES, F. **Memórias do Esquecimento** São Paulo: Ed. Globo, 1999.